**Projeto BRA/12/G31**

Planejamento Nacional da Biodiversidade para Apoio à Implementação do Plano Estratégico da CDB 2011-2020 no Brasil

**Consultora: Agnes L. Velloso**

**Produto 10 – Minuta da EPANB atualizada, contendo os indicadores para monitoramento do alcance das metas, para discussão no PainelBio.**

Brasília, 12 de dezembro de 2015

**Estratégia e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade**

**(EPANB)**

**Versão Preliminar**

**Dezembro 2015**

**Índice**

[1. Introdução 5](#_Toc438246084)

[2. Estratégia Nacional de Biodiversidade 7](#_Toc438246085)

[2.1. Visão de Longo Prazo 7](#_Toc438246086)

[2.2. Missão para 2020 7](#_Toc438246087)

[2.3. Princípios e Diretrizes que Regem a Estratégia 7](#_Toc438246088)

[2.4. Principais Objetivos 8](#_Toc438246089)

[2.5. Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 9](#_Toc438246090)

[3. Plano de Ação 19](#_Toc438246091)

[3.1. Eixo 1: Conservação – Transformação dos modelos de produção e consumo incompatíveis com a conservação 23](#_Toc438246092)

[3.2. Eixo 2: Habitats – Conservação de ecossistemas 24](#_Toc438246093)

[3.3. Eixo 3: Valorização – Promoção dos valores da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado 26](#_Toc438246094)

[3.4. Eixo 4: Gestão – Gestão da EPANB e monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade 27](#_Toc438246095)

[4. Planos de Aplicação 42](#_Toc438246096)

[4.1. Plano de Mobilização de Recursos 42](#_Toc438246097)

[4.2. Plano de Capacidade Humana e Tecnológica 43](#_Toc438246098)

[4.3. Plano de Comunicação 43](#_Toc438246099)

[4.4. Plano de Monitoramento, Avaliação e Revisões Periódicas 44](#_Toc438246100)

[5. Operacionalização 47](#_Toc438246101)

[5.1. Estruturas de Coordenação Nacional 48](#_Toc438246102)

[5.2. Mecanismo de Intercâmbio de Informações 51](#_Toc438246103)

[6. ANEXOS 51](#_Toc438246104)

[6.1. Anexo 1: Processo de Atualização da EPANB 52](#_Toc438246105)

[6.2. Anexo 2: Resoluções da CONABIO 85](#_Toc438246106)

[6.3. Anexo 3: Fichas Técnicas dos Indicadores 89](#_Toc438246107)

[6.4. Anexo 4: Estratégias Sub-Nacionais e Setoriais 90](#_Toc438246108)

[6.5. Anexo 5: Quadro Legal e Institucional 91](#_Toc438246109)

**Lista de tabelas**

[**Tabela 1:** Metas Nacionais de Biodiversidade para 2011-2020 9](#_Toc438246110)

[**Tabela 2:** Escala utilizada para a avaliação intermediária e predominantemente qualitativa do alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade. 11](#_Toc438246111)

[**Tabela 3:** Tendência dos avanços no cumprimento das Metas: avaliação intermediária até 2014. 12](#_Toc438246112)

[**Tabela 4:** Conceitos definidos nos enunciados de cada meta nacional de biodiversidade. 18](#_Toc438246113)

[**Tabela 5:** Modelo dos eixos do Plano de Ação 21](#_Toc438246114)

[**Tabela 6:** Cronograma de avaliação e revisão da EPANB 46](#_Toc438246115)

[**Tabela 7:** Composição proposta para o Comitê Nacional de Biodiversidade – CNBio. 48](#_Toc438246116)

[**Tabela 8:** Critério de ponderação utilizado na priorização de causas 63](#_Toc438246117)

[**Tabela 9:** Tipos de ação existentes (PPA 2012-2015) em todos os setores com maior potencial para combater as causas da perda de biodiversidade em cada eixo da árvore de problemas. 63](#_Toc438246118)

[**Tabela 10:** Conceitos recomendados pelo PainelBio para harmonizar o entendimento do texto das Metas Nacionais de Biodiversidade 2020. 65](#_Toc438246119)

[**Tabela 11:** Critérios para avaliação/triagem dos 211 indicadores resultantes dos workshops do PainelBio. 79](#_Toc438246120)

[**Tabela 12:** Planilha consolidada de indicadores viáveis de uso imediato, a ser discutida/aprovada pela CONABIO 80](#_Toc438246121)

[**Tabela 13:** Planilha consolidada de indicadores a serem aprimorados, a ser discutida/aprovada pela CONABIO. 81](#_Toc438246122)

[**Tabela 14:** Planilha consolidada de indicadores a serem construídos, a ser discutida/aprovada pela CONABIO. 81](#_Toc438246123)

**Lista de figuras**

[**Figura 1:** Modelo de planejamento da conservação da biodiversidade. 44](#_Toc438246124)

[**Figura 2:** Causas da perda de biodiversidade para o Eixo 1 – Conservação, com indicação das causas prioritárias. 59](#_Toc438246125)

[**Figura 3:** Causas da perda de biodiversidade para o Eixo 2 – Habitats, com indicação das causas prioritárias. 60](#_Toc438246126)

[**Figura 4:** Causas da perda de biodiversidade para o Eixo 3 – Valorização, com indicação das causas prioritárias. 61](#_Toc438246127)

[**Figura 5:** Matriz de correlação entre as causas da perda de biodiversidade e as metas nacionais de biodiversidade para 2020. 62](#_Toc438246128)

**Responsáveis pela elaboração e colaboradores**

Agnes de Lemos Velloso

Andreina d’Ayala Valva

Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza

Lídio Coradin

Iona’i Moura

Krishna Barros Bonavides

Camila Neves Soares Oliveira

IUCN-Brasil

PainelBio

[Completar]

**Estratégia Nacional de Biodiversidade**

1. Introdução

Essa Estratégia Nacional de Biodiversidade define o curso de ação para alcançar a visão brasileira de longo prazo para a conservação e uso sustentável dos recursos fundamentais que sustentam e garantem resiliência à sociedade e à economia nacional: a biodiversidade, o equilíbrio entre seus componentes, e os serviços ambientais resultantes.

A Estratégia tem caráter dinâmico, com monitoramento constante e atualizações periódicas, e é essencialmente multi-setorial, uma vez que é necessário o esforço de todos (sociedade, setor privado e todos os setores governamentais) para assegurar a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental e dos elementos da biodiversidade.

A estruturação e atualização periódica dessa Estratégia é ainda um compromisso nacional assumido perante a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um acordo de colaboração internacional no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de alcançar a “conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, mediante financiamento adequado”.

A CDB foi instaurada em 1992 e é governada pela Convenção das Partes (ou *Convention of the Parties* – COP), que se reúne a cada dois anos. Esta Convenção representa um importante marco para a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, bem como dos serviços ambientais fornecidos por eles, que trouxe uma visão mais abrangente sobre os recursos naturais e o conceito de soberania nacional sobre a biodiversidade. O Brasil, como país signatário da CDB, tem o compromisso de fazer o que for necessário, dentro de suas condições, para alcançar as metas da Convenção nos níveis nacional e global.

Um conjunto de Metas Globais de Biodiversidade é definido periodicamente para um ciclo determinado de anos, servindo de base para a definição de metas nacionais de biodiversidade nos países que são Parte da CDB. Até o momento, dois conjuntos de metas já foram definidos, com o objetivo geral de atingir uma redução significativa da taxa de perda de biodiversidade: (i) as Metas para 2002-2010; e (ii) as Metas de Aichi para 2011-2020 (definidas durante a 10ª Conferência das Partes (COP-10), em Aichi, Nagoya, Japão). Durante a COP-10, foi ainda aprovado pelas Partes um protocolo para regulamentar o acesso aos recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso da biodiversidade: o Protocolo de Nagoya. Embora o Brasil já tenha assinado esse Protocolo, o mesmo ainda não foi ratificado pelo Congresso Nacional.

Até 2015, o país nunca havia desenvolvido um documento único que pudesse representar uma estratégia nacional para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Essa estratégia, anteriormente, era representada pelo conjunto dos diversos instrumentos legais que foram criados ao longo dos anos para a proteção e uso do meio-ambiente e da biodiversidade, muitos deles pioneiros e representando modelos para o cenário internacional, mas sem uma diretriz unificadora. O 4º Relatório Nacional para a CDB (2010) identificou, de forma não exaustiva, 550 instrumentos legais relacionados às metas da CDB de conservação e uso sustentável da biodiversidade: 53 leis federais, 2 decretos-leis, 1 medida provisória, 194 decretos federais e 190 resoluções da Comissão Nacional do Meio Ambiente (CONABIO), além de 75 leis e 35 decretos em nível estadual.

Em 2002, o Brasil formalizou por meio do Decreto no 4.339 a Política Nacional de Biodiversidade (PNB), juntamente com seu Plano de Ação Nacional de Biodiversidade (PAN-Bio). Entretanto, esses avanços importantes foram ainda insuficientes para criar um instrumento dinâmico que acompanhe a evolução do país com relação à conservação ambiental, bem como os avanços tecnológicos e evolução da visão de desenvolvimento sustentável.

A partir de 2010, como detalhado no Anexo 1, o Brasil adotou uma nova abordagem para tratar a questão da biodiversidade e iniciou processos amplamente participativos para a definição das atuais Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 e de seus indicadores, bem como para iniciar a construção deste documento da Estratégia Nacional de Biodiversidade. Por incluir também os aspectos de implementação e operacionalização, o presente instrumento foi denominado *Estratégia e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade (EPANB)*. Sendo de longo prazo e ao mesmo tempo dinâmica, a EPANB busca suprir a lacuna de um instrumento que forneça uma orientação constante e harmônica para as ações direcionadas à biodiversidade ou que a afetam, planejadas e executadas pelos diversos setores brasileiros. A EPANB pretende também ser um meio de interligação entre as estratégias nacionais e outras iniciativas de âmbito nacional ou regional lidando com temas específicos ligados à biodiversidade, tais como recursos genéticos, espécies invasoras, produção e consumo sustentáveis, entre outros.

A atualização da Estratégia Nacional foi realizada em vários passos, desde 2010 até o momento: (i) a definição de novas metas nacionais para o ciclo 2011-2020 por meio do processo participativo dos Diálogos sobre a Biodiversidade; (ii) a construção multi-setorial de subsídios para um Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade; (iii) a criação do Painel Brasileiro de Biodiversidade – PainelBio; (iv) a construção participativa de indicadores para as metas nacionais para 2020, com forte apoio técnico do PainelBio; e (v) a estruturação do documento preliminar da EPANB e construção de seus principais elementos, com contribuições do PainelBio. Outros três passos ainda serão necessários para concluir essa atualização: (vi) refinamento dos indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade, que representam parte dos indicadores da EPANB; (vii) finalização do Plano de Ação; e (viii) apresentação da EPANB à CONABIO, para aprovação. Esses passos estão detalhados nas seções pertinentes deste documento.

O rico processo de atualização da EPANB mobilizou a participação de diversos setores e produziu análises e informações de grande importância para a biodiversidade brasileira, tal como a identificação conjunta das principais causas da perda de seus elementos, bem como 26 consequências do processo de perda de biodiversidade, sendo a extinção de espécies e a perda de conhecimento tradicional as mais perceptíveis, na opinião do Governo Federal.

Como lições aprendidas desse processo pode-se mencionar a importância do estabelecimento de uma equipe técnica permanente e em número suficiente no MMA para assegurar a continuidade e a qualidade do processo. Ainda, a criação do PainelBio foi fundamental para assegurar o amplo espectro de contribuições técnicas nas múltiplas áreas do conhecimento abrangidas pela EPANB. É também relevante chamar atenção para o fato de que o caráter participativo do processo é crucial para que a Estratégia seja de fato nacional e multi-setorial, mas também demanda um tempo maior, o que ressalta a importância de iniciar os processos de atualização e revisão com antecedência suficiente para atender aos prazos estabelecidos. Ainda, o envolvimento de atores como o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda e da Casa Civil é de grande relevância para alcançar a real permeabilidade do tema em todos os setores governamentais.

Os próximos passos após a aprovação da EPANB são a implementação da Estratégia e seus Planos de Ação e Aplicação; o monitoramento e a avaliação dessa implementação; e a revisão da EPANB ao final do ciclo atual (2011-2020) para orientar o próximo ciclo.

1. Estratégia Nacional de Biodiversidade
   1. Visão de Longo Prazo

Até 2050, a biodiversidade brasileira e os serviços ecossistêmicos serão valorizados e estarão sendo conservados, adequadamente restaurados e utilizados de forma sustentável, e a sociedade brasileira estará consciente de seu valor intrínseco e de sua contribuição essencial para o bem-estar humano e viabilidade econômica no presente e no futuro.

* 1. Missão para 2020

A missão brasileira de curto prazo, até 2020 é: Tomar medidas necessárias e urgentes para atingir a internalização das Metas Nacionais de Biodiversidade em todos os setores da sociedade, de forma a obter a integração necessária de todos os atores para combater as causas da perda de biodiversidade e alcançar as Metas Nacionais de Biodiversidade dentro do prazo acordado.

* 1. Princípios e Diretrizes que Regem a Estratégia

Os valores e crenças fundamentais que servem de base à EPANB foram inspirados nos 20 princípios e nove diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade (Decreto no 4.339/2002)[[1]](#footnote-1), que por sua vez derivam daqueles estabelecidos na Convenção sobre Diversidade Biológica e na Declaração do Rio, ambas de 1992, na Constituição e na legislação nacional então vigente sobre a matéria. Os temas foram atualizados e adaptados à EPANB conforme necessário.

***Princípios:***

I – A diversidade biológica tem valor intrínseco, merecendo respeito independentemente de seu valor para o homem ou potencial para uso humano.

II – A continuidade da vida no planeta depende da proteção dos componentes da diversidade biológica e da estabilidade dos ecossistemas.

III – A biodiversidade é a fonte, base e garantia dos serviços ecossistêmicos, que são indispensáveis para o desenvolvimento econômico sustentável, para a adaptação do país às mudanças climáticas e para a sobrevivência e bem-estar da população brasileira.

IV – A conservação e a utilização sustentável da biodiversidade brasileira são uma responsabilidade compartilhada entre todos os setores governamentais, setor privado e sociedade civil, onde a gestão adequada da biodiversidade e dos ecossistemas gera benefícios para todos e os riscos da gestão inadequada também serão compartilhados por todos.

V – Diante de incertezas ou falta de conhecimento científico suficiente, será adotado o princípio da precaução.

VI – A diversidade biológica inclui a diversidade étnica e cultural e possui vínculos únicos com ela. O respeito às diferenças culturais e o reconhecimento do amplo saber tradicional são fundamentais para o desenho de estratégias locais de conservação e devem estar refletidos nas políticas de desenvolvimento e ordenamento territorial para garantir o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

***Diretrizes:***

1ª: O esforço nacional de conservação e utilização sustentável da biodiversidade deve ser integrado em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes de forma complementar e harmônica.

2ª: A atuação harmônica de todos os setores, bem como investimentos substanciais são necessários para conservar a biodiversidade e utilizar de forma sustentável seus elementos e os serviços ecossistêmicos, dos quais resultarão, consequentemente, benefícios ambientais, econômicos e sociais.

3ª: É de fundamental importância prever, prevenir e combater em sua origem as causas da perda da biodiversidade.

4ª: A sustentabilidade da utilização de componentes da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos deve ser determinada do ponto de vista ambiental (assegurando a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ecossistêmico), econômico e social.

5ª: A gestão, implementação, monitoramento, avaliação e revisão periódica da Estratégia e dos Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade devem buscar o compromisso e envolvimento de todos os setores, sob a coordenação de um Comitê Nacional de Biodiversidade (CNBio, a ser criado com representantes de diversos setores governamentais) e com o apoio da CONABIO e do PainelBio (ver seção 5.1).

* 1. Principais Objetivos

Objetivo geral:

Tal como a PNB, a Estratégia Nacional de Biodiversidade tem como objetivo geral *a promoção, de forma integrada, da conservação da biodiversidade e da utilização sustentável de seus componentes, com a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos*.

Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos da EPANB são definidos a cada ciclo, orientando-se pelo Plano Estratégico da CDB para cada ciclo, e com base na revisão das Metas Nacionais de Biodiversidade. Para o atual ciclo (2011-2020), os objetivos específicos são os cinco Objetivos Estratégicos conforme definidos para as Metas Nacionais atuais[[2]](#footnote-2):

* Objetivo Estratégico A: Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade.
* Objetivo Estratégico B: Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável.
* Objetivo Estratégico C: Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.
* Objetivo Estratégico D: Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos.
* Objetivo Estratégico E: Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.

Para atingir esses objetivos, a Estratégia deve promover a implementação do Plano de Ação e dos Planos de Aplicação, detalhados nos itens 3 e 4 deste documento.

* 1. Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020

A Resolução CONABIO no 6, de 03 de setembro de 2013[[3]](#footnote-3), oficializou as 20 Metas Nacionais de Biodiversidade atuais (ciclo 2011-2020), listadas na Tabela 1 abaixo. O processo de definição dessas Metas está descrito no Anexo 1 deste documento.

##### **Tabela 1:** Metas Nacionais de Biodiversidade para 2011-2020

|  |
| --- |
| **Objetivo Estratégico A – Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade** |
| **Meta Nacional 1:** Até 2020, no mais tardar, a população brasileira terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável. |
| **Meta Nacional 2:** Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria. |
| **Meta Nacional 3:** Até 2020, no mais tardar, incentivos que possam afetar a biodiversidade, inclusive os chamados subsídios perversos, terão sido reduzidos ou reformados, visando minimizar os impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB, levando em conta as condições socioeconômicas nacionais e regionais. |
| **Meta Nacional 4:** Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de produção e consumo sustentáveis para mitigar ou evitar os impactos negativos da utilização de recursos naturais. |
| **Objetivo Estratégico B – Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável** |
| **Meta Nacional 5:** Até 2020 a taxa de perda de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente em todos os biomas. |
| **Meta Nacional 6:** Até 2020, o manejo e captura de quaisquer estoques de organismos aquáticos serão sustentáveis, legais e feitos com aplicação de abordagens ecossistêmicas, de modo a evitar a sobre-exploração, colocar em prática planos e medidas de recuperação para espécies exauridas, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de limites ecológicos seguros, quando estabelecidos cientificamente. |
| **Meta Nacional 7:** Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, assegurando a conservação da biodiversidade. |
| **Meta Nacional 8:** Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade. |
| **Meta Nacional 9:** Até 2020, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras deverá estar totalmente implementada, com participação e comprometimento dos estados e com a formulação de uma Política Nacional, garantindo o diagnóstico continuado e atualizado das espécies e a efetividade dos Planos de Ação de Prevenção, Contenção e Controle. |
| **Meta Nacional 10:** Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos. |
| **Objetivo Estratégico C: Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética** |
| **Meta Nacional 11:** Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas. |
| **Meta Nacional 12:** Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada. |
| **Meta Nacional 13:** Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética. |
| **Objetivo Estratégico D: Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos** |
| **Meta Nacional 14:** Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis. |
| **Meta Nacional 15:** Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais devastados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação. |
| **Meta Nacional 16:** Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização terá entrado em vigor e estará operacionalizado, em conformidade com a legislação nacional. |
| **Objetivo Estratégico E: Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação** |
| **Meta Nacional 17:** Até 2014, a estratégia nacional de biodiversidade será atualizada e adotada como instrumento de política, com planos de ação efetivos, participativos e atualizados, que deverão prever monitoramento e avaliações periódicas. |
| **Meta Nacional 18:** Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes. |
| **Meta Nacional 19:** Até 2020 as bases científicas e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido ampliados e compartilhados, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente transferidos e aplicados. Até 2017 a compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, resguardadas as especificidades, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos. |
| **Meta Nacional 20:** Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas avaliações da necessidade de recursos para sua implementação, seguidas de mobilização e alocação dos recursos financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o cumprimento de suas metas. |

**Fonte:** Resolução CONABIO no 06/2013, de 03 de setembro de 2013.

**Diagnóstico parcial**

Uma avaliação intermediária do grau de alcance das atuais Metas Nacionais de Biodiversidade foi realizada durante o trabalho de preparação do 5º Relatório Nacional para a CDB (5º RN) em 2014, que representa uma avaliação preliminar, anterior à definição dos indicadores para as Metas, e realizada com base nos dados quantitativos e qualitativos disponíveis, apresentados no 5º RN. Essa análise intermediária e predominantemente qualitativa dos avanços nacionais para cumprimento das Metas foi realizada nos moldes do sistema de escala (Tabela 2) utilizado pelo Secretariado da CDB no Panorama Global de Biodiversidade 4 (*Global Biodiversity Outlook* – GBO 4). É importante notar que a adoção desse sistema de escala não significa que as avaliações realizadas no 5º RN seguiram os mesmos procedimentos adotados pelo GBO 4.

##### **Tabela 2:** Escala utilizada para a avaliação intermediária e predominantemente qualitativa do alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade.

|  |  |
| --- | --- |
| **Níveis da escala** | **Definição** |
|  | Avanços estão evoluindo em direção à meta, com indicação de que a meta será superada e/ou atingida antes do prazo estabelecido. |
|  | Avanços estão evoluindo em direção à meta, de forma que se continuarmos as ações atuais a meta deve ser atingida dentro do prazo. |
|  | Avanços estão ocorrendo em direção à meta, mas de forma ou em ritmo insuficiente para atingir a meta dentro do prazo, a não ser que sejam aumentados os esforços. |
|  | Não está ocorrendo progresso significativo. De forma geral, não estamos avançando em direção à meta, mas também não estamos caminhando na direção contrária. |
|  | Estamos nos distanciando da meta estabelecida, agravando a situação. |

**Fonte:** Modificado de: Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2014. *Global Biodiversity Outlook 4*. Montréal, 155 pages. [www.cbd.int/GBO4](http://www.cbd.int/GBO4)

A tendência dos avanços obtidos até 2014 no alcance de cada Meta estimada pela avaliação preliminar, detalhada no 5º RN (<https://www.cbd.int/reports/nr5/>), é apresentada abaixo na Tabela 3. Devido à grande abrangência dos temas abordados por cada meta, em muitos casos as metas foram avaliadas por partes, para refletir as diferentes estimativas do grau de avanço para cada tema dentro da meta.

Com a adoção deste instrumento da Estratégia Nacional de Biodiversidade, espera-se que os indicadores definidos em 2014-2015 passarão a ser utilizados de forma contínua a partir da implementação do Plano de Ação da EPANB, possibilitando futuras avaliações mais bem embasadas dos avanços no cumprimento das Metas. Os indicadores definidos para as Metas serão apresentados no Eixo 4 do Plano de Ação.

##### **Tabela 3:** Tendência dos avanços no cumprimento das Metas: avaliação intermediária até 2014.

| **Partes da Meta Nacional** | **Avaliação intermediária** |
| --- | --- |
| **Objetivo Estratégico A – Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade** | |
| **Meta Nacional 1:** Até 2020, no mais tardar, a população brasileira terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável. | |
| Conhecimento dos valores da biodiversidade pela população brasileira. |  |
| Conhecimento das medidas que a população poderá tomar para conservar a biodiversidade e utilizá-la de forma sustentável. |  |
| **Meta Nacional 2:** Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria. | |
| Integração dos valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade em **estratégias nacionais e locais** **de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade**. |  |
| Incorporação dos valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade em **contas nacionais**, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria. |  |
| **Meta Nacional 3:** Até 2020, no mais tardar, incentivos que possam afetar a biodiversidade, inclusive os chamados subsídios perversos, terão sido reduzidos ou reformados, visando minimizar os impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB, levando em conta as condições socioeconômicas nacionais e regionais. | |
| Incentivos que possam afetar a biodiversidade, inclusive os chamados subsídios perversos, terão sido reduzidos ou reformados, visando minimizar os impactos negativos. |  |
| Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB, levando em conta as condições socioeconômicas nacionais e regionais. |  |
| **Meta Nacional 4:** Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de produção e consumo sustentáveis para mitigar ou evitar os impactos negativos da utilização de recursos naturais. | |
| Governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis adotam medidas ou implementam planos de produção e consumo sustentáveis para mitigar ou evitar os impactos negativos da utilização de recursos naturais. |  |
| **Objetivo Estratégico B – Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável** | |
| **Meta Nacional 5:** Até 2020 a taxa de perda de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente em todos os biomas. | |
| Redução da taxa de perda de ambientes nativos em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) na **Amazônia**. |  |
| Redução da taxa de perda de ambientes nativos em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) no **Cerrado**. |  |
| Redução da taxa de perda de ambientes nativos em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) na **Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa**. | Dados oficiais do PMDBBS para 2010, 2011, 2012 e 2013 ainda em processo de revisão. |
| Redução significativa da degradação e fragmentação na **Amazônia**. |  |
| Redução significativa da degradação e fragmentação dos **outros biomas**. |  |
| Taxa de perda de ambientes nativos, na medida do possível, levada a perto de zero. |  |
| **Meta Nacional 6:** Até 2020, o manejo e captura de quaisquer estoques de organismos aquáticos serão sustentáveis, legais e feitos com aplicação de abordagens ecossistêmicas, de modo a evitar a sobre-exploração, colocar em prática planos e medidas de recuperação para espécies exauridas, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de limites ecológicos seguros, quando estabelecidos cientificamente. | |
| O manejo e captura de quaisquer estoques de organismos aquáticos são sustentáveis, legais e feitos com aplicação de abordagens ecossistêmicas, de modo a evitar a sobre- exploração. |  |
| Planos e medidas de recuperação para espécies exauridas foram colocados em prática. |  |
| A pesca não tem impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis. |  |
| Os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permanecem dentro de limites ecológicos seguros, quando estabelecidos cientificamente. |  |
| **Meta Nacional 7:** Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, assegurando a conservação da biodiversidade. | |
| Práticas de manejo sustentáveis estarão disseminadas e fomentadas para incorporação na **agricultura e pecuária**, assegurando a conservação da biodiversidade. |  |
| Práticas de manejo sustentáveis estarão disseminadas e fomentadas para incorporação na **aquicultura**, assegurando a conservação da biodiversidade. |  |
| Práticas de manejo sustentáveis estarão disseminadas e fomentadas para incorporação na **silvicultura**, assegurando a conservação da biodiversidade. |  |
| Práticas de manejo sustentáveis estarão disseminadas e fomentadas para incorporação no **extrativismo, e manejo florestal e da fauna**, assegurando a conservação da biodiversidade. |  |
| **Meta Nacional 8:** Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade. | |
| Redução da poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade. |  |
| **Meta Nacional 9:** Até 2020, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras deverá estar totalmente implementada, com participação e comprometimento dos estados e com a formulação de uma Política Nacional, garantindo o diagnóstico continuado e atualizado das espécies e a efetividade dos Planos de Ação de Prevenção, Contenção e Controle. | |
| Até 2020, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras deverá estar totalmente implementada, com participação e comprometimento dos estados e com a formulação de uma Política Nacional,... |  |
| ...garantindo o diagnóstico continuado e atualizado das espécies e a efetividade dos Planos de Ação de Prevenção, Contenção e Controle. |  |
| **Meta Nacional 10:** Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos. | |
| Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos. |  |
| **Objetivo Estratégico C: Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética** | |
| **Meta Nacional 11:** Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas. | |
| Conservação de **30% da Amazônia** por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa... |  |
| Conservação de **17% de cada um dos demais biomas terrestres** por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa... |  |
| Conservação de **10% de áreas marinhas e costeiras** por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa... |  |
| ... assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa,... |  |
| ... visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas. |  |
| **Meta Nacional 12:** Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada. | |
| Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero... |  |
| ...e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada. |  |
| **Meta Nacional 13:** Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética. | |
| A diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida... |  |
| ...e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética. |  |
| **Objetivo Estratégico D: Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos** | |
| **Meta Nacional 14:** Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis. | |
| Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados... |  |
| ... levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis. |  |
| **Meta Nacional 15:** Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais devastados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação. | |
| Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação (na Amazônia)... |  |
| Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação (nos demais biomas)... |  |
| ...inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais devastados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação. |  |
| **Meta Nacional 16:** Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização terá entrado em vigor e estará operacionalizado, em conformidade com a legislação nacional. | |
| Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização terá entrado em vigor e estará operacionalizado, em conformidade com a legislação nacional. |  |
| **Objetivo Estratégico E: Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação** | |
| **Meta Nacional 17:** Até 2014, a estratégia nacional de biodiversidade será atualizada e adotada como instrumento de política, com planos de ação efetivos, participativos e atualizados, que deverão prever monitoramento e avaliações periódicas. | |
| Até 2014, a estratégia nacional de biodiversidade será atualizada e adotada como instrumento de política, com planos de ação efetivos, participativos e atualizados, que deverão prever monitoramento e avaliações periódicas. |  |
| **Meta Nacional 18:** Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes. | |
| Conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes... |  |
| ...e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB... |  |
| ...com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes. |  |
| **Meta Nacional 19:** Até 2020 as bases científicas e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido ampliados e compartilhados, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente transferidos e aplicados. Até 2017 a compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, resguardadas as especificidades, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos. | |
| Até 2020 as bases científicas e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido ampliados e compartilhados... |  |
| ...e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente transferidos e aplicados. |  |
| Até 2017 a compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, resguardadas as especificidades, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos. |  |
| **Meta Nacional 20:** Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas avaliações da necessidade de recursos para sua implementação, seguidas de mobilização e alocação dos recursos financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o cumprimento de suas metas. | |
| Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas avaliações da necessidade de recursos para sua implementação, seguidas de mobilização e alocação dos recursos financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o cumprimento de suas metas. |  |

**Fonte:** MMA, 2014. 5º Relatório Nacional para a CDB. <https://www.cbd.int/reports/nr5/>

O grau de alcance das Metas será novamente avaliado parcialmente em 2018 quando da preparação do 6º Relatório Nacional para a CDB e ao final do ciclo atual (2011-2020). Ainda, como parte do processo periódico de revisão da EPANB, as Metas Nacionais serão revisadas para o próximo ciclo. Conforme descrito no item 4.4, essa revisão tomará como base a próxima revisão do Plano Estratégico da CDB, bem como a realidade nacional.

**Conceitos para entendimento das Metas Nacionais de Biodiversidade:**

Como detalhado no Anexo 1, em 2014-2015 foram realizadas oficinas de trabalho com o PainelBio e especialistas convidados para a definição de indicadores para as metas nacionais de biodiversidade. Aproveitando a oportunidade e conforme determinado pelos “Princípios para internalização e implementação das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020”, na Resolução CONABIO no 06, de 03 de setembro de 2013, durante o processo de identificação de indicadores para as metas o PainelBio discutiu e refinou também a definição dos conceitos utilizados no enunciado das metas com o intuito de estabelecer, de modo claro e objetivo, o entendimento adotado.

A Tabela 4 abaixo indica, em negrito, os conceitos que foram definidos em cada meta. A tabela completa com as definições dos conceitos trabalhados pode ser consultada no Anexo 1. Dois conceitos adicionais com implicações para todas as metas foram também definidos: “quais são as principais *causas fundamentais da perda de biodiversidade*” e “o que consideramos *preocupações com a biodiversidade*”? Alguns conceitos adicionais e relacionados ao enunciado da meta foram ainda definidos para algumas metas específicas, de forma a melhorar o entendimento: para a meta 8, o conceito de “padrão de qualidade ambiental”; para a meta 9, o conceito de “manejo de espécies exóticas invasoras”; para a meta 10, o conceito de “pressões mais significativas (maior impacto) para os ambientes marinhos e costeiros”; para a meta 11, “o papel de cada um dos regimes de proteção das áreas citadas no texto para o atingimento da meta”; para a meta 14, “para fins de quantificação da meta, qual a porcentagem da área dos ecossistemas provedores dos serviços essenciais deve ser restaurada e preservada”; para a meta 15, “quais aspectos importantes não possuem instrumentos legais regulamentados e por isso não foram considerados na meta” e “a relação entre os conceitos definidos e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e combate à desertificação”, e para a meta 19, “qual é o nível de organização biológica que o texto da meta se refere?”.

##### **Tabela 4:** Conceitos definidos nos enunciados de cada meta nacional de biodiversidade.

|  |  |
| --- | --- |
| **Meta** | **Conceitos trabalhados (em negrito)** |
| 1 | Até 2020, no mais tardar, a população brasileira **terá conhecimento** dos **valores da biodiversidade** e das **medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável**. |
| 2 | Até 2020, no mais tardar, os **valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade** serão integrados em **estratégias nacionais e locais de desenvolvimento** e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em **contas nacionais**, conforme o caso, e em **procedimentos de planejamento** e **sistemas de relatoria**. |
| 3 | Até 2020, no mais tardar, **incentivos** que possam **afetar a biodiversidade**, inclusive os chamados **subsídios perversos**, terão sido reduzidos ou **reformados**, visando minimizar os impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e **aplicados, de forma consistente** e **em conformidade com a CDB**, levando em conta as **condições** socioeconômicas nacionais e **regionais**. |
| 4 | Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de **produção e consumo sustentáveis** para **mitigar ou evitar os impactos negativos** da utilização de recursos naturais. |
| 5 | Até 2020 a taxa de **perda de ambientes nativos** será reduzida em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a **degradação** e **fragmentação** terão sido **reduzidas significativamente** em todos os biomas. |
| 6 | Até 2020, o **manejo e captura** de quaisquer **estoques de organismos aquáticos** serão **sustentáveis**, legais e feitos com aplicação de **abordagens ecossistêmicas**, de modo a evitar a sobre-exploração, colocar em prática planos e medidas de recuperação para **espécies exauridas**, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e **ecossistemas vulneráveis**, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de **limites ecológicos seguros**, quando **estabelecidos cientificamente**. |
| 7 | Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de **práticas de manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna**, assegurando a conservação da biodiversidade. |
| 8 | Até 2020, a **poluição**, inclusive resultante de **excesso de nutrientes**, terá sido reduzida a **níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas** e da biodiversidade. |
| 9 | Até 2020, a Estratégia Nacional sobre **Espécies Exóticas Invasoras** deverá estar totalmente implementada, com **participação e comprometimento dos estados** e com a formulação de uma Política Nacional, garantindo o **diagnóstico continuado** e atualizado das espécies e a efetividade dos **Planos de Ação de Prevenção, Contenção e Controle**. |
| 10 | Até 2015, as múltiplas **pressões antropogênicas** sobre recifes de coral e demais **ecossistemas marinhos e costeiros** impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido **minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos**. |
| 11 | Até 2020, serão **conservadas**, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente **áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos**, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a **gestão efetiva** e **equitativa**, visando garantir a interligação, integração e **representação ecológica** em **paisagens** terrestres e marinhas mais amplas. |
| 12 | Até 2020, o **risco de extinção** de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, **tendendo a zero**, e sua situação de conservação, em especial daquelas **sofrendo maior declínio**, terá sido **melhorada**. |
| 13 | Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, **inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural**, terá sido **mantida** e **estratégias** terão sido elaboradas e implementadas **para minimizar a perda de variabilidade genética**. |
| 14 | Até 2020, **ecossistemas provedores** de **serviços essenciais**, inclusive serviços relativos à água e **que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar**, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as **necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis**. |
| 15 | Até 2020, a **resiliência de ecossistemas** e a **contribuição da biodiversidade para estoques de carbono** terão sido aumentadas através de **ações de conservação e recuperação**, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos **ecossistemas degradados**, priorizando **biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais devastados**, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação. |
| 16 | Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização terá **entrado em vigor** e estará **operacionalizado**, **em conformidade com a legislação nacional**. |
| 17 | Até 2014, a **estratégia nacional de biodiversidade** será atualizada e **adotada como instrumento de política**, com **planos de ação efetivos, participativos e atualizados**, que deverão prever monitoramento e avaliações periódicas. |
| 18 | Até 2020, os **conhecimentos tradicionais, inovações e práticas** de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais **relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade**, e a **utilização consuetudinária de recursos biológicos** terão sido **respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes**, e **plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB** com a **participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes**. |
| 19 | Até 2020 as bases científicas e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido **ampliados e compartilhados**, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente **transferidos e aplicados**. Até 2017 a **compilação completa dos registros** já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, **resguardadas as especificidades**, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos. |
| 20 | Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas **avaliações da necessidade de recursos para sua implementação**, seguidas de **mobilização e alocação dos recursos** financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a **implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o cumprimento de suas metas**. |

1. Plano de Ação

Como descrito no histórico do processo de atualização da EPANB (Anexo 1), a partir do final de 2011 uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG/SPI) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) gerou a iniciativa da construção de um Plano de Ação para implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade. Embora o desafio do alcance dos objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade envolva necessariamente todo o governo, o setor privado e toda a sociedade, como primeira etapa, essa parceria focalizou seus esforços na organização e estabelecimento das bases necessárias para a montagem de um Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, envolvendo todos os setores governamentais federais. Entretanto, ao longo do rico processo de discussão desenvolvido pelo Governo Federal, foi tomada uma decisão estratégica de transformar o resultado do processo até 2014 em subsídios para um Plano de Ação Governamental que pudesse fornecer diretrizes para a preparação do ciclo seguinte do PPA (2016-2019), finalizando o Plano de fato com base em uma atualização das análises e discussões a partir do novo PPA.

Dessa forma, o Plano de Ação apresentado nesta versão preliminar da EPANB ainda é também uma versão preliminar, que deve passar pelos passos de atualização de acordo com o novo PPA 2016-2019, finalização e pactuação com todos os setores governamentais envolvidos no processo.

As entrevistas realizadas no início da preparação dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental[[4]](#footnote-4) foram aproveitadas para levantar as expectativas em relação à elaboração de um Plano de Ação para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Uma das expectativas levantadas foi o desejo de construção de um plano que seja capaz de integrar e ser integrado (um “plano de Estado”), negociado e pactuado com todos os envolvidos.

Portanto, nas etapas subsequentes, o MMA, como líder do processo, vem se esforçando para obter a participação de todos os setores, como forma de buscar essa negociação e pactuação. Para o ciclo atual (2011-2020), embora o setor privado, terceiro setor, povos indígenas e comunidades e tradicionais tenham participado com alguma representação nas etapas da definição de indicadores para as Metas Nacionais, o Plano de Ação atual deve resultar principalmente em ações governamentais, adiando para o próximo ciclo a preparação de um Plano de Ação mais abrangente, com ações pactuadas com um maior número de setores governamentais, o setor privado e outros setores da sociedade.

Os Subsídios para um Plano de Ação Governamental construíram, com a participação de diversos setores governamentais, uma árvore de problemas com as principais causas da perda de biodiversidade a serem enfrentadas[[5]](#footnote-5). O enfrentamento das causas identificadas na árvore de problemas construída representa os resultados a serem buscados pelo Plano de Ação e explicita a estratégia para reverter a perda de biodiversidade brasileira. Ainda, como veículo de implementação da Estratégia Nacional de Biodiversidade, o Plano de Ação deve responder à pergunta: o que precisa e pode ser realizado para que as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 sejam alcançadas?

Desta forma, o Plano de Ação está estruturado em quatro eixos:

* Três eixos baseados nos eixos da árvore de problemas construída, voltados diretamente para o combate às causas da perda de biodiversidade;
* Um quarto eixo voltado para a gestão da Estratégia e monitoramento dos indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Os quatro eixos do Plano de Ação são os seguintes:

* Eixo 1: Conservação – Transformação dos modelos de produção e consumo incompatíveis com a conservação.
* Eixo 2: Habitats – Conservação de ecossistemas.
* Eixo 3: Valorização – Promoção dos valores da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado.
* Eixo 4: Gestão – Gestão da EPANB e monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade.

As ações incluídas nos três primeiros eixos, fundamentados na árvore de problemas, devem ser atualizadas e novamente pactuadas logo que o PPA 2016-2019 for concluído, uma vez que o trabalho até o momento foi baseado no PPA vigente (2012-2015). Assim, este documento não apresenta uma versão completa desses três primeiros eixos, mas apenas um exemplo de como estão sendo construídos, a partir das informações disponibilizadas pelos órgãos do governo federal.

Cada um dos quatro eixos do Plano de Ação segue a estrutura representada na Tabela 5 abaixo, cujos elementos são descritos a seguir. Como o Eixo 4 (Gestão da EPANB) contribui direta ou indiretamente para o alcance de todas as Metas Nacionais e para o combate a todas as causas de perda de biodiversidade, os campos referentes a esses dois temas (metas e causas) não estão detalhados na estrutura do Eixo 4. A implementação do Plano de Ação deve ser apoiada pela implementação dos Planos de Aplicação (item 4 deste documento), que devem assegurar os recursos financeiros, humanos e tecnológicos necessários para a implementação da EPANB.

##### **Tabela 5:** Modelo dos eixos do Plano de Ação

**Nota:** Os campos numerados em vermelho de 1 a 10 estão explicados no texto após a tabela.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 1: [1]** | | | | | | |
| **OBJETIVO: [2]** | | | | | | |
|  | | | | | | |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS (os temas abordados pelas metas estão resumidos abaixo) [3]** | | | | | | |
| 1 | | | | 11 | | |
| 2 | | | | 12 | | |
| 3 | | | | 13 | | |
| 4 | | | | 14 | | |
| 5 | | | | 15 | | |
| 6 | | | | 16 | | |
| 7 | | | | 17 | | |
| 8 | | | | 18 | | |
| 9 | | | | 19 | | |
| 10 | | | | 20 | | |
|  | | | | | | |
| **CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS) [4]** | | | | | | |
|  |  | | | | | |
|  |  | | | | | |
|  |  | | | | | |
|  | | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES** | | | | | | |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS**  **[5]** | **ÓRGÃO RESPONSÁVEL**  **[6]** | **PARCEIROS**  **[7]** | **ORÇAMENTO PPA (R$)**  **[8]** | | **OUTROS ORÇAMENTOS (R$) [9]** | **INDICADORES**  **[10]** |
|  |  |  |  | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  |
|  |  |  |  | |  |  |

**Fonte:** Baseado em: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

Cada eixo é identificado por seu título (campo 1 na Tabela 5 acima), seguido de seções organizadas pelos Objetivos (campo 2), que são constituídos, nos Eixos 1 a 3, pelas causas primárias (e secundárias no Eixo 2) da perda de biodiversidade, reescritas como resultados estratégicos a serem alcançados para o seu enfrentamento.

No campo 3 (Tabela 5) são destacadas as Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 impactadas com o alcance do Objetivo daquela seção do Eixo. Para facilitar a compreensão do leitor, o tema de cada Meta foi resumido na tabela. O campo 4 identifica as causas da perda de biodiversidade, relacionadas ao Objetivo, que foram priorizadas. Como mencionado anteriormente, esses dois campos não estão detalhados na estrutura do Eixo 4, já que sua natureza abrange todas as metas e causas.

O campo 5 (Tabela 5) descreve as Atividades Planejadas no PPA vigente ou de outras fontes orçamentárias, relacionadas ao Objetivo. Essas atividades podem também ser iniciativas ou mesmo programas. O campo 6 identifica o Órgão Responsável pela execução da atividade, enquanto o campo 7 lista outros órgãos e instituições que participam da realização da atividade e/ou que precisarão ser articulados para viabilizar a sua implementação (parceiros).

O campo 8 (Tabela 5) indica o recurso orçamentário previsto no Orçamento para a atividade onde, para as ações do PPA, é considerado não o investimento total da ação, mas o valor referente àquele recorte que impacta a perda da biodiversidade referente ao prazo necessário para a execução da iniciativa. O campo 9 indica os recursos extra-orçamentários previstos para a atividade.

Finalmente, o campo 10 (Tabela 5) lista o nome do indicador de progresso da ação a ser mensurado para o monitoramento da sua implementação. As fichas técnicas dos indicadores serão preparadas por uma consultoria a ser contratada e, quando estiverem disponíveis, serão incluídas no Anexo 3 deste documento.

Os itens seguintes (3.1 a 3.4) apresentam os quatro eixos deste Plano de Ação da EPANB.

* 1. Eixo 1: Conservação – Transformação dos modelos de produção e consumo incompatíveis com a conservação

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 1: Conservação** | | | | | |
| **OBJETIVO 1.1: Compatibilizar a produção e o consumo com a conservação da biodiversidade** | | | | | |
|  | | | | | |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS (os temas abordados pelas metas estão resumidos abaixo)** | | | | | |
| **1 – Conhecimento da biodiversidade pela população brasileira** | | | **11 – Conservação de áreas protegidas** | | |
| 2 – Integração dos valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade | | | **12 – Redução do risco de extinção de espécies ameaçadas** | | |
| **3 – Redução de incentivos perversos e aplicação de incentivos positivos** | | | 13 – Minimização da perda de variabilidade genética | | |
| **4 – Implementação de produção e consumo sustentáveis** | | | 14 – Restauração e preservação de serviços ecossistêmicos | | |
| **5 – Redução da perda de ambientes nativos** | | | 15 – Aumento da resiliência de ecossistemas | | |
| **6 – Sustentabilidade do manejo e captura de organismos aquáticos** | | | 16 – Implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos | | |
| 7 – Incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura | | | 17 – Atualização e adoção da estratégia nacional de biodiversidade | | |
| **8 – Redução da poluição** | | | 18 – Respeito aos conhecimentos tradicionais | | |
| 9 – Implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras | | | 19 – Ampliação e compartilhamento das bases científicas sobre biodiversidade | | |
| **10 – Minimização das pressões antropogênicas sobre ecossistemas marinhos** | | | 20 – Mobilização e alocação de recursos financeiros para a biodiversidade | | |
|  | | | | | |
| **CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)** | | | | | |
| 1.1 | Produção incompatível com a conservação da biodiversidade | | | | |
| 1.1.1 | Expansão desordenada da fronteira agrícola e agropecuária | | | | |
| 1.1.3 | Impunidade aos ilícitos ambientais | | | | |
| 1.1.6.1 | Baixo conhecimento do potencial produtivo da biodiversidade | | | | |
| 1.1.8 | Pouco incentivo a padrões de produção sustentáveis | | | | |
| 1.1.9 | Baixo incentivo à inovação, pesquisa e assistência técnica | | | | |
|  | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES (Exemplos)** | | | | | |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS** | **ÓRGÃO RESPONSÁVEL** | **PARCEIROS** | **ORÇAMENTO PPA**  **(R$)** | **OUTROS ORÇAMENTOS (R$)** | **INDICADORES** |
| Construir cenários para o Macrozoneamento Ecológico Econômico do Cerrado (Projeto Iniciativa GEF Cerrado Sustentável) | MMA | Banco Mundial, Governo do Estado do Tocantins, Funbio | NA | 778.150,00 |  |
| Criar 39 Unidades de Conservação (UCs) e propor a criação de 26 UCs no arco do desmatamento | MMA/ICMBio | GEF, ARPA, Aquasis, ONGs locais, Conselho Nacional de Seringueiros, Conservação Internacional | NI | NI |  |
| Elaborar e Implantar o Inventário Florestal Nacional – IFN (GEIF) | MMA | GEF/FAO, PIF/BID, OEMAs, Fundo Amazônia/BNDES, Universidades, JBRJ, Prefeituras, entre outros | 3.600.000,00 | NA |  |
| Implementar o Cadastro Ambiental Rural – CAR | MMA | BNDES, MPOG, INCRA, BB, MAPA, MDS, IBGE | 30.000.000,00 | NI |  |

* 1. Eixo 2: Habitats – Conservação de ecossistemas

Para o Eixo 2, em função da estrutura definida para o segundo eixo da árvore de problemas, será adotada uma organização diferenciada para o Objetivo baseado na causa primária 2.1“Comprometimento da Integridade Ecossistêmica”, onde as causas secundárias serão utilizadas como Objetivos para organizar as atividades e manter a estrutura do Plano de Ação.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 2: Habitats – Conservação de ecossistemas** | | | | | |
| **OBJETIVO 2.1.2: Ampliar a conservação dos ecossistemas aquáticos** | | | | | |
|  | | | | | |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS (os temas abordados pelas metas estão resumidos abaixo)** | | | | | |
| 1 – Conhecimento da biodiversidade pela população brasileira | | | 11 – Conservação de áreas protegidas | | |
| 2 – Integração dos valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade | | | **12 – Redução do risco de extinção de espécies ameaçadas** | | |
| 3 – Redução de incentivos perversos e aplicação de incentivos positivos | | | **13 – Minimização da perda de variabilidade genética** | | |
| **4 – Implementação de produção e consumo sustentáveis** | | | **14 – Restauração e preservação de serviços ecossistêmicos** | | |
| **5 – Redução da perda de ambientes nativos** | | | **15 – Aumento da resiliência de ecossistemas** | | |
| **6 – Sustentabilidade do manejo e captura de organismos aquáticos** | | | 16 – Implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos | | |
| **7 – Incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura** | | | 17 – Atualização e adoção da estratégia nacional de biodiversidade | | |
| **8 – Redução da poluição** | | | 18 – Respeito aos conhecimentos tradicionais | | |
| **9 – Implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras** | | | 19 – Ampliação e compartilhamento das bases científicas sobre biodiversidade | | |
| **10 – Minimização das pressões antropogênicas sobre ecossistemas marinhos** | | | 20 – Mobilização e alocação de recursos financeiros para a biodiversidade | | |
|  | | | | | |
| **CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)** | | | | | |
| 2.1.2.1 | Aquicultura insustentável | | | | |
|  |  | | | | |
|  |  | | | | |
|  | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES (Exemplos)** | | | | | |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS** | **ÓRGÃO RESPONSÁVEL** | **PARCEIROS** | **ORÇAMENTO PPA**  **(R$)** | **OUTROS ORÇAMENTOS (R$)** | **INDICADORES** |
| Apoiar institucional, técnica e financeiramente a elaboração e implementação do zoneamento ecológico-econômico de âmbito estadual e local nas porções continental, costeira e marinha do território nacional. | MMA | Comissão Coordenadora do ZEE | Computado | NI |  |
| Avaliar o potencial sustentável e monitorar os recursos vivos marinhos – REVIMAR. | MMA | CIRM | 1.771.276,00 | NA |  |
| Implementar a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras | MMA | ICMBio, IBAMA | Computado | NI |  |
| Identificar áreas críticas e prioritárias para a conservação da biodiversidade aquática | MMA | NI | 2.673.868,00 | NA |  |
| Elaborar planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental | MMA | ICMBio | 1.582.930,00 | NA |  |
| Obter apoio institucional e técnico à elaboração e implementação dos instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) | MMA | Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) e colegiados estaduais | 2.733.191,11 | NI |  |

* 1. Eixo 3: Valorização – Promoção dos valores da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 3: Valorização – Promoção dos valores da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado** | | | | | |
| **OBJETIVO 3.1: Estimular o aproveitamento das espécies nativas na economia** | | | | | |
|  | | | | | |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS (os temas abordados pelas metas estão resumidos abaixo)** | | | | | |
| **1 – Conhecimento da biodiversidade pela população brasileira** | | | **11 – Conservação de áreas protegidas** | | |
| **2 – Integração dos valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade** | | | **12 – Redução do risco de extinção de espécies ameaçadas** | | |
| **3 – Redução de incentivos perversos e aplicação de incentivos positivos** | | | **13 – Minimização da perda de variabilidade genética** | | |
| **4 – Implementação de produção e consumo sustentáveis** | | | **14 – Restauração e preservação de serviços ecossistêmicos** | | |
| **5 – Redução da perda de ambientes nativos** | | | **15 – Aumento da resiliência de ecossistemas** | | |
| **6 – Sustentabilidade do manejo e captura de organismos aquáticos** | | | **16 – Implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos** | | |
| **7 – Incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura** | | | 17 – Atualização e adoção da estratégia nacional de biodiversidade | | |
| **8 – Redução da poluição** | | | **18 – Respeito aos conhecimentos tradicionais** | | |
| **9 – Implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras** | | | **19 – Ampliação e compartilhamento das bases científicas sobre biodiversidade** | | |
| **10 – Minimização das pressões antropogênicas sobre ecossistemas marinhos** | | | 20 – Mobilização e alocação de recursos financeiros para a biodiversidade | | |
|  | | | | | |
| **CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)** | | | | | |
| 3.1.1 | Baixa valorização do uso da biodiversidade na alimentação e nutrição | | | | |
| 3.1.3 | Modelo de desenvolvimento não prioriza aspectos locais da sociobiodiversidade | | | | |
| 3.1.4 | Incentivos financeiros, econômicos e tecnológicos limitados para estimular a conservação, produção e uso sustentável | | | | |
| 3.1.5 | Baixo aproveitamento do conhecimento tradicional | | | | |
|  |  | | | | |
|  | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES (Exemplos)** | | | | | |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS** | **ÓRGÃO RESPONSÁVEL** | **PARCEIROS** | **ORÇAMENTO PPA**  **(R$)** | **OUTROS ORÇAMENTOS (R$)** | **INDICADORES** |
| Apoiar o manejo florestal comunitário e familiar por meio da prestação de assistência técnica (GEFLOC) | MMA | Fundo Clima/ ICMBio | 6.120.000,00 | NI |  |
| Cadastrar, operacionalizar e monitorar a transferência de renda no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Plano Brasil sem Miséria | MMA | MDS, MDA, INCRA, ICMBio, SPU | 3.372.000,00 | NI |  |
| Implantar Farmacopéia por bioma | MMA | Articulação Pacari, Rede Cerrado, Rede de Plantas Medicinais da América do Sul, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas | 1.764.123,00 | NI |  |
| Implementar 13 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade no âmbito do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade realizando o fortalecimento de 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional. | MMA | MDS, Conab, MDA | 3.409.319,00 | NI |  |
| Implementar o projeto GEF “Conservação e uso sustentável da biodiversidade para a melhoria da nutrição e do bem-estar humano” | MMA | MDA, MDS, MAPA, MEC, MS, CONAB, FNDE, CONSEA, Embrapa, FNN, Universidades Públicas | 506.558,00 | 30.000.000,00 |  |
| Revisar, organizar e publicar os resultados do levantamento relativo aos aspectos botânico-ecológicos e diferentes possibilidades de uso de espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial (Iniciativa Plantas para o Futuro). | MMA | Embrapa, Universidades Públicas, Sul (FAPEU), Centro-Oeste (Embrapa), Sudeste (Biodiversitas/Fundação Zoobotânica/BH), Nordeste (APNE/UFPE), Norte (Museu Emílio Goeldi). | 1.764.123,00 | NI |  |

* 1. Eixo 4: Gestão – Gestão da EPANB e monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade

Durante a construção dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental foram identificadas as percepções sobre as vulnerabilidades e elementos do contexto que limitam o processo de construção e implementação do Plano de Ação Governamental. Nas entrevistas realizadas, as percepções sobre as vulnerabilidades tiveram ampla variação, mas a questão do isolamento do setor ambiental de outros setores foi convergente entre quase todos os entrevistados. Foram citadas questões como a inserção inadequada da temática ambiental na agenda do governo, a dificuldade de engajar setores que geram impactos na biodiversidade, bem como o predomínio de um modelo de desenvolvimento socioeconômico sem uma perspectiva de sustentabilidade e com uma visão de curto prazo.

Dessa forma, esse quarto eixo inclui (i) ações complementares aos eixos 1 a 3 dedicadas a combater as vulnerabilidades e elementos do contexto, fundamentadas nos princípios para internalização das Metas Nacionais de Biodiversidade, (ii) ações de monitoramento dos indicadores das Metas, (iii) ações para o desenvolvimento de novos indicadores conforme recomendações dos processos participativos, (iv) ações de coordenação entre as iniciativas de âmbito nacional e regional que tratam de temas ligados à biodiversidade, e (v) ações de gestão da EPANB.

Como este eixo é estratégico e administrativo, suas ações contribuem, direta ou indiretamente, para todas as Metas Nacionais de Biodiversidade e para combater todas as causas da perda de biodiversidade. Portanto, os campos relativos a esses dois temas não foram detalhados na estrutura abaixo.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 4:** Gestão da EPANB e monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade | | | | | |
| **OBJETIVO 4.1:** Estabelecer uma articulação efetiva entre todos os setores governamentais para o tema biodiversidade, em nível estratégico. | | | | | |
|  | | | | | |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS (os temas abordados pelas metas estão resumidos abaixo)** | | | | | |
| 1 a 20 | | |  | | |
|  | | | | | |
| **CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)** | | | | | |
| Todas | | |  | | |
|  | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES** | | | | | |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS** | **ÓRGÃO RESPONSÁVEL** | **PARCEIROS** | **ORÇAMENTO PPA**  **(R$)** | **OUTROS ORÇAMENTOS (R$)** | **INDICADORES** |
| Articulação política para sensibilização estratégica dos níveis decisórios de todos os setores, inclusive por meio de integração de critérios de sustentabilidade ambiental na preparação do novo ciclo do PPA. | MMA e MPOG |  |  |  | - Número de atividades de articulação realizadas.  - Número de setores envolvidos nas atividades de articulação.  - Variação do número de ações do novo PPA, em comparação com o ciclo anterior, que contribuem de forma positiva para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. |
| Desenvolvimento de projeto de lei para transformar a EPANB em instrumento legal. | MMA |  |  |  | - Número de reuniões interministeriais e inter-setoriais para preparação do projeto de lei.  - Número de setores (do governo, sociedade civil e setor privado) envolvidos nas reuniões.  - Documento do projeto de lei finalizado.  - Projeto de lei enviado ao Congresso. |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 4:** Gestão da EPANB e monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade | | | | | |
| **OBJETIVO 4.2:** Estabelecer uma sinergia efetiva entre as iniciativas federais e regionais tratando de temas específicos ligados à biodiversidade. | | | | | |
|  | | | | | |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS (os temas abordados pelas metas estão resumidos abaixo)** | | | | | |
| **1 – Conhecimento da biodiversidade pela população brasileira** | | | 11 – Conservação de áreas protegidas | | |
| **2 – Integração dos valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade** | | | **12 – Redução do risco de extinção de espécies ameaçadas** | | |
| 3 – Redução de incentivos perversos e aplicação de incentivos positivos | | | **13 – Minimização da perda de variabilidade genética** | | |
| **4 – Implementação de produção e consumo sustentáveis** | | | **14 – Restauração e preservação de serviços ecossistêmicos** | | |
| **5 – Redução da perda de ambientes nativos** | | | **15 – Aumento da resiliência de ecossistemas** | | |
| 6 – Sustentabilidade do manejo e captura de organismos aquáticos | | | **16 – Implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos** | | |
| **7 – Incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura** | | | 17 – Atualização e adoção da estratégia nacional de biodiversidade | | |
| 8 – Redução da poluição | | | 18 – Respeito aos conhecimentos tradicionais | | |
| **9 – Implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras** | | | **19 – Ampliação e compartilhamento das bases científicas sobre biodiversidade** | | |
| 10 – Minimização das pressões antropogênicas sobre ecossistemas marinhos | | | 20 – Mobilização e alocação de recursos financeiros para a biodiversidade | | |
|  | | | | | |
| **CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)** | | | | | |
| Todas????????? | | |  | | |
|  | | |  | | |
|  | | |  | | |
|  | | |  | | |
|  | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES** | | | | | |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS** | **ÓRGÃO RESPONSÁVEL** | **PARCEIROS** | **ORÇAMENTO PPA**  **(R$)** | **OUTROS ORÇAMENTOS (R$)** | **INDICADORES** |
| Formação de um Grupo de Trabalho para articular todos os temas ligados à biodiversidade que estão sendo tratados de forma específica no âmbito federal ou regional, inclusive outras convenções de meio-ambiente. | MMA | MCTI |  |  | - Grupo de Trabalho formado por meio de normativa.  - Número de iniciativas participando do GT, em comparação ao total atual incluído neste Objetivo 4.2. |
| Reuniões gerais de articulação entre todos os temas ligados à biodiversidade que estão sendo tratados de forma específica no âmbito federal ou regional.  Iniciativas atualmente incluídas: PLANAPO  PLANAVEG  Invasoras  DPG  Produção e consumo sustentáveis  Educação ambiental  Desertificação  Clima |  |  |  |  | - Número de reuniões de articulação realizadas (recomendação: pelo menos uma a cada 3 meses).  - Número de iniciativas envolvidas nas atividades de articulação, em comparação ao total atual incluído neste Objetivo 4.2. |
| Articulação com o DPG/MMA para implementação do novo marco legal para acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, e repartição de benefícios. |  | DPG/MMA e SBF/MMA |  |  | - DPG participando do GT. |
| Outras atividades específicas ligadas às iniciativas individualmente? |  |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 4:** Gestão da EPANB e monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade | | | | | |
| **OBJETIVO 4.3:** Monitoramento bianual dos Objetivos Estratégicos da EPANB (Metas Nacionais de Biodiversidade) | | | | | |
|  | | | | | |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS (os temas abordados pelas metas estão resumidos abaixo)** | | | | | |
| 1 a 20 | | |  | | |
|  | | | | | |
| **CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)** | | | | | |
| Todas | | |  | | |
|  | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES** | | | | | |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS** | **ÓRGÃO RESPONSÁVEL** | **PARCEIROS** | **ORÇAMENTO PPA**  **(R$)** | **OUTROS ORÇAMENTOS (R$)** | **INDICADORES** |
| **Objetivo Estratégico A:** | | | | | |
| Avaliação dos avanços da meta 1 | MMA | Akatu, UEBT |  |  | - Consciência ambiental e hábitos sustentáveis. |
| Avaliação dos avanços da meta 2 | MMA | IPEA, SIAFI (fonte) |  |  | - Gasto federal com biodiversidade. |
| Avaliação dos avanços da meta 3 | MMA | IBGE |  |  | - ICMS Ecológico. |
| Avaliação dos avanços da meta 4 | MMA | PNIA, IBGE, Global Footprint Network, Akatu, UEBT |  |  | - Consciência ambiental e hábitos sustentáveis.  - Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à totalidade de resíduos sólidos urbanos coletados.  - Intensidade energética.  - Participação das diferentes fontes na oferta de energia.  - Pegada Ecológica Brasileira. |
| **Objetivo Estratégico B:** | | | | | |
| Avaliação dos avanços da meta 5 | MMA | INPE, PNIA, IBGE |  |  | - Número de focos de calor por bioma.  - Cobertura vegetal nativa remanescente. |
| Avaliação dos avanços da meta 6 | MMA | IBAMA, MPA |  |  | - Produção pesqueira nacional extrativa. |
| Avaliação dos avanços da meta 7 | MMA | IBGE, PNIA, MAPA, ANVISA, BIP |  |  | - Intensidade do uso de agrotóxicos.  - Produtores cadastrados no CNPO/MAPA.  - Plantio direto em culturas anuais. |
| Avaliação dos avanços da meta 8 | MMA | Plansab, IBGE, PNIA, ANA |  |  | - Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à totalidade de resíduos sólidos urbanos coletados.  - Qualidade de águas interiores.  - Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas.  - Emissões de origem antrópica dos gases do efeito estufa (GEE). |
| Avaliação dos avanços da meta 9 | MMA | IBGE, Instituto Hórus |  |  | - Espécies exóticas invasoras reconhecidas oficialmente. |
| Avaliação dos avanços da meta 10 | MMA | ICMBio |  |  | - Cobertura vegetal nativa remanescente.  - Unidades de Conservação. |
| **Objetivo Estratégico C:** | | | | | |
| Avaliação dos avanços da meta 11 | MMA | CNUC/MMA, OEMAs, OMMAs, CAR, ICMBio, FUNAI |  |  | - Unidades de Conservação.  - Efetividade de gestão (UCs). |
| Avaliação dos avanços da meta 12 | MMA | ICMBio, CNCFLORA/JBRJ |  |  | - Espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção.  - Espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção com Planos de Ação para recuperação e conservação (PANs). |
| Avaliação dos avanços da meta 13 | MMA | Embrapa, Fiocruz, JBRJ, Universidades |  |  | - Recursos genéticos de fauna, flora e de microrganismos, conservados. |
| **Objetivo Estratégico D:** | | | | | |
| Avaliação dos avanços da meta 14 | MMA | IBAMA/PMDBBS, INPE, PNIA, FUNAI |  |  | - Cobertura vegetal nativa remanescente.  - Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA). |
| Avaliação dos avanços da meta 15 | MMA | INPE, IBAMA/PMDBBS, MCTI |  |  | - Cobertura vegetal nativa remanescente.  - Emissões de origem antrópica dos gases de efeito estufa (GEE). |
| Avaliação dos avanços da meta 16 | MMA | CGEN |  |  | - Acordos ou outros instrumentos de Repartição de Benefícios. |
| **Objetivo Estratégico E:** | | | | | |
| Avaliação dos avanços da meta 17 | MMA |  |  |  | - Grau de atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade. |
| Avaliação dos avanços da meta 18 | MMA | CGEN, ICMBio, OEMAs, OMMAs |  |  | - Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA).  - Acordos ou outros instrumentos de Repartição de Benefícios.  - Unidades de Conservação de Uso Sustentável com instrumentos de gestão. |
| Avaliação dos avanços da meta 19 | MMA | MCTI, ICMBio, Universidades, Museus |  |  | - Grau de adesão das bases ao SiBBr.  - Índice de Produtividade Científica. |
| Avaliação dos avanços da meta 20 | MMA | MPOG |  |  | - Diferença entre o recurso estimado total e o executado em nível federal. |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 4:** Gestão da EPANB e monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade | | | | | |
| **OBJETIVO 4.4:** Desenvolvimento de indicadores complementares fundamentais | | | | | |
|  | | | | | |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS (os temas abordados pelas metas estão resumidos abaixo)** | | | | | |
| 1 a 20 | | |  | | |
|  | | | | | |
| **CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)** | | | | | |
| Todas | | |  | | |
|  | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES** | | | | | |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS** | **ÓRGÃO RESPONSÁVEL** | **PARCEIROS** | **ORÇAMENTO PPA**  **(R$)** | **OUTROS ORÇAMENTOS (R$)** | **INDICADORES** |
| Criação de um Grupo de Trabalho com participação do IBGE, PNIA e atores-chave relevantes para construção dos indicadores a serem desenvolvidos. | MMA | UICN, PainelBio |  |  | - Número de reuniões de trabalho do grupo de trabalho.  - Número de indicadores desenvolvidos. |
| Aperfeiçoamento de indicador para a Meta 1 e 4: Conhecimento sobre biodiversidade e seus valores. Atualmente, o Barômetro da Biodiversidade informa sobre o conhecimento sobre o termo, mas ainda não sobre o conhecimento dos valores. A UEBT está disposta a incorporar, mas é preciso negociar e definir quais valores. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, UEBT |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 2: Contas econômicas ambientais. Deve mensurar o número de contas econômicas ambientais (ex.: água, florestas, mudança no uso e cobertura da terra, energia) desenvolvidas e implementadas. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, IBGE, ANA, SFB |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 2: Programas federais que integram o valor dos serviços ecossistêmicos Deve informar sobre o número de programas/ações no PPA Federal que integram o valor dos serviços ecossistêmicos e a proporção que representa no orçamento, indicando a integração desse tema no planejamento e nas ações dos setores governamentais. É preciso definir como identificar que um programa ou ação de fato integra esses valores (critérios e conceitos). | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, MPOG |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Aperfeiçoamento de indicador para a Meta 3: Recursos disponíveis para PSA. Deve indicar o volume de recursos disponíveis para programas existentes de PSA, que representam um dos principais incentivos positivos para a biodiversidade. Evidenciar os fluxos para PSA no Brasil. Melhorar a metodologia para o indicador do IBGE. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, ANA, IBGE, Forest Trends |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 3: Ações governamentais que incluem ou representam incentivos positivos ou negativos que afetam a biodiversidade. Deve informar sobre o volume de recursos disponíveis que afetam a biodiversidade em programas. | MMA | UICN, PainelBio, MPOG |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 4: Perda e desperdício de alimentos. Deve contribuir para aumentar significativamente a sustentabilidade dos setores de produção, distribuição e comercialização de alimentos, reduzindo de forma abrangente a pegada ecológica nacional. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, FAO |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Aprimoramento de indicador para as Metas 5 e 15: Perda de ambientes nativos terrestres. Deve informar sobre a perda de ambientes nativos (taxa e acumulado) pela remoção da cobertura vegetal nativa em cada bioma terrestre. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, INPE, IBAMA/CSR |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Aprimoramento de indicador para as Metas 5 e 15: Taxa de degradação de ambientes nativos terrestres. Atualmente parcialmente existente para a Amazônia e Cerrado (TerraClass e DEGRAD), deve ser expandido para os demais biomas. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para as Metas 5 e 15: Taxa de fragmentação de ambientes aquáticos de água doce. Deve informar sobre uma das maiores ameaças a esses ambientes, por meio de um índice, com base no número de barramentos por bacia hidrográfica e outros elementos a serem definidos. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, ANA |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 6: Proporção de estoques de peixes explotados fora dos limites biológicos de segurança. Deve informar diretamente sobre a meta. Necessita de informações sobre os limites biológicos de segurança dos estoques explorados. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, MPA, IBAMA |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Aprimoramento de indicador para as Metas 6 e 10: ReefCheck. Deve informar sobre a preservação dos habitats de recifes de coral. Atualmente está limitado a cerca de 5 UCs e sua abrangência precisa ser aumentada para informar melhor a meta. | MMA | ICMBio, UFPE |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Aprimoramento de indicador para a Meta 6: Espécies ameaçadas de extinção impactadas pela pesca contempladas por Planos de Ação Nacionais (PANs). Deve informar sobre o percentual dessas espécies contempladas com PANs implementados e aprimorados. | MMA | ICMBio, IBAMA, MPA |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 6: Porcentagem de Comitês Permanentes de Gestão (CPGs) funcionando. Deve informar sobre o funcionamento de CPGs com base nas reuniões periódicas com subcomitê científico e subcomitê de acompanhamento operantes e participação social, com a proposição de planos de gestão ou medidas específicas. | MMA | UICN, PainelBio, IBAMA, MPA |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para as Metas 7 e 11: Propriedades rurais cadastradas com situação ambiental regular e em processo de regularização. Deve informar sobre o percentual das propriedades rurais cadastradas com situação ambiental regular e o percentual em processo de regularização, com base nas informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR). | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, IBGE. |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para as Metas 7, 11, 14 e 15: Cobertura vegetal em APPs e RLs. Deve informar, de forma complementar aos dados sobre UCs, a % de área com cobertura de vegetação nos diferentes biomas terrestres cadastradas no CAR para conservação que estão conservadas ou recuperadas. Esse indicador, uma vez desenvolvido, pode ser incorporado como um componente do indicador de “Porcentagem de áreas conservadas”. | MMA | MMA, INCRA, MAPA, INPE |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 9: Implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. Indicador de progresso que deve informar sobre o estágio (%) de implementação dos componentes da Estratégia Nacional. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Aperfeiçoamento de indicador parcialmente existente para as Metas 10 e 12: Espécies costeiras e marinhas ameaçadas de extinção. A avaliação do risco de extinção das espécies pode funcionar como indicador da integridade e funcionamento desses ecossistemas. Verificar definição dos conceitos “costeiro” e “marinho” e metodologia de mensuração. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, ICMBio, MPA |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Aperfeiçoamento de indicador parcialmente existente para as Metas 11 e 15: Índice de fragmentação e conectividade. Com base no mapa de cobertura, são calculadas métricas entre os fragmentos remanescentes. Esse indicador permitirá priorizar as áreas de APP, RLs, e áreas agrícolas de baixa aptidão que deverão ser recuperadas, usando a fragmentação e conectividade, que contribuirão para a identificação e potencialização da resiliência e o aumento dos estoques de carbono. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, ICMBio, IBAMA/CSR, INPE, CAR |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 11: Índice de Representatividade Ecológica em UCs. Deve informar sobre a representatividade ecológica dos ecossistemas, por bioma, em UCs. Atualmente, GIZ e WWF estão desenvolvendo protocolos. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, ICMBio, WWF, GIZ |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Aperfeiçoamento de indicador atualmente em desenvolvimento para a Meta 13: Valor nutricional da biodiversidade brasileira. Número de espécies nativas da biodiversidade brasileira com informações sobre valor nutricional incluídas no Banco de Dados de Composição Nutricional da Biodiversidade no Sistema de Informação sobre Biodiversidade Brasileira – SIBBr (sistema on-line). Deve informar sobre o número de espécies da biodiversidade nativa cujo uso está sendo promovido, o que representa um incentivo para sua conservação. Este número seria comparado ao total de espécies nativas alimentícias priorizadas na Iniciativa Plantas para o Futuro. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, SiBBr, BFN |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 14: Restauração de APPs e RLs. Deve informar sobre as áreas de APPs e RL registradas no CAR que estão sendo restauradas. Informa sobre a evolução da área total (ha) restaurada em comparação com a área degradada no país, com base no Planaveg (em preparação) e SICAR. |  |  |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 15: Área em processo de recuperação. Deve informar sobre a evolução da área total (número de hectares) restaurada em comparação à área degradada no país, com base no Planaveg (em preparação) e SICAR. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, INPE, IBAMA/PMDBBS |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 16: Acordos de repartição de benefícios (número). Deve informar sobre o número de acordos de repartição de benefícios celebrados com a União, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais. | MMA/DPG | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, CGEN |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 16: Ratificação do Protocolo de Nagoya (% das etapas concluídas). Deve informar sobre a proporção de etapas para a ratificação do Protocolo concluídas (1-assinatura, 2-envio ao Congresso, 3-ratificação pelo Congresso, 4-sanção presidencial, 5-depósito da ratificação na sede da ONU). | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Desenvolvimento de indicador para a Meta 20: Mobilização de recursos viáveis para biodiversidade. Deve informar sobre a estimativa da porção da lacuna de recursos que é viável de ser mobilizada e executada. | MMA | UICN, PainelBio, Grupo de Trabalho, MPOG, IPEA |  |  | - Ficha técnica do indicador concluída.  - Negociação para produção dos dados realizada. |
| Negociação com as instituições relevantes para produção dos indicadores desenvolvidos. | MMA |  |  |  | - Número de novos indicadores com acordos firmados para sua produção. |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 4:** Gestão da EPANB e monitoramento das Metas Nacionais de Biodiversidade | | | | | |
| **OBJETIVO 4.5:** Gestão, monitoramento, avaliação e revisão periódica da EPANB | | | | | |
|  | | | | | |
| **CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS NACIONAIS (os temas abordados pelas metas estão resumidos abaixo)** | | | | | |
| 1 a 20 | | |  | | |
|  | | | | | |
| **CAUSAS DA PERDA DE BIODIVERSIDADE (PRIORIZADAS)** | | | | | |
| Todas | | |  | | |
|  | | | | | |
| **PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES** | | | | | |
| **ATIVIDADES PLANEJADAS** | **ÓRGÃO RESPONSÁVEL** | **PARCEIROS** | **ORÇAMENTO PPA**  **(R$)** | **OUTROS ORÇAMENTOS (R$)** | **INDICADORES** |
| Finalização do Plano de Ação, atualizando os eixos 1 a 3 conforme o novo ciclo do PPA (2016-2019) e pactuação com os demais setores. | MMA e MPOG | PainelBio, CONABIO |  |  | - Eixos 1 a 3 finalizados.  - Reunião de pactuação realizada.  - Número de setores que participaram da reunião de pactuação. |
| Realização de reuniões anuais do Comitê Nacional de Biodiversidade gestor da EPANB | MMA |  |  |  | - Reunião anual realizada.  - Número de deliberações da reunião anterior executadas. |
| Monitoramento anual da implementação dos quatro eixos do Plano de Ação | MMA |  |  |  | -Avaliação da implementação dos 4 eixos realizada.  - Ajustes recomendados realizados. |
| Monitoramento anual da implementação dos Planos de Aplicação | MMA |  |  |  | - Avaliação dos avanços na implementação dos Planos de Aplicação realizada.  - Ajustes recomendados realizados. |
| Realização de uma avaliação de meio-termo na metade do ciclo vigente da EPANB | MMA | UICN, PainelBio, CONABIO |  |  | - Avaliação de meio-termo realizada.  - Ajustes recomendados realizados. |
| Realização de uma avaliação de final de ciclo e revisão da EPANB (Objetivos Específicos, Metas Nacionais, Plano de Ação, Planos de Aplicação), iniciando um ano antes do término do ciclo vigente. | MMA | UICN, PainelBio, CONABIO |  |  | - Avaliação final realizada.  - Atualização da EPANB realizada. |
| Publicação dos resultados da avaliação dos avanços do país com relação à biodiversidade na forma dos relatórios nacionais periódicos para a CDB. | MMA |  |  |  | - Relatório preparado.  - Relatório enviado oficialmente à CDB. |

1. Planos de Aplicação
   1. Plano de Mobilização de Recursos

Este plano será preparado com base nos produtos de consultorias separadas, que levantarão os recursos estaduais e federais existentes para a biodiversidade, bem como a lacuna necessária para implementação da EPANB. O plano conterá tanto as possíveis fontes de recurso como as estratégias para mobilização dos recursos necessários para implementação do Plano de Ação, do Plano de Capacidade Humana e Tecnológica, e do Plano de Comunicação.

Além da contratação dos consultores, o Ministério do Meio Ambiente também está trabalhando em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o mapeamento nacional dos recursos investidos em biodiversidade no Brasil. O IPEA já está trabalhando na quantificação, análise e monitoramento dos gastos ambientais dentro do governo federal, com o objetivo de preparar uma proposta para aumentar a eficácia dos gastos ambientais governamentais. Esta análise deverá não só contribuir para uma melhor compreensão da gestão e operação das políticas nacionais de meio ambiente, como também apoiar a tomada de decisões sobre a necessidade de ajustar a implementação dessas políticas e/ou planejar ações futuras. A parceria entre o MMA e o IPEA busca ampliar o escopo da análise para incluir especificamente o tema da biodiversidade, tanto no nível estadual como federal.

O IPEA está adotando a Classificação das Atividades Ambientais (*Classification of Environmental Activities* – CEA), uma metodologia desenvolvida pela Organização das Nações Unidas no âmbito do Sistema de Contas Econômicas e Ambientais (*System of Economic and Environmental Accounts* – SEEA). O CEA considera três critérios: (i) as despesas devem estar registradas no orçamento oficial ou nas instituições executoras (para despesas extra-orçamentais); (ii) as informações recolhidas devem ser comparáveis a nível internacional com outras metodologias para avaliar os gastos ambientais; e (iii) os dados devem compor séries históricas anuais contínuas e comparáveis. As fases planejadas para esse estudo analítico são: (1) o planejamento estratégico do estudo; (2) desenvolvimento de metodologia para a definição dos parâmetros para gastos ambientais; (3) classificação das rubricas orçamentais para despesas ambientais; (4) estabelecimento de acordos de cooperação com as instituições responsáveis pelo fornecimento dos dados relevantes (MMA e Secretaria de Orçamento Federal – SOF); (5) estruturação de um banco de dados que deverá conter a classificação das despesas ambientais, começando com o PPA 2008-2011; e (6) a análise de dados e publicação das informações coletadas.

No futuro, o IPEA pretende transformar esse estudo em uma linha de pesquisa permanente, com atualização anual dos dados sobre os gastos ambientais, e expandir o estudo para incluir os níveis estadual e municipal. Desde 2014, o IPEA está definindo o método para classificar as atividades ambientais e estruturando o banco de dados com os gastos orçamentários federais.

Em paralelo, estão sendo realizadas discussões entre o MMA, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o IPEA para definir uma metodologia comum para inventariar gastos ambientais dentro do setor privado. Para este fim, será aplicada a classificação dos gastos ambientais da metodologia do IPEA, o que envolverá a análise de itens direta e indiretamente relacionados à biodiversidade.

Além disso, o Brasil sediou dois eventos internacionais em abril de 2014 sobre a mobilização de recursos: (i) uma oficina de capacitação regional sobre mobilização de recursos no âmbito da CDB para a América Latina e Caribe; e (ii) uma reunião do Painel de Alto Nível sobre Avaliação Global de Recursos para a Implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020.

* 1. Plano de Capacidade Humana e Tecnológica

Este plano será preparado por uma consultoria separada. A partir de uma análise da situação existente, essa consultoria proporá a estratégia e as ações para construir as capacidades humanas e tecnológicas necessárias nos órgãos governamentais para viabilizar a implementação da EPANB, o cumprimento dos compromissos nacionais com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o atingimento das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020.

Deverão ser consideradas as lacunas de número e qualificação técnica de pessoal nos órgãos dos governos estaduais e federal, bem como as necessidades de coordenação entre os entes e as necessidades tecnológicas. Os órgãos a serem considerados devem ser tanto aqueles da área de meio ambiente (federais e estaduais), como aqueles (federais) que afetam direta ou indiretamente as questões tratadas pelas Metas Nacionais de Biodiversidade.

* 1. Plano de Comunicação

Este plano será preparado por uma consultoria separada, a ser contratada para desenvolver um Plano de Comunicação e Divulgação da EPANB e das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, tendo como público alvo (i) os Ministérios e vinculadas federais de todos os setores; (ii) os órgãos do setor ambiental federal e estadual (Ministério do Meio Ambiente e vinculadas, e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs); e (iii) o grande público.

Considerando as ferramentas relevantes do programa de comunicação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o CEPA (sigla em inglês para: *Comunicação, Educação e Conscientização Pública*), o Plano deve detalhar as atividades de comunicação, educação e sensibilização do público e dos tomadores de decisão sobre a EPANB e as Metas, compreendendo medidas de curto e longo prazo.

O objetivo do Plano deve ser transmitir, por meio de estratégias de comunicação direcionadas a cada público, a existência e relevância da EPANB e das Metas Nacionais e a importância do envolvimento efetivo de todos os públicos na implementação destas, de forma a internalizar a EPANB e as Metas nas instituições governamentais federais de todos os setores e estaduais de meio ambiente, bem como a conscientização do público em geral sobre esses temas.

* 1. Plano de Monitoramento, Avaliação e Revisões Periódicas

Embora materializada em um documento de referência, a Estratégia Nacional de Biodiversidade é de fato um processo dinâmico, que deve estar em constante implementação e monitoramento, e deve passar por revisões participativas periódicas. Ainda, mais do que um documento único, a Estratégia Nacional de Biodiversidade se refere a um conjunto de elementos direcionadores que orientam e balizam os esforços brasileiros para a conservação da biodiversidade, um papel que, para ser desempenhado de forma efetiva e eficiente, requer monitoramento contínuo para permitir que os ajustes que se façam necessários sejam realizados a tempo.

Dessa forma, esse Plano descreve como deve funcionar o processo de monitoramento, avaliação e revisão da EPANB, incluindo ao final um cronograma de avaliação e revisão.

Os processos descritos neste Plano representam uma adaptação, às condições específicas e complexidades brasileiras, do processo de planejamento da biodiversidade de sete etapas (Figura 1) sugerido nas Diretrizes Nacionais para Planejamento da Biodiversidade preparadas por WRI, IUCN e UNEP[[6]](#footnote-6) e recomendadas pela 2ª Conferência das Partes da CDB, em 1995, realizada em Jacarta, Indonésia.

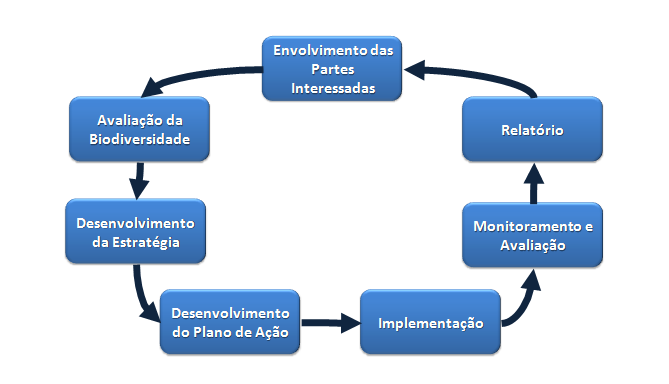


Figura 1: Modelo de planejamento da conservação da biodiversidade.

**Fonte:** Adaptado de: Miller, K.R. and S. M. Lanou. 1995. National Biodiversity Planning: Guidelines Based on Early Experiences around the World.

**Monitoramento:**

O Plano de Ação (item 3 da EPANB) inclui indicadores para todas as ações definidas nos seus quatro eixos. Os indicadores para as Metas Nacionais foram definidos no âmbito do PainelBio. Uma vez aprovados na CONABIO, os seguintes passos devem ser seguidos para alcançar o uso efetivo dos indicadores definidos:

1. Refinar/Desenvolver a ficha técnica de cada indicador;
2. Estabelecer parcerias com os órgãos responsáveis pela coleta e pela sistematização dos dados;
3. Encaminhar as fichas técnicas dos indicadores para esses órgãos, estabelecendo de comum acordo a periodicidade do monitoramento e forma de publicação da evolução dos indicadores;
4. Publicar, pelo menos eletronicamente e sempre de forma atualizada, os resultados periódicos da mensuração dos indicadores, informando seu status/evolução.

O monitoramento periódico dos indicadores pode subsidiar a tomada de decisão e correção de ações planejadas ou em execução, de forma a contribuir de forma positiva para os objetivos da EPANB e da CDB. Sempre que um conjunto de resultados do monitoramento de indicadores da EPANB e/ou das Metas Nacionais de Biodiversidade estiver disponível, deve ser apresentado à CONABIO.

O resultado da mensuração de indicadores ao final do ciclo de cada conjunto de Metas Nacionais de Biodiversidade deverá constituir o principal subsídio para a preparação dos relatórios nacionais para a CDB. E, em conjunto com a avaliação dos demais indicadores da EPANB, fundamentará a próxima revisão periódica da EPANB.

Embora para este ciclo (2011-2020) talvez não seja possível, é recomendado que futuramente sejam atribuídos pesos aos indicadores, para facilitar a avaliação da efetividade da implementação da EPANB e do alcance de cada meta, por exemplo.

**Avaliação:**

Enquanto os indicadores devem ser avaliados com base em dados confiáveis coletados ao longo do período, a efetividade e funcionalidade da EPANB deve ser avaliada com base nos resultados dos indicadores, em um processo participativo que inclua todos os setores envolvidos na sua implementação.

Recomenda-se que tal avaliação seja realizada por meio de oficinas com o apoio técnico do PainelBio e subsidiadas pelos resultados do monitoramento dos indicadores, bem como por uma avaliação independente da eficácia da EPANB realizada por uma consultoria externa. A avaliação participativa deve indicar, de forma clara e objetiva, os ajustes ou a complementação de ações ou componentes da EPANB, quando houver necessidade, para melhorar seu desempenho.

Tais ajustes e/ou complementações devem ser discutidos com a CONABIO para aprovação formal.

**Revisão periódica:**

A cada ciclo de 10 anos, diversos aspectos da EPANB precisam ser avaliados e, com base nos resultados da avaliação, revisados para manter sua relevância ao longo do ciclo da Estratégia. Os seguintes elementos da EPANB devem ser revisados a cada ciclo:

* Missão para o próximo ciclo;
* Principais objetivos para o próximo ciclo;
* Metas nacionais de biodiversidade para o próximo ciclo;
* Plano de Ação;
* Indicadores para as metas e para a EPANB;
* Plano de Mobilização de Recursos;
* Plano de Capacidade Humana e Tecnológica;
* Plano de Comunicação.

A periodicidade da revisão da EPANB deve seguir, pelo menos, os ciclos das Metas Nacionais de Biodiversidade (atualmente ciclos de 10 anos), embora os Planos de Ação da Estratégia possam ser atualizados com maior frequência, conforme necessário. A periodicidade mínima recomendada é de uma avaliação e revisão intermediária no meio do ciclo, para permitir correções de rumo, e uma revisão ao final do ciclo, preparando o próximo ciclo de Metas Nacionais de Biodiversidade e da EPANB.

Tal como os resultados da avaliação dos elementos da EPANB, as propostas de revisão, construídas de forma participativa com os atores relevantes e o PainelBio, devem ser submetidas à apreciação da CONABIO, para aprovação formal.

**Cronograma de avaliação e revisão**

Como o detalhamento de cada indicador deve definir uma periodicidade específica para seu monitoramento, esse cronograma (Tabela 6) refere-se apenas às ações de avaliação e revisão de elementos da EPANB.

##### **Tabela 6:** Cronograma de avaliação e revisão da EPANB

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Elemento da EPANB** | **Processo de Avaliação e/ou Revisão** | **Setores que devem participar do processo** | **Periodicidade** |
| Missão da EPANB | **Avaliação e revisão**.  Processo: oficina participativa, pelo menos 6 meses antes do final do ciclo, com posterior aprovação da CONABIO. | PainelBio e especialistas de todos os setores que participam da implementação da EPANB. | Ao final de cada ciclo (atualmente, a cada 10 anos) |
| Principais objetivos | **Avaliação e revisão**.  Processo: oficina participativa, pelo menos 6 meses antes do final do ciclo, com posterior aprovação da CONABIO. | PainelBio e especialistas de todos os setores que participam da implementação da EPANB. | Ao final de cada ciclo (atualmente, a cada 10 anos) |
| Metas nacionais de biodiversidade | **Avaliação intermediária** (mensuração de indicadores).  Processo: Com a colaboração do PainelBio, MMA coleta as informações das instituições que mensuram os indicadores, inclusive durante a preparação do relatório nacional para a CDB. A avaliação deve ser submetida à CONABIO. | MMA e instituições parceiras, PainelBio, CONABIO. | Na metade de cada ciclo. |
| Metas nacionais de biodiversidade | **Avaliação e revisão.**  Processo de Avaliação final: conforme descrito na avaliação intermediária.  Processo de Revisão: série de oficinas com participação efetiva de todos os setores, com base na experiência dos Diálogos, iniciando logo após o anúncio das novas metas globais, antes do final do ciclo. | Avaliação: MMA e instituições parceiras, PainelBio, CONABIO.  Revisão: Todos os setores governamentais, setor privado, sociedade civil, povos indígenas e comunidades tradicionais. A liderança do processo deve ser do MMA. | Ao final de cada ciclo (atualmente, a cada 10 anos) |
| Plano de Ação | **Avaliação** (mensuração de indicadores).  Processo: MMA, com apoio do MPOG, coleta as informações das instituições que mensuram os indicadores. | MMA, MPOG | Na metade de cada ciclo. |
| Plano de Ação | **Avaliação e revisão**.  Processo de avaliação: MMA coleta as informações das instituições que mensuram os indicadores. As informações devem subsidiar o processo de revisão.  Processo de revisão: série de oficinas, nos moldes da experiência da construção dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental, agora com participação também do setor privado e sociedade civil, para que o novo Plano de Ação seja de fato nacional e inclusivo. | Avaliação: MMA  Revisão: Todos os setores governamentais, setor privado, sociedade civil, povos indígenas e comunidades tradicionais. A liderança do processo deve ser do MMA, em colaboração com o MPOG. | Ao final de cada ciclo (atualmente, a cada 10 anos) |
| Indicadores para as metas e para a EPANB | **Revisão**, conforme novas metas nacionais e novos objetivos da EPANB.  Processo: série de oficinas com participação efetiva de todos os setores e especialistas convidados, em colaboração com o PainelBio. | Especialistas relevantes para as novas metas, todos os setores governamentais, setor privado, sociedade civil, povos indígenas e comunidades tradicionais. A liderança do processo deve ser do MMA, em colaboração com o PainelBio. | Ao final de cada ciclo (atualmente, a cada 10 anos) |
| Plano de Mobilização de Recursos | **Avaliação e revisão**.  Processo: MMA contrata consultoria específica. | MMA, em parceria com MPOG, e consultor(es). | Ao final de cada ciclo (atualmente, a cada 10 anos) |
| Plano de Capacidade Humana e Tecnológica | **Avaliação e revisão**.  Processo: MMA contrata consultoria específica. | MMA e consultor(es). | Ao final de cada ciclo (atualmente, a cada 10 anos) |
| Plano de Comunicação | **Avaliação e revisão**.  Processo: MMA contrata consultoria específica. | MMA e consultor(es). | Ao final de cada ciclo (atualmente, a cada 10 anos) |

1. Operacionalização

Todos os setores governamentais, além do setor privado e da sociedade civil executam ações que interferem, positiva ou negativamente, com a sustentabilidade da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Desta forma, é fundamental que a EPANB seja gerida por um mecanismo participativo, com um arranjo institucional que assegure a implementação eficaz das ações planejadas, legitime e permita a constante atualização e continuidade dos elementos da EPANB e facilite a transversalização e o alcance de seus objetivos.

Os itens a seguir descrevem as estruturas de coordenação nacional da EPANB, inspiradas nos arranjos propostos para a Política Nacional de Biodiversidade, e o mecanismo de intercâmbio de informações.

* 1. Estruturas de Coordenação Nacional

Como a colaboração de todos os setores é necessária para o alcance dos objetivos da EPANB e gestão integrada de suas ações, a gestão da EPANB deve ter sua base em um nível de governança superior. Desta forma, a estrutura de coordenação nacional da EPANB precisará, necessariamente, de um instrumento legal para sua instituição. Assim, a proposta de estrutura de gestão descrita abaixo inclui duas partes: uma interina, até que seja efetivado o instrumento legal necessário, e a permanente, que deve assegurar a ampla participação e coordenação necessárias para a implementação e gestão efetivas da EPANB.

As atribuições da instância gestora da EPANB são descritas após a descrição das propostas de gestão interina e gestão permanente. Esta seção também inclui um item sobre a coordenação da EPANB com outros instrumentos nacionais ou regionais que tratam de agendas relacionadas com a biodiversidade e o meio ambiente.

*Gestão interina*

Até que a gestão permanente seja instituída por meio do instrumento legal necessário, a gestão interina da EPANB será realizada pela CONABIO, com apoio técnico do PainelBio. Como a CONABIO tem caráter consultivo, caberá ao MMA executar suas propostas com relação à gestão da EPANB.

O caráter multi-setorial da CONABIO supre, pelo menos interinamente, a representatividade dos diversos setores que devem ser envolvidos na implementação, monitoramento, avaliação e revisão da EPANB. Porém, há necessidade de fortalecer a efetividade prática e dos instrumentos legais resultantes das decisões dessa instância de gestão.

Sempre que a gestão da EPANB for incluída na pauta das reuniões da CONABIO, o Conselho Deliberativo do PainelBio será convidado a participar para fornecer sua opinião técnica sobre os assuntos da EPANB incluídos na pauta.

[Alternativamente, poderia ser criado um Grupo de Trabalho no CONAMA para gerir a EPANB, vinculado à Câmara Técnica de Biodiversidade. Por ser um conselho deliberativo, suas resoluções sobre a gestão e implementação da EPANB teriam mais força e permeabilidade do que uma resolução da CONABIO. A CONABIO seria convidada a dar sua opinião sobre os temas em pauta e o PainelBio desempenharia aqui a mesma função de fornecer apoio técnico.]

*Gestão permanente*

Para assegurar a transversalidade da EPANB, deverá ser criado, por meio de um instrumento legal, um Comitê Nacional de Biodiversidade (CNBio) com caráter permanente e deliberativo, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Tal Comitê deve ser composto por representantes de diversos setores governamentais, como listados na Tabela 7 abaixo:

##### **Tabela 7:** Composição proposta para o Comitê Nacional de Biodiversidade – CNBio.

|  |  |
| --- | --- |
| **Setores representados** | |
| 1 - Casa Civil, que o coordenará | 12 - Ministério do Meio Ambiente |
| 2 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 13 - Ministério de Minas e Energia |
| 3 - Ministério das Cidades | 14 - Ministério da Pesca e Aquicultura |
| 4 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | 15 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão |
| 5 - Ministério da Defesa | 16 - Ministério das Relações Exteriores |
| 6 - Ministério do Desenvolvimento Agrário | 17 - Ministério da Saúde |
| 7 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior | 18 - Ministério dos Transportes |
| 8 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome | 19 - Ministério do Turismo |
| 9 - Ministério da Educação | 20 - Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República |
| 10 - Ministério da Fazenda | 21 - Secretaria de Políticas para as Mulheres |
| 11 - Ministério da Integração Nacional |  |

Além dos 21 membros propostos, de forma a estimular e coordenar as iniciativas e estratégias estaduais e regionais com a estratégia nacional, o CNBio deveria convidar representantes da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) para participar como ouvintes em suas reuniões.

Embora a coordenação do CNBio caiba à Casa Civil, cabe ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), por sua vocação, um papel de liderança da gestão da EPANB, como presidente da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO).

Dentro do CNBio, a CONABIO terá caráter consultivo e coordenará a participação da sociedade nas discussões sobre a EPANB, conforme regulamento a ser definido.

O PainelBio, por ser constituído por especialistas em temas relevantes para a EPANB, além de representantes de diversos setores, funcionará como instância de aconselhamento técnico-científico para a gestão da EPANB.

Representantes da CONABIO e do PainelBio, além de especialistas *ad hoc*, conforme necessários para temas específicos, poderão participar das reuniões do CNBio como colaboradores.

O CNBio deve se reunir pelo menos duas vezes por ano em reuniões ordinárias, e em tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias.

*Atribuições da instância gestora e instâncias colaboradoras da EPANB*

As atribuições do CNBio, da CONABIO e do PainelBio com relação à gestão da EPANB estão descritas a seguir.

1. **Comitê Nacional de Biodiversidade (CNBio)**

Como instância gestora da EPANB, caberá ao CNBio:

I – Orientar as revisões periódicas, a implementação, o monitoramento e a avaliação da Estratégia e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade (EPANB);

II – Propor ações prioritárias a serem implementadas no curto prazo;

III – Aprovar proposições submetidas pela Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) e pelo Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio);

IV – Apoiar a articulação nacional com agendas relacionadas de forma a viabilizar ações conjuntas, troca de experiências e uso mais eficiente de recursos que contribuam para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos;

V – Aprovar a instituição de grupos de trabalho para assessorar o CNBio;

VI – Identificar ações necessárias de pesquisa e desenvolvimento;

VII – Convidar, quando necessário, representantes da CONABIO e/ou do PainelBio e/ou especialistas e representantes de órgãos ou entidades públicas ou privadas para apoiar os seus trabalhos; e

VIII – Convidar representantes da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) para participar como ouvintes em suas reuniões, de forma de estimular e coordenar as iniciativas e estratégias estaduais e regionais com a estratégia nacional.

1. **Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO)**

Como instância colaboradora para a gestão da EPANB, caberá à CONABIO:

I – Interinamente, até a constituição do CNBio, desempenhar as atribuições do CNBio;

II – Dentro de suas competências com relação à Política Nacional da Biodiversidade – PNB e à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), e ainda com relação à própria diversidade biológica, apoiar o CNBio na gestão, implementação, monitoramento, avaliação e revisão da EPANB, respondendo às solicitações do CNBio e apresentando propostas para aprimorar a eficiência e eficácia da EPANB.

III – Discutir os temas indicados pelo CNBio e indicar os representantes que apresentarão as opiniões resultantes da CONABIO nas reuniões do CNBio.

1. **PainelBio**

O PainelBio foi criado como uma rede voluntária e colaborativa de instituições dos diferentes setores da sociedade com o objetivo de contribuir para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira, promovendo sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas. Dentro desse objetivo e como instância colaboradora para a gestão da EPANB, caberá ao PainelBio:

I – Fornecer apoio técnico e científico aos trabalhos do CNBio, respondendo às suas solicitações e apresentando propostas para aprimorar a eficiência e eficácia da EPANB, particularmente com relação ao atingimento das Metas Nacionais de Biodiversidade;

II – Discutir os temas indicados pelo CNBio e indicar os representantes que apresentarão as opiniões resultantes do PainelBio nas reuniões do CNBio;

III – Apoiar particularmente os processos de revisão das Metas Nacionais de Biodiversidade e de seus indicadores, bem como o monitoramento contínuo desses indicadores.

*Coordenação com agendas relacionadas*

Como instrumento que define o curso de ação para alcançar a visão brasileira de longo prazo para a conservação e uso sustentável dos recursos fundamentais que sustentam e garantem resiliência à sociedade e à economia nacional (a biodiversidade, o equilíbrio entre seus componentes, e os serviços ambientais resultantes), a EPANB estabelecerá uma forte coordenação com agendas relacionadas em âmbito nacional e regional.

Para o atual ciclo, as seguintes agendas estão incluídas nesse objetivo de colaboração para fortalecer metas comuns:

[PLANAPO, PLANAVEG, Invasoras, DPG, Produção e consumo sustentáveis, Educação ambiental, Desertificação, Clima...]

[Definir com MMA e incluir como se dará a coordenação com agendas específicas de biodiversidade – recursos genéticos, invasoras, outras convenções relacionadas com meio ambiente e biodiversidade...]

* 1. Mecanismo de Intercâmbio de Informações

Este item apresentará uma proposta de melhoria do mecanismo brasileiro de intercâmbio de informações para apoiar a implementação e o monitoramento da EPANB, que está sendo preparada por uma consultoria separada. Este mecanismo deve servir não apenas de apoio à EPANB, mas também para outros processos relacionados à biodiversidade no país, tais como a preparação dos relatórios nacionais para convenções de meio ambiente, as atualizações do mapa de áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, as atualizações das listas de espécies ameaçadas, e a disseminação de informações científicas sobre biodiversidade.

[O desenvolvimento de um mecanismo web de intercâmbio de informações está ainda muito no início. O site ainda está nos primórdios do desenvolvimento. Verificar com MMA que informações incluir sobre o tema.]

1. ANEXOS
   1. Anexo 1: Processo de Atualização da EPANB

Atendendo ao Plano Estratégico da CDB para 2010 e suas metas, o Brasil adotou uma Estratégia Nacional de Biodiversidade composta de várias políticas ambientais já existentes, mais tarde complementadas por políticas e programas adicionais, tal como descrito no 4º Relatório Nacional do Brasil para a CDB. Ainda em resposta ao Plano Estratégico da CDB, o primeiro esforço para definir Metas Nacionais de Biodiversidade resultou em um conjunto de 51 metas, algumas das quais mais restritivas do que as metas globais para 2010. Conforme documentado no 4º Relatório Nacional para a CDB, duas das 51 metas foram totalmente alcançadas e notável progresso foi obtido em 14 outras. A principal conclusão foi que, para avançar nas demais áreas, seria importante aprimorar o foco dos critérios e processos de definição das metas nacionais, definir um conjunto de indicadores e estabelecer sistemas de monitoramento para medir adequadamente a implementação das metas.

No ciclo seguinte, após a definição das 20 novas Metas Globais de Biodiversidade na COP-10 (Nagoya, 2010) e na tentativa de avançar além dos resultados nacionais alcançados no período anterior, surgiu a necessidade de conceber uma estratégia diferente para revisar e atualizar a Estratégia e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade (EPANB), bem como para definir as metas para 2020, compartilhando a responsabilidade com as lideranças de todos os setores. Esta nova abordagem poderia ser considerada como o primeiro passo na construção de uma nova Estratégia Nacional para 2011-2020.

A implementação da nova abordagem começou com uma ampla consulta para obter uma construção coletiva da EPANB revisada e das novas Metas Nacionais de Biodiversidade para 2011-2020, em uma iniciativa conhecida como Diálogos sobre a Biodiversidade, que resultou na definição de um conjunto mais conciso de 20 Metas Nacionais (ver seção 6.1.1). Em paralelo, várias outras iniciativas foram realizadas, uma das quais sendo o desenvolvimento de um Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (ver seção 6.1.2), complementado pela construção do Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio) (ver seção 6.1.3) para auxiliar na definição de indicadores e na implementação e acompanhamento das Metas Nacionais de Biodiversidade. Ainda, desde o início de 2014, o MMA contratou seis consultorias para a construção dos elementos e do documento da EPANB (ver seção 6.1.4).

Como resultado das consultorias, foi preparada uma versão preliminar da EPANB, para discussão e contribuição do PainelBio, e posterior discussão e aprovação formal na CONABIO.

6.1.1. Processo dos Diálogos sobre Biodiversidade

*Histórico*

Em cumprimento aos compromissos nacionais com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Brasil definiu Metas Nacionais de Biodiversidade, atualmente em seu segundo ciclo. No primeiro ciclo de Metas, com o prazo de 2010, o processo foi coordenado pela Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), que é a instância multi-setorial deliberativa e consultiva que coordena a implementação dos compromissos nacionais com a CDB.

Naquele primeiro ciclo, um conjunto de 51 Metas Nacionais foi definido, resultante de um seminário organizado pela CONABIO. Além dos 20 membros da própria Comissão, o evento (*Workshop para Definição das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010*) contou com a participação de 30 palestrantes e outros especialistas da academia e da sociedade civil, além de representantes das diversas Secretarias do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e das agências vinculadas ao MMA. As 51 metas foram aprovadas pela Resolução CONABIO no 3, de dezembro de 2006.[[7]](#footnote-7)

Entretanto, conforme reportado no 4º Relatório Nacional para a CDB, embora importantes avanços tenham sido obtidos até 2010 para algumas daquelas metas, desafios significativos permaneceram com relação a grande parte das 51 metas. Dentre os desafios, foi identificado que a revisão das metas nacionais de biodiversidade, bem como a revisão e atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade (EPANB) deveriam envolver um número maior de atores e lideranças. Ainda, que a EPANB deveria ser estabelecida por meio de um instrumento legal forte, tal como uma lei ou decreto, e que deveria incluir mecanismos de monitoramento e cumprimento das metas.

Em resposta a essas recomendações, em 2011 o MMA, em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), iniciou um processo conhecido como “*Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020*”. Esse processo buscou aumentar a participação de todos os setores (academia, indústria, governos, organizações não-governamentais, comunidades locais e povos indígenas) na construção das novas metas nacionais de biodiversidade para o ciclo 2011-2020. O processo foi orientado pela intenção de aprimorar a metodologia e o produto resultante, de forma a não repetir as falhas do ciclo anterior que levaram ao baixo desempenho no alcance das metas nacionais, fato observado também na maioria dos demais países signatários da Convenção. Com base na Visão de Futuro para 2050 da CDB[[8]](#footnote-8), os Diálogos buscaram, portanto, construir um conjunto mais focado de metas, passíveis de monitoramento, compatíveis com as metas globais e condizentes com a realidade e a capacidade nacional. Os Diálogos colaboraram também para a construção do plano de ação e demais elementos necessários para o estabelecimento de um arcabouço legal para a EPANB, que até o momento (2015) continua sendo um conjunto de políticas sem coordenação específica que torne mais eficiente o alcance dos objetivos da CDB.

*Governança do processo*[[9]](#footnote-9)

Para lidar com a complexidade do processo, devido à variedade de setores e ao grande número de participantes envolvidos, as instituições organizadoras (MMA, UICN, IPÊ, WWF-Brasil) optaram por criar uma estrutura abrangente de governança, envolvendo representantes de todos os setores envolvidos, que foram organizados em dois níveis. Um nível mais operacional foi organizado em cinco ***comitês setoriais***, responsáveis por apoiar ativamente a organização dos Diálogos entre seus respectivos pares. Esses comitês setoriais auxiliaram na definição da lista de convidados para os eventos e dos expositores, bem como nas discussões para definição da metodologia e dinâmica dos encontros e dos produtos a serem gerados. O segundo nível, mais gerencial, foi constituído por um ***comitê ampliado***, composto por um grupo menor de representantes de cada setor e das instituições organizadoras. O comitê ampliado era responsável pelas definições estratégicas do processo dos Diálogos.

Além das quatro instituições organizadoras, outras 19 instituições compunham o comitê ampliado:

1. Academia: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Associação Brasileira de Ciências (ABC).
2. Setor privado: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Movimento Empresarial pela Biodiversidade (MEB).
3. Governos: Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA); Ministério do Planejamento (MP).
4. ONGs: Conservação Internacional (CI); Instituto Direito por um Planeta Verde (IDPV); Instituto Socioambiental (ISA); Fundação Grupo Boticário de Proteção da Natureza (FBPN); Rede de ONGs da Mata Atlântica; Associação de Preservação do meio Ambiente e da Vida (APREMAVI); Diálogos Florestais; Fundação Vitória Amazônica (FVA).
5. Povos indígenas e comunidades locais: Comitê Intertribal; Instituto Indígena para Propriedade Intelectual (INBRAPI); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Via Campesina; Articulação Pacari.

O apoio financeiro para a realização dos Diálogos foi fornecido pelo MMA, pelo Ministério de Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido (DEFRA) e pelo Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II).

*Execução do processo*

De abril de 2011 a maio de 2012 foram realizados 12 eventos nacionais, com a participação de mais de 280 instituições e 400 pessoas. O conjunto de documentos produzido nesses eventos foi também disponibilizado para uma consulta pública virtual, ampliando a participação da sociedade. Os eventos reuniram os diversos setores da sociedade brasileira mencionados acima e, conforme relatado pelas instituições organizadoras, o processo dos Diálogos foi conduzido de acordo com os seguintes passos[[10]](#footnote-10):

1. Produção e publicação de um documento contextualizador intitulado “*Biodiversidade Brasileira: Análise de Situação e Oportunidades*” (UICN *et al*., 2011), com o objetivo de servir como documento base a todo o processo, iluminando as situações que permeiam o conjunto de ações relativas à conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira. Esse documento facilitou a visualização da situação e das oportunidades para todos os setores envolvidos na construção das metas brasileiras.
2. Lançamento dos Diálogos sobre Biodiversidade em um Seminário Nacional, com a presença das lideranças do MMA e DEFRA, representante do MRE e outras autoridades.
3. Organização e publicação de um documento pragmático, intitulado “*Metas de Aichi: situação atual no Brasil*” (Weigand Jr. *et al*., 2011), com o objetivo de mostrar uma análise da situação do país com relação a cada uma das 20 Metas Globais de Aichi para 2020, e apontar questões e caminhos para o seu alcance. O documento foi um dos subsídios essenciais na preparação dos representantes setoriais para sua participação nos eventos dos Diálogos.
4. Condução de quatro eventos preparatórios com: (i) povos indígenas; (ii) raizeiros e raizeiras do Cerrado; (iii) comunidades locais da Amazônia; e (iv) representantes de governos estaduais de todos os biomas.
5. Realização de cinco diálogos setoriais para discussão e sugestão de metas nacionais de biodiversidade, com: (i) setor empresarial; (ii) academia e centros de pesquisa; (iii) organizações da sociedade civil; (iv) diferentes ministérios e governos estaduais; e (v) comunidades tradicionais e povos indígenas. Adicionalmente, o setor empresarial conduziu uma discussão de aprimoramento de suas decisões, encaminhando as deliberações ao MMA.
6. Recolhimento, durante os diálogos setoriais, de sugestões da sociedade brasileira quanto aos elementos centrais a serem incluídos em um futuro instrumento legal que traduzisse nacionalmente as metas globais de biodiversidade para 2020. Cada um dos 5 diálogos setoriais gerou 5 documentos contendo metas e submetas nacionais de biodiversidade para 2020, bem como submetas intermediárias para serem alcançadas até 2013 e 2017.
7. Sistematização dos 25 documentos com contribuições dos diálogos setoriais na forma de uma matriz com metas e submetas nacionais. Esse documento foi chamado de “*Documento base da consulta pública*”. Essa consolidação foi feita de maneira que as metas propostas pelos setores fossem mantidas tal como foram propostas fazendo, quando necessário, ajustes para agrupar metas muito semelhantes. Outro exercício feito nesse momento foi o de analisar se cada meta proposta era de fato uma meta ou uma ação ou atividade: buscou-se focar nas metas finalísticas, deixando para incorporar no Plano de Ação as demais propostas de ações estratégicas, condições, parceiros e indicadores.
8. Lançamento de uma consulta pública *on line* (19 de dezembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012) aos resultados completos dos cinco eventos dos diálogos – consolidados no *Documento base da consulta pública*, com acompanhamento e compilação final das contribuições recebidas.
9. Realização de um evento com o comitê ampliado, composto por organizações de todos os setores, para avaliar os resultados da consulta pública e integrá-los ao *Documento base da consulta pública*, preparando uma minuta de documento final.
10. Realização de um evento final com todos os setores envolvidos no processo dos Diálogos para discussão da minuta de documento final. Esse evento produziu um documento final com uma proposta de 20 metas brasileiras de biodiversidade para 2020.
11. Apresentação, na Rio+20, da proposta de 20 metas resultante do trabalho dos Diálogos sobre Biodiversidade. Durante esse mesmo evento, foi proposta, como próximo passo, a criação de um Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio) com representantes de todos os setores, como um dos instrumentos de monitoramento da implementação das metas, geração de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades para o alcance das metas brasileiras de biodiversidade.
12. A proposta de 20 metas brasileiras de biodiversidade para 2020 resultantes dos Diálogos setoriais foi posteriormente apresentada para discussão na Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), que realizou ajustes antes de publicar as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 na Resolução CONABIO no 06, de 03 de setembro de 2013.

6.1.2. Plano de Ação Governamental 🡪 Subsídios para um Plano de Ação Governamental**[[11]](#footnote-11)**

*Histórico*[[12]](#footnote-12)

Em outubro de 2010, durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10) da CDB, realizada em Nagoya – Japão, os países aprovaram o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período 2011-2020, que inclui as Metas Globais de Biodiversidade para 2020, conhecidas como Metas de Aichi. A partir dessas Metas, como relatado na seção anterior, o Brasil definiu seu conjunto de 20 Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 dentro de um esforço para ampliar o diálogo entre os diferentes setores da sociedade civil.

A partir daí, no final de 2011, uma parceria entre o Ministério do meio Ambiente (MMA), a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG/SPI) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) gerou a iniciativa da construção de um Plano de Ação para implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade. Uma vez que a responsabilidade de cumprir os compromissos com a CDB é de todos os setores da sociedade, essa iniciativa foi impulsionada pela necessidade de internalizar as metas de biodiversidade em todos os setores, para que seja possível minimizar ou mesmo cessar as crescentes perdas de biodiversidade verificadas no país. Embora esse desafio envolva todo o governo, o setor privado e toda a sociedade, como primeira etapa essa parceria focalizou seus esforços na organização e estabelecimento das bases necessárias para a montagem de um Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, envolvendo todos os setores governamentais federais.

Entretanto, como descrito abaixo, ao longo do rico processo de discussão desenvolvido pelo Governo Federal foi tomada uma decisão estratégica de transformar o resultado do processo até 2014 em subsídios para um Plano de Ação Governamental que pudesse fornecer diretrizes para a preparação do ciclo seguinte do PPA (2016-2019), finalizando o Plano de fato com base em uma atualização das análises e discussões a partir do novo PPA.

*Governança do processo*

O processo de levantamento de informações e liderança das discussões foi coordenado pelo MMA com apoio do FUNBIO e em parceria com o MPOG.

Participaram do processo de construção, nas suas diferentes etapas até o final de 2014, 20 Ministérios e Secretarias da Presidência da República e 13 órgãos vinculados:

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM); Secretaria de Portos da Presidência da República; Secretaria de Comunicação Social (Secom/PR); Casa Civil/PR; Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério das Cidades (MCidades); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério da Defesa (MD); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério da Cultura (MinC); Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério da Saúde (MS); Ministério dos Transportes (MT); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério do Meio Ambiente (MMA) e suas vinculadas: Agência Nacional das Águas (ANA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

*Execução do processo*[[13]](#footnote-13)

O Modelo Lógico adotado para a preparação do Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade parte da construção do entendimento do Governo Federal sobre o problema da perda da biodiversidade e da consolidação deste em uma árvore de problemas.

Para construir esse entendimento, primeiramente foram realizadas 40 entrevistas com representantes de 17 Ministérios para fazer um levantamento das políticas públicas em andamento (PPA 2012-2015) no âmbito do Governo Federal que interferem – de maneira positiva ou negativa – com a biodiversidade. Em paralelo, foram realizadas diversas reuniões com o setor ambiental do Governo Federal para sintetizar os principais elementos que deveriam ser discutidos em âmbito interministerial para a construção e implementação do Plano de Ação Governamental.

Foram ainda realizadas 19 entrevistas com dirigentes e pessoas chave integrantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Integração Nacional; e Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados (ICMBio, SFB, IBAMA, JBRJ e ANA). Essas agências foram entrevistadas por estarem mais diretamente ligadas ao tema. As entrevistas buscaram identificar a visão do Governo Federal sobre as causas e consequências relacionadas ao problema da perda de biodiversidade.

Com base nessa visão e no levantamento de políticas públicas tendo como referência o PPA 2012-2015, foi montada uma árvore de problemas com as causas e consequências da perda de biodiversidade. A partir das 19 entrevistas[[14]](#footnote-14) foram identificadas 87 causas de perda de biodiversidade. A redação das causas identificadas nas entrevistas foi aprimorada de modo a possibilitar o agrupamento de idéias muito semelhantes e facilitar a montagem da árvore de problemas. No entanto, nos casos onde o agrupamento poderia resultar em perda de conteúdo, optou-se pela manutenção das causas de forma independente. A estrutura resultante do modelo conceitual para enfrentamento do problema da perda de biodiversidade foi configurada em três eixos estratégicos ou causas primárias, que foram desdobradas e detalhadas em um conjunto de 158 causas secundárias, terciárias, quaternárias, quinárias e até de sexto nível: (i) Eixo 1 – Conservação, com 33 causas; (ii) Eixo 2 – Habitat, com 60 causas; e (iii) Eixo 3 – Valorização, com 65 causas.

Essas informações foram organizadas para cada eixo em uma hierarquia em torno do problema central (a perda de biodiversidade) no formato de uma árvore de problemas pré-montada. Os três eixos da árvore foram trabalhados durante seis oficinas envolvendo o Ministério do Meio Ambiente e órgãos vinculados, e MPOG por meio da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MPOG), em parceria com o FUNBIO.

Nas seis oficinas de trabalho realizadas de maio a setembro de 2012, foram discutidas e reconstruídas todas as relações causais, de acordo com o entendimento do grupo, buscando desta forma garantir a coerência e consistência na pré-montagem da árvore de causas. Essa árvore pré-montada foi então submetida à discussão e validação pelos diferentes setores do Governo Federal em oficinas interministeriais em novembro e dezembro de 2012.

Nessa fase, as relações causais identificadas durante as entrevistas e reconstruídas na pré-montagem foram revisadas, ajustadas e validadas junto aos representantes dos Ministérios e órgãos vinculados presentes nas oficinas, resultando na construção da primeira versão da árvore de problemas. Essa versão foi revisada para adequar os textos das causas de forma a tornar mais claras as relações com os problemas decorrentes da perda da biodiversidade, bem como para eliminar causas repetidas ou redundantes no mesmo ramo da árvore, resultando em uma nova versão, que teve em seguida as causas priorizadas como descrito mais adiante (Figuras 2, 3 e 4).

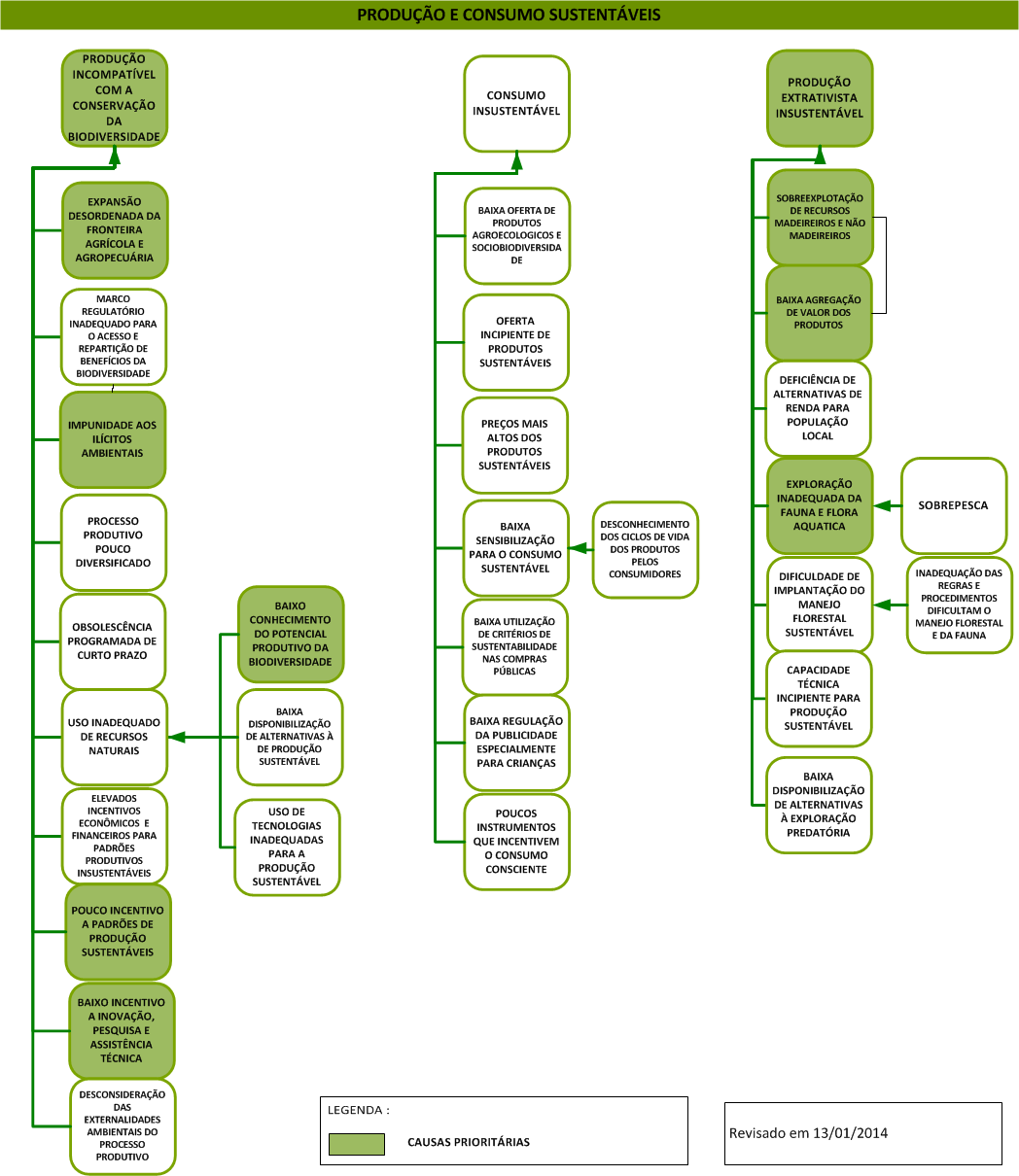


Figura 2: Causas da perda de biodiversidade para o Eixo 1 – Conservação, com indicação das causas prioritárias.

**Fonte:** MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

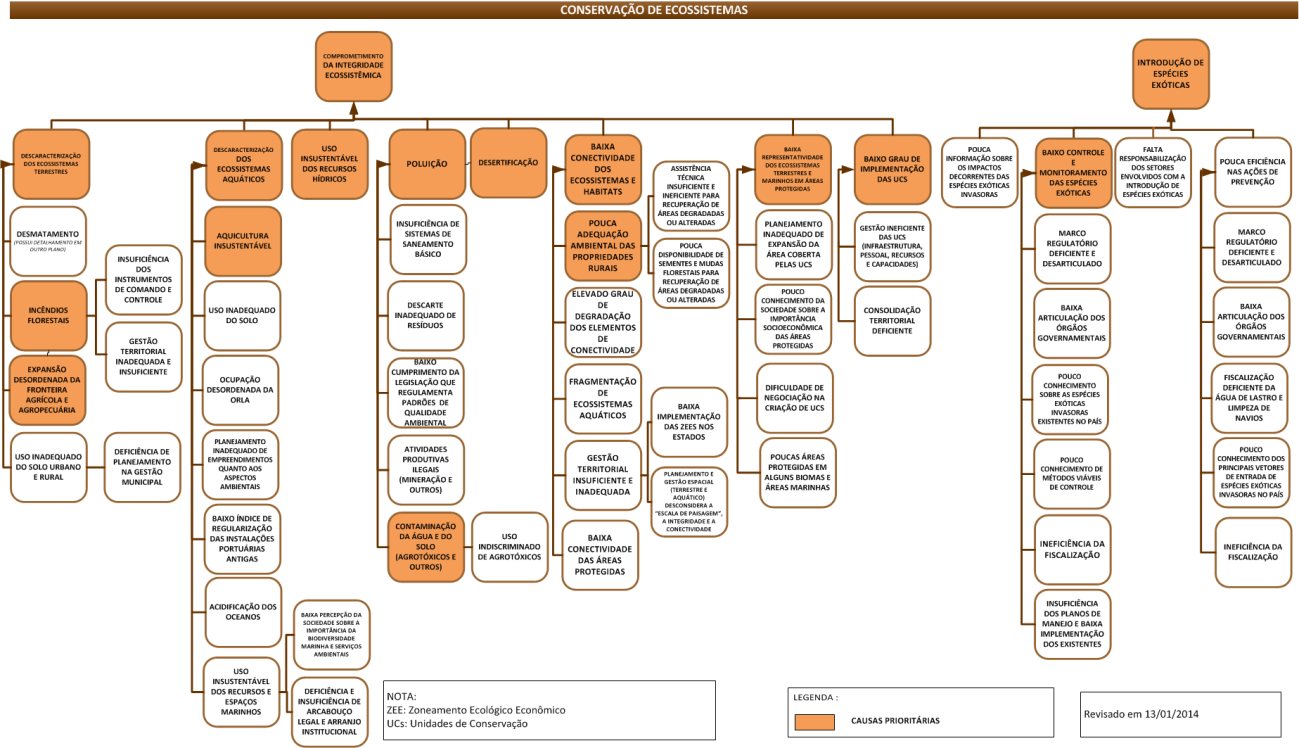


Figura 3: Causas da perda de biodiversidade para o Eixo 2 – Habitats, com indicação das causas prioritárias.

**Fonte:** MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

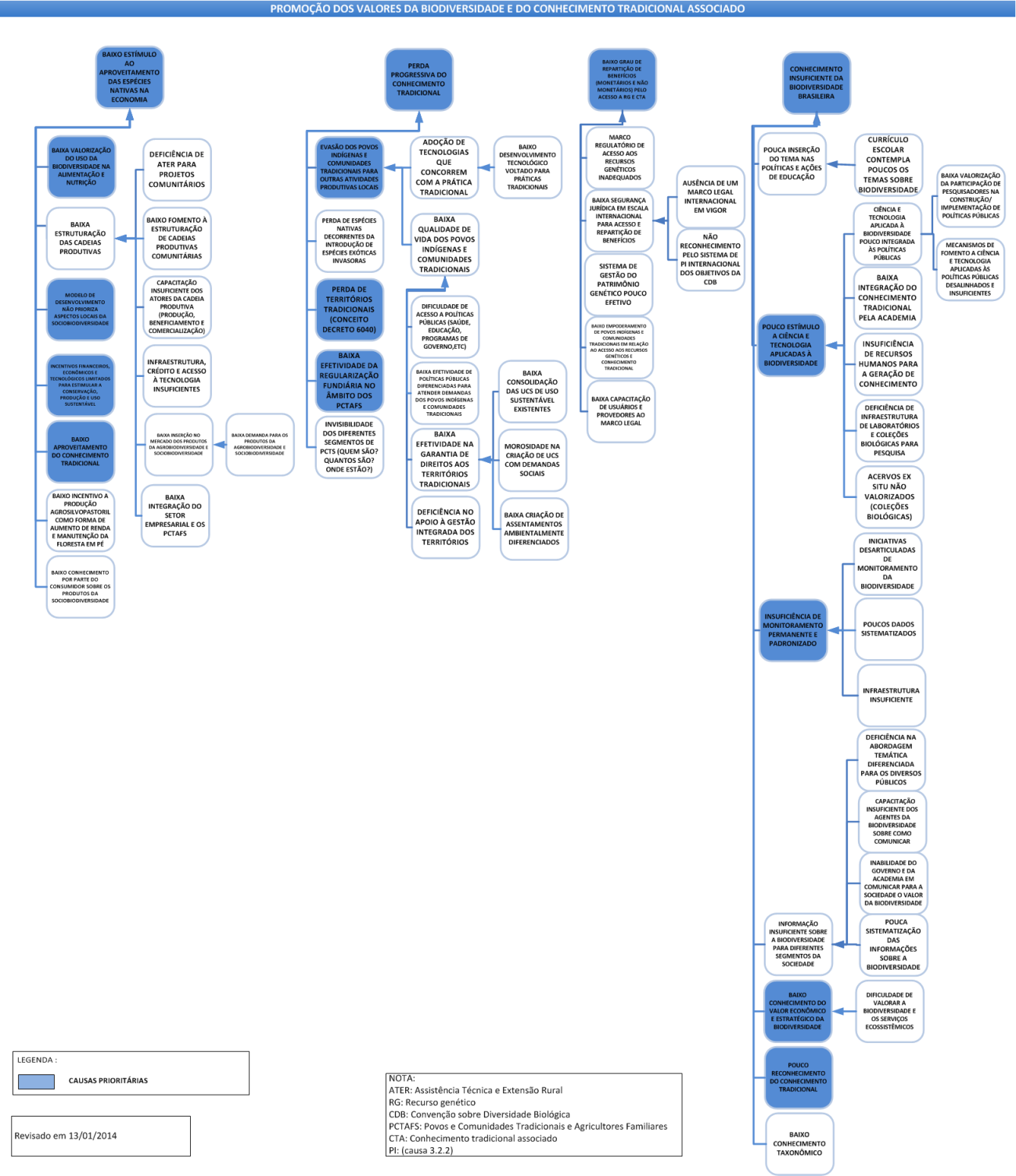


Figura 4: Causas da perda de biodiversidade para o Eixo 3 – Valorização, com indicação das causas prioritárias.

**Fonte:** MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

Foram ainda identificadas 26 consequências do processo de perda de biodiversidade, sendo a extinção de espécies e a perda de conhecimento tradicional as mais perceptíveis, na opinião do Governo Federal. As entrevistas também levantaram as percepções sobre as vulnerabilidades e elementos do contexto que limitam o processo de construção e implementação do Plano de Ação Governamental, para subsidiar a definição de ações necessárias nas demais etapas de elaboração, implementação e monitoramento do Plano:

* Limitações no processo de construção e implementação do Plano:
  + Falta de recursos financeiros;
  + Número excessivo de metas;
  + Falta de coordenação com outros setores;
  + Entendimento de que o Plano é um produto final;
  + Plano deveria ser transformado em lei; e
  + Congresso deveria acompanhar sua execução.
* Limitações relacionadas a elementos de contexto:
  + Mudança de governo e/ou orientação política;
  + Baixos índices de educação;
  + Momento de crescimento econômico do país;
  + Crise econômica;
  + Ignorância da população sobre questões ambientais; e
  + Desconhecimento do que é biodiversidade, sua importância e valor.

Durante a realização das entrevistas, as percepções sobre as vulnerabilidades tiveram ampla variação, mas a questão do isolamento do setor ambiental de outros setores foi convergente entre quase todos os entrevistados. Foram citadas questões como a inserção inadequada da temática ambiental na agenda do governo, a dificuldade de engajar setores que geram impactos na biodiversidade, bem como o predomínio de um modelo de desenvolvimento socioeconômico sem uma perspectiva de sustentabilidade e com uma visão de curto prazo.

Priorização das causas: Como passo seguinte, para ajudar a identificar e priorizar as atividades que serão levantadas para a construção do Plano de Ação, foi realizada uma correlação entre as Metas Nacionais de Biodiversidade e as causas identificadas e agrupadas nos três eixos da árvore de problemas (Figura 5), para identificar as causas mais abrangentes e impactantes que devem ser tratadas com maior urgência.

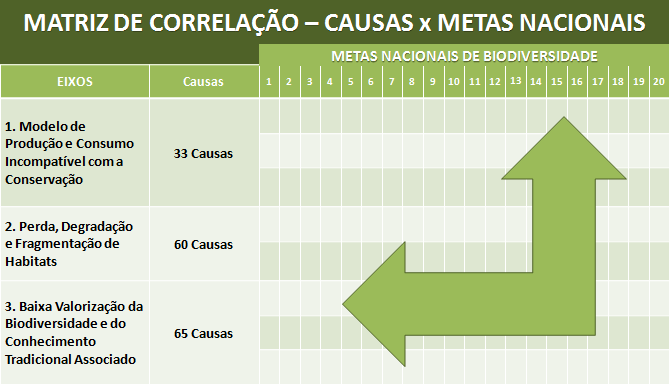


Figura 5: Matriz de correlação entre as causas da perda de biodiversidade e as metas nacionais de biodiversidade para 2020.

**Fonte:** MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

Uma vez identificadas todas as causas que afetam cada meta, a análise da contribuição das causas em relação às Metas utilizou um critério de ponderação de forma a reconhecer a importância das causas hierarquicamente superiores na árvore de problemas, de acordo com a Tabela 8.

##### **Tabela 8:** Critério de ponderação utilizado na priorização de causas

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NÍVEL DAS CAUSAS** | **PESOS UTILIZADOS** | | |
| **EIXO 1** | **EIXO 2** | **EIXO 3** |
| Primária | 4 | 5 | 6 |
| Secundária | 3 | 4 | 5 |
| Terciária | 2 | 3 | 4 |
| Quaternária | 1 | 2 | 3 |
| Quinária | -- | 1 | 2 |
| Sexto | -- | -- | 1 |

**Fonte:** MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

A correlação realizada entre as Metas Nacionais de Biodiversidade e a árvore de problemas evidenciou as causas mais relevantes para o alcance do conjunto das Metas Nacionais, uma vez que o método de priorização adotou a seleção de 25% das causas com maior pontuação (após ponderação) em cada eixo. As 41 causas prioritárias estão evidenciadas nas Figuras A1 a A3, mostradas anteriormente. Este resultado foi enviado no início de abril de 2015 (antes da primeira reunião do PPA) a todos os Ministérios e órgãos que participaram do processo, além de amplamente divulgado no MMA e órgãos vinculados, como subsídio para a identificação e inserção de ações prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade pelos Ministérios na construção do PPA 2016-2019, solicitando especial atenção às causas prioritárias.

Ações que contribuem para combater as causas da perda de biodiversidade: Em preparação para a construção de um Plano de Ação para a Estratégia Nacional, foi realizada também uma pré-análise de suficiência das ações governamentais existentes para atingir o objetivo de combater efetivamente as causas da perda de biodiversidade. Com base nas ações do PPA 2012-2015, os diferentes Ministérios e órgãos vinculados informaram 1.303 ações que, na opinião deles, poderiam contribuir de alguma forma para esse objetivo.

Essas ações foram primeiramente agrupadas por tipo de ação. Em seguida, as ações de cada grupo foram analisadas individualmente com relação a todas as causas, para avaliar sua capacidade de efetivamente combatê-las. Essa análise resultou em uma lista de ações existentes com maior capacidade de impacto sobre as causas de cada eixo, como mostrado na Tabela 9.

##### **Tabela 9:** Tipos de ação existentes (PPA 2012-2015) em todos os setores com maior potencial para combater as causas da perda de biodiversidade em cada eixo da árvore de problemas.

|  |
| --- |
| **Eixo 1 – Produção e Consumo Sustentável** |
| Assistência técnica;  Educação ambiental;  Fomento à produção sustentável;  Incentivos financeiros;  Regulamentação; e  Unidades produtoras e/ou demonstrativas. |
| **Eixo 2 – Conservação de Ecossistemas** |
| Autorização, anuência e licenciamento;  Criação e gestão de UCs;  Planejamento e ordenamento territorial;  Restauração e recuperação;  Regulamentação;  Diagnóstico e mapeamento;  Educação ambiental;  Fiscalização e controle;  Fomento à produção sustentável;  Assistência técnica; e  Manejo. |
| **Eixo 3 – Promoção dos Valores da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado** |
| Desenvolvimento e difusão de tecnologia;  Estudos, pesquisas e desenvolvimento;  Incentivos financeiros;  Fomento à produção sustentável;  Gestão do conhecimento;  Repartição de benefícios;  Avaliação e monitoramento; e  Formulação e implementação de políticas. |

**Fonte:** Modificado de: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p.

Essa análise das ações existentes com maior potencial para combater as causas da perda de biodiversidade, juntamente com a lista de causas prioritárias a serem combatidas, forma uma base importante para a preparação do Plano de Ação Governamental, permitindo uma análise de lacunas e a identificação das ações prioritárias para compor o Plano.

Proposta de estruturação do Plano de Ação: O trabalho realizado até o início de 2015 e que resultou nos Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19 resultou também em uma proposta de estruturação para o Plano de Ação a ser preparado a partir de uma atualização das análises e discussões com base no novo PPA. Essa proposta foi complementada, resultando na estrutura apresentada no item 3 (Plano de Ação) da EPANB.

6.1.3. PainelBio e indicadores para as Metas 2020

Ao final do processo dos Diálogos sobre a Biodiversidade em 2012, para complementar o Plano de Ação Governamental então em construção e garantir o envolvimento necessário de todos os setores para alcançar as metas de conservação da biodiversidade, uma discussão foi iniciada entre os setores que participaram do processo dos Diálogos para construir um painel com múltiplos atores, com a função de promover o cumprimento das Metas Nacionais de Biodiversidade. Essa iniciativa foi lançada durante a Conferência Rio+20 (2012) e seu formato proposto foi discutido e detalhado ao longo de 2012 e 2013. A iniciativa resultou no Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio), em cuja reunião realizada em 27 de maio de 2014 um Acordo Constitutivo foi acordado entre as instituições de diferentes setores[[15]](#footnote-15) que constituíram o Painel. Algumas assinaturas foram obtidas na ocasião e a primeira reunião do Conselho Diretor do Painel foi realizada em 22 de julho de 2014.

A missão do PainelBio é “*contribuir para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira, promovendo sinergias entre instituições e áreas do conhecimento, disponibilizando informações científicas para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e fornecendo subsídios para os processos de tomada de decisão e políticas públicas para o alcance das Metas de Aichi no Brasil*”. A IUCN-Brasil é a Secretaria Executiva do Painel Brasileiro de Biodiversidade. Os recursos para deflagrar essa iniciativa foram originados do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade – PROBIO II, um projeto financiado pelo GEF que encerrou no final de 2014. Inicialmente, o painel se chamaria Instituto Virtual da Biodiversidade Brasileira, conforme mencionado no 4º Relatório Nacional para a CDB, mas o conceito e o nome da iniciativa evoluíram para compor o PainelBio.

Outro resultado importante decorrente daquela reunião foi a definição de um processo participativo para a construção de indicadores para avaliar a implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020. Como acordado na CONABIO, a definição de indicadores para as novas Metas Nacionais de Biodiversidade tornou-se a primeira tarefa atribuída ao PainelBio. Essa tarefa envolveu uma capacitação com o apoio da Parceria de Indicadores de Biodiversidade (*Biodiversity Indicators Partnership* – BIP, <http://www.bipindicators.net/>), que ocorreu em setembro de 2014, depois da qual foram realizadas quatro oficinas para definição de indicadores para as metas.

Cada oficina abordou um dos cinco objetivos estratégicos das Metas Nacionais de Biodiversidade, sendo que a última oficina abordou dois objetivos: (i) Objetivo Estratégico D, em 6 e 7 de novembro de 2014; (ii) Objetivo Estratégico C, em 9 e 10 de dezembro de 2014; (iii) Objetivo Estratégico B, em 25-27 de março de 2015; (iv) Objetivos Estratégicos A e E, em 10-12 de junho de 2015. Além dos membros do PainelBio, essas oficinas tiveram a participação de diversos setores e instituições importantes para a implementação de estratégias, buscando a integração das Metas Nacionais nos vários setores. Cada evento envolveu a discussão e harmonização de conceitos para entendimento das metas, bem como o desenvolvimento de indicadores para monitoramento de cada meta.

*Conceitos para entendimento das Metas*

Para subsidiar as oficinas de definição de indicadores, consultorias individuais foram contratadas para desenvolver *white papers* sobre cada conjunto de metas, agrupadas por Objetivo Estratégico (A a E). Os cinco *white papers* preparados serviram de base para as discussões das oficinas, fornecendo não apenas sugestões de indicadores, mas também a sugestão da definição de conceitos estratégicos dentro de cada meta para harmonizar o entendimento sobre o texto da meta.

As definições dos conceitos foram discutidas e aprimoradas nas oficinas, resultando no entendimento apresentado na Tabela 10 abaixo.

##### **Tabela 10:** Conceitos recomendados pelo PainelBio para harmonizar o entendimento do texto das Metas Nacionais de Biodiversidade 2020.

| **Questões conceituais** | **Definições e abordagens recomendadas** |
| --- | --- |
| **Meta Nacional 1:** Até 2020, no mais tardar, a população brasileira **terá conhecimento** dos **valores da biodiversidade** e das **medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável**. | |
| Quais são as principais causas fundamentais da perda de biodiversidade? | Considera-se que as causas fundamentais, foco deste objetivo, compreendem toda ação antrópica direta ou indireta que conduz à perda da biodiversidade e as principais são, por exemplo: destruição da vegetação nativa proveniente de expansão da fronteira agrícola, questões fundiárias, intervenções em infraestrutura, uso impróprio dos recursos naturais, falta de capacidades para cumprimento da legislação, entre outros. |
| O consideramos como preocupações com a biodiversidade? | Considera-se que estas preocupações estão relacionadas com a construção de uma consciência e um senso de responsabilidade sobre a biodiversidade, resultando em mudança de atitudes e comportamentos para um modelo de vida e desenvolvimento mais sustentável. Considera-se também que estas preocupações são refletidas, em nível de governo, na proposição e execução de políticas públicas que resultem em conservação da biodiversidade por meio de uso sustentável e socialmente justo. |
| Para esta meta, em que consiste **ter conhecimento**? | Considera-se que ter conhecimento não significa somente reproduzir os conceitos, mas também compreender o contexto socioambiental, político, econômico e cultural e ter a capacidade de se inserir na relação de causa e efeito referente à conservação da biodiversidade. Considera-se como prioridades a apropriação dos saberes tradicionais e científicos, a mudança do modelo de desenvolvimento e a adoção de práticas mais sustentáveis. |
| Quais são os **valores da biodiversidade** que devem ser considerados para esta meta? | Considera-se que existe um conjunto de valores relativos entre si e igualmente importantes, que devem ser ponderados, ressaltando valores ambientais, sociais, culturais, históricos, espirituais, econômicos, bem como para manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. |
| O que consideramos como **medidas que podem ser tomadas** para conservar e utilizar de forma sustentável a biodiversidade? | Considera-se que essas medidas consistem em ações concretas individuais ou coletivas que resultem no uso sustentável dos recursos naturais, desde mudanças de hábitos até atuação em processos decisórios e incidência política. As medidas no âmbito governamental, sejam preventivas ou corretivas, devem ser elencadas, priorizadas e executadas de forma participativa envolvendo todos os setores da sociedade. |
| O que consideramos como **utilizar a biodiversidade de forma sustentável**? | Considera-se que qualquer uso da biodiversidade causa impacto. O uso sustentável da biodiversidade deve ser eficiente, não comprometendo os processos ecológicos, garantindo a vida e o bem-viver e mantendo o equilíbrio entre os pilares socioambiental, cultural e econômico. Além disso, deve-se considerar a redução da desigualdade no acesso e uso dos recursos. |
| **Meta Nacional 2:** Até 2020, no mais tardar, os **valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade** serão integrados em **estratégias nacionais e locais de desenvolvimento** e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em **contas nacionais**, conforme o caso, e em **procedimentos de planejamento** e **sistemas de relatoria**. | |
| O que são os **valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade**? | São os benefícios que são oferecidos pela biodiversidade, geodiversidade, sociodiversidade, suas interações e processos, incluindo serviços ecossistêmicos (provisão, regulação, apoio ou suporte e culturais). |
| O que são as **estratégias de desenvolvimento**? | São procedimentos que incluem políticas, programas, planos, ações e seus correspondentes instrumentos legais em todos os níveis de governança. |
| O que são as **contas nacionais**? | É o sistema que quantifica estoques e fluxos monetários em setores da economia, devendo também incluir recursos naturais que atualmente não são contabilizados. |
| O que são os **procedimentos de planejamento**? | São os aspectos e processos incluídos no planejamento das ações em todos os níveis de governança. |
| O que são os **sistemas de relatoria**? | É a sistematização do processo de relatoria e disponibilização da informação, tornando-a acessível. |
| **Meta Nacional 3:** Até 2020, no mais tardar, **incentivos** que possam **afetar a biodiversidade**, inclusive os chamados **subsídios perversos**, terão sido reduzidos ou **reformados**, visando minimizar os impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e **aplicados, de forma consistente** e **em conformidade com a CDB**, levando em conta as **condições** socioeconômicas nacionais e **regionais**. | |
| O que são **incentivos**? | Incentivo é algo que motiva um indivíduo ou organização a realizar uma ação ou fazer uma escolha de determinada maneira. No contexto da meta, incentivos podem incluir subsídios financeiros, taxações, tributações, apoio técnico, capacitações, campanhas (marketing, mobilizações, etc.), mecanismos de comando e controle, entre outros. |
| O que entendemos por **afetar a biodiversidade**? | Significa causar perda de diversidade biológica (conforme definição da CDB, incluída a diversidade sociocultural) e/ou o comprometimento de serviços ambientais. |
| O que são **subsídios perversos**? | São iniciativas que direcionam recursos para incentivar ações, incluindo leis e políticas públicas, que induzam ou favoreçam técnicas de gestão, manejo ou usos de recursos naturais que afetem a biodiversidade (de acordo com definição acima), e cujos custos ambientais (externalidades) não estejam incorporados. |
| Em que consiste a **reforma dos incentivos** proposta pelo texto da meta? | Enfatizamos que a reforma de incentivos (conforme definição acima) objetiva especificamente minimizar impactos negativos sobre a biodiversidade. |
| O que significa **aplicar de forma consistente** os incentivos positivos para a conservação da biodiversidade? | Significa assegurar uma melhora e/ou manutenção do estado da biodiversidade, que seja contínua, eficaz e efetiva, permitindo seu monitoramento. |
| Ao que especificamente se refere o termo **em conformidade com a CDB**? | Destacamos que *em conformidade com a CDB* não se restringe às metas de Aichi, mas sim a um alinhamento mais amplo ao regime da Convenção. |
| O que quer dizer o termo **condições regionais**? | Ressaltamos que estas condições se referem inclusive a contextos locais, incluindo a realidade de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas. |
| **Meta Nacional 4:** Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de **produção e consumo sustentáveis** para **mitigar ou evitar os impactos negativos** da utilização de recursos naturais. | |
| O que é **produção sustentável**? | É a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais e manter a viabilidade econômica. Acredita-se que essa abordagem preventiva melhore a competitividade do setor produtivo e reduza o risco para a saúde humana e meio ambiente. Vista numa perspectiva planetária, a produção sustentável deve incorporar a noção de limites na oferta de recursos naturais e na capacidade do meio ambiente para absorver os impactos da ação humana sem prejuízos socioambientais no longo prazo. |
| O que é **consumo sustentável**? | É o uso de bens e serviços que atendam às necessidades dos usuários, proporcionando um melhor bem viver, enquanto minimiza o uso de recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo o ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações, ou seja, respeitando a resiliência (capacidade de renovação e adaptação) dos sistemas naturais. |
| O que significa **mitigar impactos negativos**? | Significa adotar medidas que reduzam ao máximo possível os efeitos danosos aos sistemas naturais resultantes das atividades de produção e consumo, bem como adotar medidas e ações que se contraponham a tais efeitos. |
| O que significa **evitar impactos negativos**? | Significa adotar medidas de planejamento, preventivas ou alternativas ao uso danoso, de forma a impedir a ocorrência do efeito que causa danos ou reduz a capacidade de reposição dos sistemas naturais. |
| **Meta Nacional 5:** Até 2020 a taxa de **perda de ambientes nativos** será reduzida em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a **degradação** e **fragmentação** terão sido **reduzidas significativamente** em todos os biomas. | |
| O que quer dizer **perda de ambientes nativos**? | Entende-se como a supressão de um ambiente nativo, com a perda das características bióticas e abióticas que o definem, como o corte raso da cobertura vegetal nativa, a perda de várzeas e outros ambientes aquáticos (continentais, marinhos ou costeiros) por mudanças no regime hidrológico, poluição ou assoreamento, a perda de ambientes marinhos por dragagem de fundo. |
| O que quer dizer **degradação de ambientes nativos**? | Entende-se como processo resultante de danos aos ambientes nativos, em consequência dos quais são perdidas ou reduzidas algumas de suas propriedades, tais como a funcionalidade, resiliência, qualidade ou capacidade de sustentação dos ciclos de vida de seus componentes e capacidade de produção contínua de serviços ambientais. Não estariam incluídas nessa definição as áreas submetidas a manejo sustentável ou extrativismo sustentável. |
| O que quer dizer **fragmentação de ambientes nativos**? | Entende-se como o processo no qual um habitat contínuo é dividido em manchas ou fragmentos isolados. É a ruptura da continuidade de um ambiente natural ou habitat, com simultânea ruptura das interações intra- e inter-específicas e mudanças na estrutura genética das populações. Representa uma séria ameaça à biodiversidade, já que leva à perda de habitat e alterações na abundância e comportamento dos indivíduos, podendo causar extinções locais. |
| O que quer dizer **reduzir significativamente a degradação e a fragmentação**? | No contexto da meta, pode-se interpretar uma redução igual ou maior de 50% nas taxas de degradação e fragmentação em comparação com 2009 como uma redução significativa. |
| **Meta Nacional 6:** Até 2020, o **manejo e captura** de quaisquer **estoques de organismos aquáticos** serão **sustentáveis**, legais e feitos com aplicação de **abordagens ecossistêmicas**, de modo a evitar a sobre-exploração, colocar em prática planos e medidas de recuperação para **espécies exauridas**, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e **ecossistemas vulneráveis**, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de **limites ecológicos seguros**, quando **estabelecidos cientificamente**. | |
| O que consideramos por **estoques de organismos aquáticos** no âmbito desta meta? | Estoques de organismo aquáticos são as partes das populações desses organismos passíveis de exploração (disponíveis legalmente para a pesca) e nos remete à definição adotada oficialmente pelo governo para recursos pesqueiros, incluindo recursos continentais, estuarinos-lagunares, costeiros e oceânicos, em território nacional ou até o limite da zona econômica exclusiva (ZEE). |
| O que é **captura e manejo sustentável**? | Captura sustentável é aquela que se limita a uma quantidade de estoque pesqueiro que assegure a reposição natural do estoque e não leve a efeitos negativos sobre os ecossistemas e serviços ecológicos, mantendo o potencial para que a atividade econômica atenda às necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras. Nesse contexto, o manejo sustentável deve contemplar o conjunto de instrumentos e regras que regulam o uso desses estoques. |
| Qual deve ser o enfoque de uma **abordagem ecossistêmica**? | Deve enfocar os níveis de organização ecossistêmica, como estrutura, processos, funções e interações entre organismos e seu meio. Reconhece que os seres humanos, com sua diversidade cultural, são parte integrante dos ecossistemas. Portanto, é imprescindível assegurar as funções do ecossistema de modo a dar suporte aos estoques de organismos aquáticos. |
| O que significa **espécies exauridas**? | No contexto da meta, o termo *espécies exauridas* se refere àquelas espécies que, devido à sobre exploração, atingiram níveis insustentáveis de exploração. |
| Quais são os ecossistemas considerados como **vulneráveis**? | Ecossistemas vulneráveis são aqueles que, devido às suas características intrínsecas e/ou aos efeitos diretos e indiretos de diferentes usos, estão mais sensíveis às práticas adotadas pela atividade pesqueira. Vale ressaltar que no contexto da meta os ecossistemas podem ser considerados em diferentes escalas (bacias hidrográficas, recifes de corais, ambientes específicos, etc.). Na ausência de um mapeamento concreto sobre os ecossistemas considerados vulneráveis, iremos utilizar provisoriamente os instrumentos Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade, e Áreas Marinhas de Importância Biológica e Ecológica (EBSAS), já existentes e utilizados pelo governo para nortear ações de conservação. |
| Quais seriam os **limites ecológicos seguros**? | Limites ecológicos seguros são aqueles que não comprometem os estoques pesqueiros (mantêm a reposição natural dos estoques), não ameaçam a sobrevivência das espécies, e não afetam a estrutura e funcionamento dos ecossistemas. Esses limites devem ser estabelecidos por meio de conhecimentos científicos e tradicionais. |
| Os limites ecológicos seguros estão **estabelecidos cientificamente**? | Na maioria dos casos, estes limites seguros não estão disponíveis cientificamente. Entretanto, isso não significa que os aspectos que qualificam a meta devam ser desconsiderados. Ou seja, mesmo sem a existência de estudos científicos que possam amparar a definição dos limites, uma abordagem de precaução deve ser adotada. Conhecimentos científicos e tradicionais devem ser priorizados para que os limites sejam estabelecidos. E diversas ferramentas existentes podem ser usadas para amparar este processo decisório, sem que haja necessariamente a definição de um limite específico. |
| **Meta Nacional 7:** Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de **práticas de manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna**, assegurando a conservação da biodiversidade. | |
| O que são **práticas de manejo sustentáveis**? | São aquelas que buscam harmonizar o processo produtivo com a conservação ambiental, por meio de técnicas apropriadas de manejo dos recursos naturais, não degradadoras do solo, da água, dos recursos genéticos, de modo a viabilizar a obtenção de benefícios econômicos e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras, buscando a viabilidade e resiliência de longo prazo dos ecossistemas e de seus componentes, bem como a continuidade do provimento de serviços ambientais. As práticas sustentáveis devem associar os aspectos tecnológicos, culturais, legais, econômicos e ambientais. |
| O que são práticas de manejo sustentáveis na **agricultura** e na **silvicultura**? | As práticas de manejo sustentável na agricultura e na silvicultura visam a manutenção e aumento do potencial produtivo dessas áreas, a partir de medidas de conservação e/ou recuperação do solo, água e polinizadores, de manejo de pragas, doenças e plantas espontâneas e de prevenção de impactos ambientais adversos fora da área de uso alternativo do solo (de acordo com definição da Lei no 12.651/2012). |
| O que são práticas de manejo sustentáveis na **pecuária**? | Na pecuária, as práticas de manejo sustentáveis buscam otimizar a produção pastoril a partir de medidas de conservação do solo e dos recursos hídricos, redução do desmatamento, recuperação e melhoramento de pastagens, sanidade animal, adequação zootécnica do rebanho ao ambiente e expectativas de produção e melhoramento genético, buscando realizar o registro e acompanhamento de dados, procedimentos e rastreabilidade da produção. |
| O que são práticas de manejo sustentáveis na **aquicultura**? | A aquicultura sustentável busca reduzir impactos físicos, biológicos e químicos, por meio de boas práticas de manejo. |
| O que são práticas de manejo sustentáveis no **extrativismo**? | O extrativismo sustentável mantém a estrutura e respeita os padrões do ambiente natural, garante a capacidade de regeneração das espécies e valoriza os meios e modos de vida tradicionais associados a técnicas de manejo e beneficiamento. |
| O que são práticas de manejo sustentáveis no **manejo florestal**? | O manejo sustentável de florestas nativas visa a valorização da floresta em pé, a partir da utilização de múltiplas espécies madeireiras com manejo adequado de reposição das espécies/indivíduos retirados, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema. |
| **Meta Nacional 8:** Até 2020, a **poluição**, inclusive resultante de **excesso de nutrientes**, terá sido reduzida a **níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas** e da biodiversidade. | |
| O que é **poluição** no contexto desta meta? | A poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: (i) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; (ii) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; (iii) afetem desfavoravelmente a biota; (iv) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e (v) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (Lei no 6.938/81, Art.3, III). |
| O que é a poluição por **excesso de nutrientes**? | É o volume e qualidade do aporte de nutrientes que causa desequilíbrio ao ecossistema, afetando a sua resiliência. |
| Quais são os **níveis de poluição não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas**? | São aqueles que não causam desequilíbrio ao ecossistema, não afetando sua resiliência e respeitando os limites legais estabelecidos. |
| O que é o padrão de qualidade ambiental? | É um limite – definido por normas jurídicas – para as perturbações ambientais, e em particular, da concentração de poluentes e resíduos, que determina a degradação máxima admissível do meio ambiente. |
| **Meta Nacional 9:** Até 2020, a Estratégia Nacional sobre **Espécies Exóticas Invasoras** deverá estar totalmente implementada, com **participação e comprometimento dos estados** e com a formulação de uma Política Nacional, garantindo o **diagnóstico continuado** e atualizado das espécies e a efetividade dos **Planos de Ação de Prevenção, Contenção e Controle**. | |
| O que é **espécie exótica**? | É toda espécie ou táxon inferior e híbrido interespecífico introduzido fora de sua área de distribuição natural, passada ou presente, incluindo indivíduos em qualquer fase de desenvolvimento ou parte destes que possa levar à reprodução. (Definição da CONABIO). |
| O que quer dizer **espécie exótica invasora**? | Entende-se como espécie exótica cuja introdução, reintrodução ou dispersão ameaça ou impacta negativamente o ambiente (ecossistemas, habitats, espécies ou populações), a sociedade ou a economia. (Combinação das definições da CDB e da CONABIO/Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras). |
| O que quer dizer **participação e comprometimento dos estados**? | Entende-se como a adoção formal e a implementação efetiva, em nível estadual, da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, ou instrumento estadual semelhante, inclusive por meio da implementação de Planos de Ação de Prevenção, Contenção e Controle de espécies exóticas invasoras. |
| O que são os **Planos de Ação de Prevenção, Contenção, Controle**? | São instrumentos estratégicos de planejamento, ação e monitoramento para prevenir a introdução de espécies exóticas invasoras (EEI); conter adequadamente EEIs de forma a evitar sua propagação, e/ou controlar o crescimento e disseminação de populações estabelecidas de EEI, bem como mitigar os impactos causados pelas EEI nos ambientes naturais. Esses instrumentos devem estar de acordo com a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras e podem ter como alvo espécies individuais ou grupos de espécies, ou ainda paisagens ou ecossistemas, bem como os vetores e vias de introdução de EEI (como, por exemplo, a água de lastro). |
| O que é **manejo de EEI**? | São ações de prevenção, erradicação, contenção, controle e monitoramento de EEI. |
| O que seria o **diagnóstico continuado e atualizado das EEI**? | Entende-se pela atualização contínua dos diagnósticos nacionais, regionais, estaduais ou em outros níveis, com informações resultantes disponibilizadas por meio de bancos de dados, listas de EEI, publicações científicas e eventos voltados para essa finalidade. |
| **Meta Nacional 10:** Até 2015, as múltiplas **pressões antropogênicas** sobre recifes de coral e demais **ecossistemas marinhos e costeiros** impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido **minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos**. | |
| Quais **ecossistemas marinhos e costeiros** são alvo desta meta? | A redação dá especial ênfase aos recifes de coral, devido à sua sensibilidade à acidificação dos oceanos e aos efeitos das mudanças climáticas. Entretanto, no âmbito da meta é importante enfocar também as áreas de corais profundos, manguezais, bancos de algas, costões rochosos, estuários, lagunas, lagoas, praias arenosas, dunas, restingas, banhados, marismas, florestas costeiras, dentre outros. Entende-se que todos estes ambientes são direta e indiretamente impactados por mudanças do clima e/ ou acidificação dos oceanos, o que, por sua vez, gera impactos sobre a segurança de áreas costeiras e estoques pesqueiros. |
| Quais são as **pressões antropogênicas** mais significativas (maior impacto) para esses ambientes? | As principais pressões antropogênicas estão associadas à sobre-pesca de espécies chave para o funcionamento destes ecossistemas e à utilização de petrechos específicos que podem causar danos na estrutura física desses ambientes (ex.: pesca de arrasto); instalação de empreendimentos de petróleo e gás; atividades portuárias, incluindo implantação de portos e suas atividades (incluindo o risco associado à água de lastro); turismo desordenado; espécies exóticas invasoras; mineração; pressão urbana, com especial ênfase para a perda de habitat e a geração de efluentes industriais, rurais ou urbanos e resíduos sólidos (poluição). No caso dos corais, além das pressões descritas, a qualidade da água (turbidez e contaminação) é um aspecto significativo e influenciado por mudanças no uso do solo em áreas continentais adjacentes, como o desmatamento e atividades agropecuárias. No caso de manguezais e marismas, também é relevante considerar os impactos da maricultura. Outro aspecto importante que deve ser considerado são as ameaças à linha de costa, associadas às alterações no regime de marés e degradação de habitats costeiros. |
| O que entendemos por **minimizar** as pressões antropogênicas de forma a **assegurar a integridade e funcionamento desses ecossistemas**? | Entende-se como o planejamento, gestão e monitoramento das atividades descritas acima (pressões) para que não ameacem a sobrevivência das espécies e não afetem a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas, no curto ou longo prazo. Esses limites devem ser estabelecidos por meio de conhecimentos científicos e tradicionais, bem como por uma abordagem de precaução. |
| **Meta Nacional 11:** Até 2020, serão **conservadas**, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente **áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos**, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a **gestão efetiva** e **equitativa**, visando garantir a interligação, integração e **representação ecológica** em **paisagens** terrestres e marinhas mais amplas. | |
| O que entendemos por áreas de biomas terrestres, áreas marinhas e costeiras, e águas continentais **conservadas**? | Entendemos que áreas de biomas terrestres, áreas marinhas e costeiras e águas continentais estão conservadas quando a manutenção da integridade, resiliência, e funcionamento dos ecossistemas estão asseguradas, de modo a garantir a representatividade e viabilidade de todos os níveis de organização da biodiversidade, possibilitando a sua manutenção e a sua utilização sustentável, de modo a produzir benefícios, em bases sustentáveis, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações atuais e futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. Esta definição está alinhada com os princípios da Constituição, da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e do sistema nacional de unidades de conservação (SNUC), além de atender os princípios da PNGATI. |
| Qual o papel de cada um dos regimes de proteção das áreas citadas no texto para o atingimento da meta, considerando o contexto (conceito de conservação explicado acima)? | Considerando que cada um desses regimes de proteção foi desenhado com propósitos específicos, o entendimento é que a contribuição que cada um deles pode oferecer para a conservação é diferenciada. Ou seja, o papel de cada um desses regimes para compor os avanços necessários para o alcance das metas é distinto e complementar. Deve-se, portanto, atribuir pesos diferenciados a cada um desses regimes de proteção de acordo com seu objetivo e com a sua capacidade de contribuir para a conservação dos ecossistemas. Nesse sentido, sistemas de unidades de conservação como o SNUC, considerando áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável, e outras medidas espaciais de conservação como APPs e RLs, além dos Territórios Indígenas contribuem de maneira fundamental, e cada um desses regimes, quando considerados de forma integrada, atua de forma complementar aos outros. Essas diferenças e particularidades devem ser consideradas no processo de monitoramento dos avanços em relação ao alcance da meta. |
| O que são **áreas de especial interesse para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos**? | São áreas com remanescentes de ecossistemas representativos dos biomas em bom estado de conservação, além de áreas específicas com valor intrínseco a elementos e/ou processos chave para a manutenção da integridade e funcionamento dos ecossistemas (como por exemplo: habitats críticos, espécies chave, ameaçadas de extinção, parentes silvestres das principais espécies cultivadas, processos essenciais, etc.) ou aquelas fundamentais para a manutenção do ciclo de vida e processos evolutivos das espécies que ocupam esse sistema (como exemplo, criadouros naturais ou áreas de desova), e ainda as áreas importantes para riqueza cultural do país (ex. manutenção de meios de vida, conhecimentos tradicionais e tradições culturais). Atualmente, a utilização do instrumento Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade é exatamente oportuna, já que materializa parte dos conceitos descritos acima. |
| O que são áreas conservadas com **gestão efetiva**? | São aquelas devidamente demarcadas e regularizadas (regularização fundiária) que garantem a conservação ou o uso sustentável dos recursos naturais e processos ecológicos, com base no uso eficiente de recursos, infraestrutura e pessoal qualificado, por meio de planejamento e processos participativos de gestão. Para assegurar a efetividade ao processo de gestão é muito importante considerar a complexidade do contexto onde a área está inserida e viabilizar um processo de manejo adaptativo que permita a reflexão e o contínuo ajuste do modelo adotado para garantir impactos positivos na paisagem. |
| O que significa **gestão equitativa** de áreas conservadas? | Aquela que considera e respeita os direitos das comunidades, tendo como base a legislação e os acordos internacionais, de modo a garantir a participação representativa dos atores interessados na gestão. Particularmente no caso dos Territórios Indígenas e UCs de uso sustentável, a gestão equitativa deve respeitar o uso, costume e tradição, práticas consuetudinárias, o direito de consulta (ex.: protocolos comunitários), e não comprometer o direito de gerações futuras como usufrutuárias. |
| Qual é a importância de se amparar em uma **abordagem de paisagens** para assegurar o alcance da meta? | A abordagem na escala de paisagens permite que outras medidas espaciais de conservação sejam consideradas para assegurar a conectividade de áreas de especial interesse para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, a resiliência, representação ecológica, e interesses das comunidades. Além disso, é importante considerar a interdependência dos processos, nas diferentes escalas (ex. gestão de bacias hidrográficas, "rios voadores", entre outros). Nesse contexto, os diferentes regimes de proteção de áreas podem ser considerados para o planejamento e gestão da paisagem considerando os princípios de equidade, efetividade e representatividade abordados. |
| O que entendemos por **representação ecológica** quando consideramos os diferentes regimes de proteção existentes? | Representação ecológica é a medida em que são incluídos espaços territoriais terrestres, marinhos ou de água continentais que contemplem a heterogeneidade espacial e funcional de cada um dos biomas por meio de áreas protegidas. No caso de representação ecológica, áreas mais ameaçadas e de ocorrência restrita, devem ser ponderadas em função do nível de ameaça e da sua distribuição espacial. Assegurar representação ecológica é uma responsabilidade compartilhada entre as diferentes esferas governamentais (federal, estadual, e municipal) e a sociedade. |
| **Meta Nacional 12:** Até 2020, o **risco de extinção** de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, **tendendo a zero**, e sua situação de conservação, em especial daquelas **sofrendo maior declínio**, terá sido **melhorada**. | |
| O que é **risco de extinção**? | O conceito de risco de extinção é o resultado de um processo de avaliação de risco baseado na metodologia da IUCN, adotada pela Portaria MMA no 43/2014 (Pró-espécies). |
| O que é **melhoria da situação de conservação**? | A melhoria da situação de conservação ocorre quando uma espécie, classificada em uma categoria da Lista Vermelha da UICN, passa de uma categoria de maior risco para menor risco, refletindo sua abundância e distribuição na natureza. Por exemplo, de ''Em Perigo'' (EN) para ''Vulnerável''(VU). |
| O que significa **tendendo a zero**? | Tender a zero é reduzir o risco de ameaça de uma espécie ao menor risco possível, buscando atingir a categoria de Menos Preocupante (LC). |
| O que significa **sofrendo maior declínio**? | São aquelas espécies que se encontram nas categorias Extinta na Natureza (EW) e Criticamente em Perigo (CR). |
| **Meta Nacional 13:** Até 2020, a **diversidade genética** de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, **inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural**, terá sido **mantida** e **estratégias** terão sido elaboradas e implementadas **para minimizar a perda de variabilidade genética**. | |
| O que significa **manter a diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres**? | Significa conservar as espécies com sua diversidade genética, incluindo variedades e raças. O foco são as espécies domesticadas e seus parentes silvestres. |
| O que quer dizer **inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural**? | Interpreta-se, a partir das entrevistas com especialistas, que se tratam das espécies úteis para o ser humano, mesmo que não tenham valor monetário. Destaca-se nesta passagem o valor cultural. Isso define um foco mínimo, e presume-se que inclua as espécies com valor para povos e comunidades tradicionais, que são os grupos para os quais as espécies e sua diversidade têm importância simbólica mais importante. |
| Quais são as **estratégias para minimizar a perda de variabilidade genética** em implementação ou que poderiam trazer resultados? | As estratégias para minimizar a perda da variabilidade genética são de três tipos principais:  1. *In situ*: por meio da proteção de ecossistemas naturais.  2. *Ex situ*: por meio da representação das espécies e variedades em coleções e bancos genéticos, parcelas experimentais e em cativeiro.  3. *On farm*: por meio do uso sustentável, cultivo e criação das espécies, variedades e raças por produtores rurais. |
| O que é a **diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres** nessa meta? | A meta 13 diz respeito principalmente à agrobiodiversidade e seu potencial uso para melhoramento genético, segurança alimentar, turismo, identidade cultural, etc. Esses recursos estão sendo perdidos devido ao êxodo rural, perda das práticas e conhecimentos tradicionais e homogeneização das culturas agrícolas e das criações. As variedades e raças tradicionais e os parentes silvestres das plantas cultivadas também são ameaçados pelos pacotes tecnológicos (por exemplo, a resistência ao glifosato), a contaminação genética pelos transgênicos, e até mesmo as decisões individuais de produtores, que podem, por exemplo, desistir de criar uma raça tradicional. |
| **Meta Nacional 14:** Até 2020, **ecossistemas provedores** de **serviços essenciais**, inclusive serviços relativos à água e **que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar**, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as **necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis**. | |
| Quais são os **serviços essenciais** providos? | Serviços essenciais são aqueles provêm serviços de:  Provisão: Aqueles que promovem os insumos - alimentos, água, matéria prima (fibras, madeira), bioquímicos incluindo fármacos (medicamentos, cosméticos, leveduras, etc.), recursos genéticos.  Regulação: regulação do clima (inclusive ar, ciclo hidrológico, moderação de eventos extremos, controle de erosão e enchentes), controle biológico de pragas e vetores, desintoxicação dos solos (característico de áreas úmidas), sequestro e armazenamento de carbono.  Suporte: produção primária, polinização, ciclagem de nutrientes e decomposição (formação de solos), habitat para espécies.  Serviços culturais, saúde e bem-estar: recreação e turismo, benefícios (estéticos, educacionais, inspiradores e religiosos), estímulo intelectual e senso de pertencimento e identidade (identidade territorial, práticas culturais), diluição da transmissão de doenças infecciosas, contemplação e saúde mental, estímulo ao sistema imune (devido à exposição), atividades terapêuticas. |
| Quais **ecossistemas** são **provedores** dos serviços listados na questão anterior?  (Quais são os ecossistemas que têm maior representatividade na provisão de água, alimentos e proteção ambiental?) | São todos os ecossistemas que apresentam capacidade (funcional e estrutural) preservada para o provimento de serviços, que incluem:  (a) os espaços territoriais especialmente protegidos pela legislação brasileira (SNUC, APPs – inclusive mangues, RLs, áreas de uso restrito, terras indígenas e quilombolas e terras de outras comunidades tradicionais);  (b) as Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade;  (c) as áreas prioritárias para restauração;  (d) áreas verdes urbanas. |
| As **necessidades das mulheres, povos indígenas e de comunidades tradicionais, pobres e vulneráveis**: devem ser interpretadas como foco da meta ou salvaguarda? | A frase deve ser interpretada como salvaguarda (cuidado especial) para o cumprimento da meta. |
| Para fins de quantificação da meta, qual a porcentagem da área dos ecossistemas provedores dos serviços essenciais deve ser **restaurada e preservada**? | Em termos de preservação desses ecossistemas, o alcance da meta implica na redução da taxa de perda em pelo menos 50%. Em termos de uma ação de conservação, áreas protegidas deveriam abranger esses ecossistemas em pelo menos 30% na Amazônia e 17% nos demais biomas terrestres. Atualmente (2014), 26,1% da Amazônia estão protegidos por unidades de conservação, mas nos outros biomas o avanço é menor: 7,5% na Caatinga, 8,3% no Cerrado, 9,3% na Mata Atlântica, 2,7% nos Pampas, 4,6% no Pantanal e apenas 1,5% dos ecossistemas marinhos.  Em termos da recuperação, pode-se adotar o padrão da Meta 15 ou o que se prevê na Lei no 12.651/2012. Essa Lei prevê a recuperação das APPs e da RL irregularmente degradadas das propriedades rurais, no ritmo de 10% ao ano, a partir da inclusão da propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Com isso, considerando-se o prazo de implementação do CAR, seriam 10% ao ano a partir de 2017, resultando numa meta de 30% de recuperação até 2020, excluindo-se as áreas rurais consolidadas e as RLs de pequenas propriedades. Assim, uma meta de recuperação entre 15 e 30% até 2020 seria razoável. Entende-se, ainda, que a recuperação de áreas degradadas é um processo que pode levar vários anos, mas que deve estar pelo menos em estágio inicial consolidado para ser contabilizado para a meta. |
| **Meta Nacional 15:** Até 2020, a **resiliência de ecossistemas** e a **contribuição da biodiversidade para estoques de carbono** terão sido aumentadas através de **ações de conservação e recuperação**, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos **ecossistemas degradados**, priorizando **biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais devastados**, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação. | |
| Qual é o conceito de **resiliência de ecossistemas** adotado e qual a relação deste conceito com a  **contribuição da biodiversidade para os estoques de carbono**? | Resiliência é a capacidade de um ecossistema voltar à sua condição anterior a um evento de perturbação. A resiliência se expressa através da regeneração natural, que pode ter como resultado sistemas de baixa, média ou alta diversidade, de acordo com as características da paisagem. No caso de ecossistemas terrestres, a regeneração florestal tende a ser muito pobre em espécies, especialmente onde as florestas da paisagem estão muito degradadas e há muito tempo. Neste caso, só haverá contribuição da biodiversidade para os estoques de carbono e resiliência (voltar à condição de uma floresta em estágio avançado de sucessão) se houver enriquecimento das florestas em regeneração, o que é uma ação relativamente barata, mas que demanda mobilização pelo setor público e pela sociedade civil. No caso de ecossistemas marinhos, essa avaliação é dificultosa devido à escassez de informação que permita um entendimento mais preciso. |
| O que se entende por **ações de conservação**? | Interpreta-se como ações de conservação aquelas voltadas para remanescentes naturais no sentido de reestabelecer o estágio avançado de sucessão, que se caracteriza por apresentar alta diversidade e contribui de forma efetiva para os estoques de carbono. Essa estratégia deve ser considerada prioritária e dentro do conceito de ações de conservação inclui-se diversas ações de manejo que podem/devem ser implementadas para otimizar/ potencializar a contribuição dessas áreas para a conservação da biodiversidade e para o estoque de carbono. As Unidades de Conservação (UCs) não estão sendo consideradas aqui por duas razões: 1) considera-se o pressuposto de que as áreas florestais preservadas dentro das UCs já apresentam um estágio sucessional adequado para contribuir com os estoques de carbono; e 2) a necessidade de recuperar as áreas degradadas dentro de UCs como compensação a déficits em propriedades privadas vizinhas já assegura o aumento dos estoques de carbono dentro das UCs. |
| O que se entende por **ações de recuperação**? | No caso de ecossistemas terrestres, interpreta-se como ações de recuperação aquelas voltadas para a melhoria dos ecossistemas naturais, agrícolas e degradados. Neste caso, a melhoria se dá por meio de estrutura, composição e funcionamento do ecossistema. Em função da legislação ambiental brasileira, as ações de recuperação se concentram principalmente nas áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais (RLs). Não temos um instrumento legal para recuperação das áreas agrícolas de baixa aptidão, que normalmente apresentam alta aptidão florestal e poderiam contribuir ativamente para a conservação da biodiversidade e para o aumento dos estoques de carbono. Incluem-se no conceito de ações de recuperação (de acordo com a legislação ambiental brasileira) a restauração de APPs, RLs, a compensação por servidão florestal em áreas degradas no interior de unidades de conservação (UCs). A servidão florestal e a emissão de cotas de reserva ambiental (CRAs) não deverão ser consideradas para este cálculo. No caso de ecossistemas marinhos, a maior parte das ações está focada em regeneração natural em escalas pontuais. |
| Quais são os **ecossistemas degradados passíveis de recuperação**? | De acordo com a legislação ambiental brasileira, áreas degradadas são as áreas de preservação permanente (APPs) e as áreas de reserva legal (RLs) sem vegetação natural, além de áreas degradadas dentro de unidades de conservação (UCs) usando o instrumento da servidão florestal. Não temos ainda um instrumento legal para a ocupação das áreas agrícolas de baixa aptidão com vegetação florestal nativa. No caso dos ecossistemas costeiros, as áreas de manguezais, marismas, restingas e dunas costeiras, que se encontram sob forte pressão antrópica, são passíveis de recuperação, porém atualmente ainda de forma incipiente. No caso de ecossistemas marinhos, não existem instrumentos e informação para determinar o que está de fato degradado, mas é importante a inclusão deste debate como estratégia para o aumento dos estoques de carbono. |
| Quais são os **biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais degradadas**? | Considerando a definição acima sobre áreas degradadas, os biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais degradados são aquelas com maior déficit de APPs e RLs, maior suscetibilidade à erosão, entre outros. Ainda é preciso regulamentar a delimitação de ecossistemas marinhos no Brasil (Lei do Mar) que permita identificar prioridades. |
| Quais aspectos importantes não possuem instrumentos legais regulamentados e, por isso, não foram considerados nas definições acima para a meta 15? | Não se pode falar em aumento dos estoques de carbono sem considerar os ecossistemas marinhos. Entretanto, não existem ainda mecanismos ou instrumentos legais que permitam o acompanhamento. Além disso, as áreas agrícolas de baixa aptidão não estão incluídas no código florestal e também não possuem regulamentação legal para alteração de uso de sistemas agrícolas para sistemas florestais. Outro aspecto importante é a necessidade de incentivar e regulamentar mecanismos de incentivo econômico já existentes na legislação brasileira direcionados para a restauração, tanto de APP como de RL, incluindo PSA (com ênfase para a biodiversidade e REDD+, entre outros), e parta o enriquecimento com espécies de interesse econômico. |
| Qual a relação das definições acima (meta 15) com a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e combate à desertificação? | Todas as definições e ações acima relacionadas à expressão da resiliência, à conservação e recuperação da biodiversidade e à contribuição para o aumento dos estoques de carbono contribuirão efetivamente para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e combate a desertificação. |
| **Meta Nacional 16:** Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização terá **entrado em vigor** e estará **operacionalizado**, **em conformidade com a legislação nacional**. | |
| Quais são as etapas necessárias para que o Protocolo de Nagoya **entre em vigor** no Brasil? | As etapas oficiais para a ratificação do Protocolo de Nagoya no Brasil são: (i) assinatura, (ii) envio ao Congresso, (iii) ratificação no Congresso, (iv) sanção Presidencial, e (v) depósito na ONU. As duas primeiras já foram cumpridas. Não consta do texto da Meta Nacional que o Protocolo deve entrar em vigor nacionalmente, por isso o entendimento do DPG/MMA é de que para a CDB, a Meta 16 já está cumprida, mas para o Brasil, a meta está parcialmente cumprida, pois faltam alguns mecanismos para a operacionalização do Protocolo de Nagoya, considerando que alguns já estão na MP em vigor. No nível político, há um condicionante para que o Congresso ratifique o Protocolo de Nagoya, que é a aprovação da nova lei (PL nº 7.735). Mas esse não é um requisito oficial e não há garantia nenhuma de que o Protocolo seja ratificado após a aprovação da lei. O PL hoje já tranca a pauta da Câmara dos Deputados e, após aprovado, ainda seguirá para o Senado Federal. A aprovação do Protocolo de Nagoya será mais simples, pois não é possível alterar o seu texto. |
| O que falta para assegurar a **operacionalização** do Protocolo de Nagoya, **em conformidade com a legislação nacional**? | Para a operacionalização do Protocolo de Nagoya são necessários alguns instrumentos, entre eles: lei nacional, autoridade nacional competente, mecanismo de comunicação (*Clearing House Mechanism* – CHM), pontos de checagem (exemplos: escritório de patentes, registro de produtos, financiamento de pesquisa, Conselho de Gestão), mecanismos facilitados de acesso, etc. A lei nacional já existe desde 2001 na forma da Medida Provisória nº 2186-16/2001 (MP) e apresenta alguns desses instrumentos, tais como: autoridade nacional competente, ponto de checagem (o art. 31 da MP fala do INPI: “A concessão de direito de propriedade industrial pelos órgãos competentes”) e mecanismos facilitados de acesso (autorização especial e simplificada para pesquisa científica). Nesse sentido, considera-se que o Brasil está bastante avançado em relação a outros países. A ratificação implica não somente em um fluxo de recursos de outros países para o Brasil, mas também no direcionamento de recursos do Brasil para outros países. A sua operacionalização, portanto, implica na designação de “pontos de verificação” e na adoção de medidas de cumprimento que garantirão o respeito à legislação dos países de origem do patrimônio genético utilizado pelo Brasil. O Protocolo, uma vez aprovado, terá força de lei e poderá ser regulamentado por Decreto. Desse modo, provavelmente os “pontos de verificação” serão identificados após a ratificação do Protocolo por meio de um Decreto. No PL nº 7.735 é também prevista a criação do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) e do Programa Nacional para a Repartição de Benefícios (PNRB). |
| **Meta Nacional 17:** Até 2014, a **estratégia nacional de biodiversidade** será atualizada e **adotada como instrumento de política**, com **planos de ação efetivos, participativos e atualizados**, que deverão prever monitoramento e avaliações periódicas. | |
| O que é a **Estratégia Nacional de Biodiversidade**? | É um conjunto de diretrizes que se consolida na forma de um documento baseado na estrutura proposta pela CDB. A Estratégia reúne os instrumentos, objetivos e metas nacionais de biodiversidade em ciclos definidos, uma visão de longo prazo, princípios e diretrizes, um plano de ação, uma proposta de monitoramento, e um plano de mobilização de recursos. O ciclo atual encerra em 2020 e a próxima revisão do documento deverá tomar por base o Plano Estratégico global da CDB para o novo ciclo. |
| Como podemos saber que a ENB foi **adotada como instrumento de política**? | A Estratégia Nacional de Biodiversidade será adotada como instrumento de política quando for institucionalizada por meio de normatização a ser definida. |
| O que são **Planos de Ação efetivos, participativos e atualizados**? | Os Planos devem conter, de forma lógica, ações capazes de alterar os valores dos indicadores, viabilizando o alcance das metas. Os Planos de Ação são efetivos quando combinam eficiência e eficácia, provendo resultados com o uso eficiente dos recursos. São participativos quando envolvem os vários setores do governo e da sociedade na sua elaboração, gestão, implementação, monitoramento e avaliação. São considerados atualizados quando as ações constantes dos Planos continuam relevantes dentro do prazo estipulado para sua execução e do contexto vigente. |
| **Meta Nacional 18:** Até 2020, os **conhecimentos tradicionais, inovações e práticas** de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais **relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade**, e a **utilização consuetudinária de recursos biológicos** terão sido **respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes**, e **plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB** com a **participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes**. | |
| O que é considerado como **conhecimentos tradicionais, inovações e práticas** no contexto desta meta? | Considera-se conhecimentos, inovações e práticas tradicionais como saberes e práticas individuais ou coletivas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais, com valor socioambiental, cultural, espiritual, econômico, entre outros. Para esta meta, considera-se que este conhecimento é inovador porque é dinâmico, sendo capaz de re-significar práticas tais como as de manejo, uso, ritualísticas, espirituais, de saúde, culturais, entre outras. |
| Quais são os conhecimentos e as práticas tradicionais **relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade**? | São todos os conhecimentos e práticas tradicionais que estão relacionados direta ou indiretamente com a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, sejam de manejo, uso, ritualísticas, espirituais, de saúde, culturais, entre outros. |
| O que deve ser considerado como **utilização consuetudinária** de recursos biológicos? | Considera-se como acordos, regras e instituições definidos formal ou informalmente e relacionados ao uso dos recursos naturais, dentro das e entre as comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares. |
| O que deve ser considerado como **respeitados de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes**? | Considera-se que o respeito, neste caso, consiste na regulamentação e no cumprimento da legislação referentes a esses povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais, incluindo o seu direito à terra; e no reconhecimento do seu direito de serem consultados antes que seus saberes sejam acessados e utilizados por outros (consentimento prévio informado), assegurando a participação efetiva na integração e implementação da legislação nacional e dos compromissos internacionais. |
| O que deve ser considerado como **plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB**? | Considera-se que os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais e a utilização consuetudinária de recursos naturais estarão plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB se forem respeitados de acordo com o que foi descrito no conceito anterior. Deve ser ressaltado que a integração, nesse caso, se dará por meio da valorização da cultura, sendo que conhecimentos e práticas tradicionais devem ser considerados na definição das estratégias, políticas e ações. |
| O que deve ser considerado como **participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes**? | A participação plena e efetiva é garantir a consulta, o envolvimento, a atuação qualificada e a vinculação de suas decisões ao processo em questão. Entende-se como níveis relevantes os espaços políticos de atuação locais, regionais, nacionais e internacionais, como por exemplo: protocolos comunitários, instituições representativas, CNPCT, CNPI e CONSEA. |
| **Meta Nacional 19:** Até 2020 as bases científicas e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido **ampliados e compartilhados**, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente **transferidos e aplicados**. Até 2017 a **compilação completa dos registros** já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, **resguardadas as especificidades**, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos. | |
| A **ampliação**, o **compartilhamento**, a **transferência** e a **aplicação** se referem às bases científicas, tecnologia ou ao conhecimento? | O texto da meta se refere aos três, incluindo bases científicas, as tecnologias e o conhecimento sobre biodiversidade, seus valores, funcionamento e uso sustentável. |
| Qual é o nível de organização biológica a que o texto da meta se refere? | Neste caso, interpretamos que os termos “funcionamento e valores” refletem a abordagem ecossistêmica, processos, componentes e seus serviços, incluindo fauna, flora, microbiota, aquática e terrestre. |
| O que se entende por **compartilhar**? | O compartilhamento das bases, tecnologias e conhecimento inclui o livre acesso e publicação, utilizando padrões de estruturação nacionalmente aceitos, incluindo metadados e licenças de uso, respeitando as devidas resguardas e especificidades (ver definição abaixo). |
| O termo**aplicados** se restringe a políticas públicas? | Entende-se que a aplicação das bases científicas, tecnologias e conhecimento, no contexto da meta, não se restringe a políticas públicas. Deste modo, inclui também a elaboração de patentes, inovação, produtos e até o desenvolvimento do conhecimento. |
| O conceito **compilação completa de registros** se refere à ocorrência ou a qualquer tipo de registro? | No contexto da meta, considera-se que os registros de fauna, flora, microbiota, organismos aquáticos e terrestres, diz respeito às ocorrências e listas de espécies registradas nos sistemas de informação do país. |
| O que significa **resguardar especificidades**? | As especificidades são aqui entendidas como aquelas definidas na legislação nacional. |
| **Meta Nacional 20:** Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas **avaliações da necessidade de recursos para sua implementação**, seguidas de **mobilização e alocação dos recursos** financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a **implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o cumprimento de suas metas**. | |
| O que é a **avaliação da necessidade de recursos para implementação das metas**? | É a quantificação de recursos para a realização de ações e o consequente alcance das metas. Isso corresponde ao custo previsto de implementação das ações. |
| Em que consiste a **mobilização e alocação de recursos**? | É a identificação prévia de possíveis fontes de recursos e estabelecimento de estratégias de capacitação/mobilização. Esses recursos podem ser obtidos a partir dos orçamentos públicos (federais, estaduais e municipais), privados e internacionais. A captação/alocação pode ser feita também por meio da criação de incentivos e obrigações. |
| Em que consiste a **implementação, monitoramento e cumprimento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020**? | São as ações que serão executadas por órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) e por organizações não-governamentais, setor privado, academia, sociedade civil, povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares, dentre outros cidadãos para contribuir com os objetivos do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020 da CDB. |

*Indicadores*

As oficinas resultaram em um conjunto total de 211 indicadores para as 20 metas. Entretanto, dentre esses havia indicadores repetidos (já que alguns indicadores informam sobre mais de uma meta), muitos ainda não existentes e ainda muitos com pouca viabilidade de construção e/ou mensuração até 2020. Reuniões técnicas menores entre MMA e IUCN, sendo a última também com participação do IBGE e IPEA, revisaram essa lista de 211 indicadores com base nos seguintes critérios, inspirados na orientação fornecida pelo IBGE:

##### **Tabela 11:** Critérios para avaliação/triagem dos 211 indicadores resultantes dos workshops do PainelBio.

|  |  |
| --- | --- |
| **Critérios para avaliação dos indicadores** | **Explicação dos critérios** |
| Relevância e validade com relação às metas | Grau de proximidade entre o conceito do tema tratado e a medida do indicador. |
| Especificidade e sensibilidade para avaliar as mudanças | Medida específica e significativa, capaz de refletir mudanças no tema que se quer medir, inclusive se as condições que afetam o tema referido se alteram. |
| Cobertura espacial ou temática com relação ao texto das metas | Boa cobertura espacial ou temática, representativa dos temas específicos abordados pela meta. |
| Desagregabilidade para os temas da meta | Possibilidade de ser construído para partes específicas da meta. |
| Periodicidade na atualização | Capacidade de ser reproduzido em intervalos regulares de tempo. |
| Capacidade para construção de séries históricas | Capacidade de se dispor de séries históricas extensas e comparáveis. |
| Confiabilidade | Qualidade dos dados usados na construção do indicador. |
| Factibilidade | Os dados podem ser coletados e analisados, segundo os recursos humanos e financeiros disponíveis (custos e/ou esforços necessários para a produção do indicador). |
| Inteligibilidade de sua construção | Metodologia de construção bem definida, transparência das técnicas utilizadas. |
| Simplicidade/comunicabilidade | Capacidade de ser entendido por diversos atores sociais. |

**Fonte:** Baseada em tabela elaborada por Denise Kronemberger (IBGE) com base em Jannuzzi (2012).

Como resultado dessa avaliação, foi preparada uma planilha consolidando os indicadores selecionados como viáveis para uso imediato, os que existem parcialmente e precisam ser aprimorados, e os prioritários/mais viáveis para desenvolvimento no curto e médio prazo. Essa proposta foi discutida com o conselho do PainelBio em 14 de setembro de 2015, resultando em 29 indicadores viáveis de uso imediato (Tabela 12), 11 a serem aprimorados (Tabela 13) e 13 a serem desenvolvidos (Tabela 14). Todos esses 53 indicadores foram incorporados a este documento da EPANB, no item 3 (Plano de Ação). Percebe-se ainda que, uma vez aprimorados e desenvolvidos os novos indicadores considerados mais prioritários, a lista de indicadores viáveis poderá ser revisada com o objetivo de ser reduzida e fortalecida, pois vários dos indicadores selecionados como viáveis para uso imediato só permaneceram na lista por constituírem o conjunto disponível no momento, e poderão então ser substituídos por indicadores mais pertinentes e específicos para as metas.

**Tabela 12:** Planilha consolidada de indicadores viáveis de uso imediato, a ser discutida/aprovada pela CONABIO.

| **No** | **Indicador viável** | **Metas informadas** |
| --- | --- | --- |
| 1 | Consciência ambiental e hábitos sustentáveis. | 1, 4 |
| 2 | Gasto federal com biodiversidade. | 2 |
| 3 | ICMS Ecológico. | 3 |
| 4 | Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à totalidade de resíduos sólidos urbanos coletados. | 4, 8 |
| 5 | Intensidade energética. | 4 |
| 6 | Participação das diferentes fontes na oferta de energia. | 4 |
| 7 | Pegada Ecológica Brasileira. | 4 |
| 8 | Número de focos de calor por bioma. | 5, 15 |
| 9 | Cobertura vegetal nativa remanescente. | 5, 10, 14, 15 |
| 10 | Produção pesqueira nacional extrativa | 6 |
| 11 | Intensidade do uso de agrotóxicos no Brasil. | 7 |
| 12 | Produtores cadastrados no CNPO/MAPA. | 7 |
| 13 | Plantio direto em culturas anuais. | 7 |
| 14 | Qualidade de águas interiores. | 8 |
| 15 | Concentração de poluentes no ar em áreas urbanas | 8 |
| 16 | Emissões de origem antrópica dos gases do efeito estufa (GEE) | 8, 15 |
| 17 | Espécies exóticas invasoras reconhecidas oficialmente | 9 |
| 18 | Unidades de Conservação | 10 |
| 19 | Efetividade de gestão (UCs) | 11 |
| 20 | Espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção | 12 |
| 21 | Espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção com Planos de Ação para recuperação e conservação (PANs) | 12 |
| 22 | Recursos genéticos de fauna, flora e de microrganismos, conservados | 13 |
| 23 | Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA). | 14, 18 |
| 24 | Acordos ou outros instrumentos de Repartição de Benefícios | 16, 18 |
| 25 | Grau de atualização da Estratégia Nacional de Biodiversidade | 17 |
| 26 | Unidades de Conservação de Uso Sustentável com instrumentos de gestão | 18 |
| 27 | Grau de adesão das bases ao SIBBR | 19 |
| 28 | Índice de Produtividade Científica | 19 |
| 29 | Diferença entre o recurso estimado total e o executado em nível federal. | 20 |

**Tabela 13:** Planilha consolidada de indicadores a serem aprimorados, a ser discutida/aprovada pela CONABIO.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **No** | **Indicador a ser aprimorado** | **Metas informadas** |
| 1 | Conhecimento sobre biodiversidade e seus valores. Porcentagem da população que já ouviu falar e sabe a definição correta do termo biodiversidade e qualifica seus valores. | 1, 4 |
| 2 | Recursos disponíveis para PSA. Deve indicar o volume de recursos (R$) destinados em âmbito nacional, estadual, municipal, comitês de bacias e pelo setor privado para o pagamento de serviços ambientais. Inclui-se mecanismos associados a mercados de carbono, água, biodiversidade e outros. | 3 |
| 3 | Taxa de degradação de ambientes nativos terrestres. Atualmente parcialmente existente para a Amazônia e Cerrado (TerraClass e DEGRAD), deve ser expandido para os demais biomas. Informa sobre o nível de degradação da cobertura vegetal nos biomas em consequência da extração seletiva de espécies vegetais e do fogo. | 5, 15 |
| 4 | Perda de ambientes nativos terrestres. Deve informar sobre a perda de ambientes nativos (taxa e acumulado) pela remoção da cobertura vegetal nativa em cada bioma terrestre. A mensuração deve indicar também a porcentagem de desmatamento legal e ilegal. | 5, 15 |
| 5 | Percentual de spp ameaçadas de extinção impactadas pela pesca contempladas por PANs implementados e monitorados | 6 |
| 6 | Proporção de estoques de peixes explotados fora dos Limites Biológicos de Segurança. | 6 |
| 7 | Porcentagem de Comitês Permanente de Gestão (CPG) funcionando. Mensurado pelas reuniões periódicas com subcomitê científico e subcomitê de acompanhamento operantes e participação social, com a proposição de planos de gestão ou medidas específicas. | 6 |
| 8 | ReefCheck: índice de saúde dos recifes de coral. O protocolo ReefCheck acompanha 22 parâmetros que indicam a integridade desses ecossistemas. Deve acompanhar também o número de locais onde o protocolo está sendo implementado e monitorado. | 6, 10 |
| 9 | Espécies costeiras e marinhas ameaçadas de extinção. Listas oficiais: número de espécies da fauna ameaçadas de extinção e porcentagem de espécies em relação ao número total de espécies avaliadas. A avaliação do risco de extinção das espécies pode funcionar como indicador da integridade e funcionamento desses ecossistemas. Verificar definição dos conceitos “costeiro” e “marinho” e metodologia de mensuração. | 10, 12 |
| 10 | Índice de fragmentação e conectividade. Com base no mapa de cobertura, são calculadas métricas entre os fragmentos remanescentes. Esse indicador permitirá priorizar as áreas de APP, RLs, e áreas agrícolas de baixa aptidão que deverão ser recuperadas, com base na fragmentação e conectividade, que contribuirão para a identificação e potencialização da resiliência e o aumento dos estoques de carbono. A abordagem na escala de paisagem permite que outras medidas espaciais de conservação sejam consideradas para assegurar a conectividade de áreas de especial interesse para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, a resiliência, representação ecológica e interesses das comunidades. | 11, 15 |
| 11 | Valor nutricional da biodiversidade. Número de espécies nativas da biodiversidade brasileira com informações sobre valor nutricional incluídas no Banco de Dados de Composição Nutricional da Biodiversidade no Sistema de Informação sobre Biodiversidade Brasileira – SIBBr (sistema on-line). Deve informar sobre o número de espécies da biodiversidade nativa cujo uso está sendo promovido, o que representa um incentivo para sua conservação. Este número seria comparado ao total de espécies nativas alimentícias priorizadas na Iniciativa Plantas para o Futuro. | 13 |

**Tabela 14:** Planilha consolidada de indicadores a serem construídos, a ser discutida/aprovada pela CONABIO.

| **No** | **Indicador a ser construído** | **Metas informadas** |
| --- | --- | --- |
| 1 | Contas econômicas ambientais. Deve mensurar o número de contas econômicas ambientais desenvolvidas e implementadas (ex.: água, florestas, mudança no uso e cobertura da terra, energia). | 2 |
| 2 | Programas federais que integram o valor dos serviços ecossistêmicos Deve informar sobre o número de programas/ações no PPA Federal que integram o valor dos serviços ecossistêmicos e a proporção que representa no orçamento, indicando a integração desse tema no planejamento e nas ações dos setores governamentais. É preciso definir os critérios e conceitos que permitam identificar quando um programa ou ação de fato integra esses valores. | 2 |
| 3 | Ações governamentais que incluem ou representam incentivos positivos ou negativos que afetam a biodiversidade. Deve informar sobre o volume de recursos disponíveis que afetam a biodiversidade em programas governamentais. | 3 |
| 4 | Perda e desperdício de alimentos. Avaliação de perda de alimentos ao longo da cadeia de produção e distribuição, e desperdício por parte dos consumidores. Indicador a desenvolver com base no indicador que está em desenvolvimento pelo PNUMA e FAO. Deve contribuir para aumentar significativamente a sustentabilidade dos setores de produção, distribuição e comercialização de alimentos, reduzindo de forma abrangente a pegada ecológica nacional. | 4 |
| 5 | Taxa de fragmentação de ambientes aquáticos de água doce. Deve informar sobre uma das maiores ameaças a esses ambientes, por meio de um índice de fragmentação, calculado com base no número de barramentos por bacia hidrográfica. O método de cálculo do índice precisa ser refinado por especialistas, inclusive com a definição das variáveis a serem utilizadas. | 5, 15 |
| 6 | Propriedades rurais cadastradas com situação ambiental regular e em processo de regularização. O CAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural) tem por objetivo cadastrar todas as propriedades rurais do país, com identificação de ativos e passivos ambientais das propriedades. Ainda está em fase de implementação e atualmente tem 59% das propriedades registradas. Indicador mensurado a partir de relatórios gerados pelo SICAR (Sistema Nacional do CAR). | 7 |
| 7 | Implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. Indicador de progresso que deve informar sobre o estágio (%) de implementação dos componentes da Política Nacional: (i) Gestão da Estratégia Nacional; (ii) Coordenação Intersetorial; (iii) Infra-estrutura legal; (iv) Prevenção, detecção precoce e ação emergencial; (v) Manejo – erradicação, contenção, controle e monitoramento; (vi) Geração de conhecimento específico; (vii) Capacitação técnica; Educação e sensibilização pública. O cálculo deverá considerar a porcentagem individual de implementação de cada item, e o indicador será avaliado por uma média ponderada dos itens. O peso de cada item ainda precisa der definido. | 9 |
| 8 | Índice de Representatividade Ecológica em UCs. Deve informar sobre a representatividade ecológica dos ecossistemas, por bioma, em UCs. Atualmente, GIZ e WWF estão desenvolvendo protocolos. | 11 |
| 9 | Cobertura vegetal em APPs e RLs. Deve informar, de forma complementar aos dados sobre UCs, a % de área com cobertura de vegetação nos diferentes biomas terrestres cadastradas no CAR para conservação que estão conservadas ou recuperadas. Esse indicador, uma vez desenvolvido, pode ser incorporado como um componente do indicador de “Porcentagem de áreas conservadas”. | 11, 7, 14, 15 |
| 10 | Restauração de APPs e RLs. Área de APPs e RLs registradas no CAR que estão sendo restauradas. Deve informar sobre a evolução da área total (número de hectares) restaurada em comparação à área degradada no país, com base no Planaveg (em preparação) e SICAR. | 14 |
| 11 | Área em processo de recuperação. Área em processo de recuperação relativo às áreas degradadas. Medição da evolução da restauração florestal no país frente ao avanço da degradação, com vistas a atingir o percentual de 15% de recuperação dos ecossistemas degradados. | 15 |
| 12 | Ratificação do Protocolo de Nagoya (% das etapas concluídas). Proporção de etapas para a ratificação do Protocolo concluídas (1-assinatura, 2-envio ao Congresso, 3-ratificação pelo Congresso, 4-sanção presidencial, 5-depósito da ratificação na sede da ONU). | 16 |
| 13 | Mobilização de recursos viáveis para a biodiversidade. Deve informar sobre a estimativa da lacuna de recursos que é viável de ser mobilizada e executada. | 20 |

Os indicadores resultantes, mesmo os existentes, devem ainda passar por um processo de detalhamento, com a preparação de fichas técnicas para cada indicador, bem como de aprovação pela CONABIO. Esse detalhamento será fundamental para o monitoramento adequado dos indicadores existentes selecionados, bem como facilitará o processo de aprimoramento e desenvolvimento dos indicadores prioritários que ainda não estão prontos para uso. Os indicadores finais aprovados pela CONABIO devem ser incorporados ao documento da EPANB atualizada. No dia 24 de setembro de 2015, durante a 59ª reunião ordinária da CONABIO, foi deliberado que haverá uma reunião extraordinária no dia 16 de dezembro de 2015 para a discussão da proposta de indicadores apresentada pelo PainelBio.

As 158 sugestões restantes de indicadores resultantes das oficinas do PainelBio que não foram incluídas nas listas consolidadas poderão ser aproveitadas nas futuras revisões dos indicadores das metas brasileiras, uma vez que foram sugestões discutidas por especialistas e atores interessados nos temas abordados pelas metas atuais. Por estarem diretamente vinculados aos objetivos da CDB, esses temas provavelmente permanecerão refletidos, em grande parte, nas futuras versões das metas nacionais.

6.1.4. Construção dos elementos e do documento da EPANB

### Desde o início de 2014, o MMA vem trabalhando, com a ajuda de consultorias, na preparação de elementos específicos da EPANB e na estruturação e construção do documento da Estratégia. Mesmo sendo este o primeiro documento intitulado “Estratégia Nacional de Biodiversidade”, esta é considerada uma versão revisada, já que anteriormente o Brasil considerava já possuir uma Estratégia Nacional de Biodiversidade, constituída pelo conjunto de instrumentos normativos do setor, como mencionado na Introdução.

Duas consultorias foram contratadas para, com o apoio da equipe técnica do MMA, prestar apoio técnico, por meio de serviços de assessoria ao Diretor e ao Gerente Nacional de Projeto, para realizar levantamentos, análise e sistematização de processos, consultas às partes interessadas e outras tarefas necessárias para a atualização da EPANB e construção do documento da Estratégia. Essas consultorias apoiaram ainda o processo participativo de construção de indicadores para as metas nacionais de 2020 e a definição das demais consultorias necessárias para o desenvolvimento de alguns elementos específicos da EPANB, como descrito a seguir.

Um terceiro consultor foi contratado para realizar um levantamento de gastos públicos (2006-2013) estaduais, federais e do setor privado relacionados à biodiversidade para o período de 2006 a 2013, com base no Projeto “Dimensionamento e Acompanhamento do Gasto Ambiental Federal”, que vem sendo conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O trabalho do consultor considera os dados orçamentários dos governos estaduais e federal, bem como dados disponibilizados por empresas, a exemplo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Os resultados dessa consultoria representam a base para a preparação do Plano de Mobilização de Recursos.

Uma quarta consultoria está em processo de contratação para propor, a partir de uma análise da situação existente, a estratégia e as ações para construir as capacidades humanas e tecnológicas necessárias nos órgãos governamentais para viabilizar a implementação da EPANB, o cumprimento dos compromissos nacionais com a CDB e o atingimento das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020. Essa análise deve considerar as lacunas de número e qualificação técnica de pessoal nos órgãos dos governos estaduais e federal, bem como as necessidades de coordenação entre os entes e as necessidades tecnológicas. Os órgãos a serem considerados são tanto aqueles da área de meio ambiente (federais e estaduais), como aqueles (dos diversos setores federais) que afetam direta ou indiretamente as questões tratadas pelas Metas Nacionais de Biodiversidade. O produto final dessa consultoria será o Plano de Capacidade Humana e Tecnológica da EPANB.

A quinta consultoria também está em processo de contratação para desenvolver um Plano de Comunicação e Divulgação da EPANB e das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, tendo como público alvo (i) os Ministérios e vinculadas federais de todos os setores; (ii) os órgãos do setor ambiental federal e estadual (Ministério do Meio Ambiente e vinculadas, e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs); e (iii) o grande público. Considerando as ferramentas relevantes do programa de comunicação da CDB, o CEPA (sigla em inglês para: *Comunicação, Educação e Conscientização Pública*), o Plano deve detalhar as atividades de comunicação, educação e sensibilização do público e dos tomadores de decisão sobre a EPANB e as Metas, compreendendo medidas de curto e longo prazo.

Finalmente, a sexta consultoria deve ser contratada perto do final do processo, para desenvolver o Plano de Mobilização de Recursos da EPANB. Com base nos resultados das consultorias anteriores – (i) a EPANB revisada; (ii) os resultados do levantamento de gastos públicos estaduais, federais e do setor privado relacionados à biodiversidade; (iii) os resultados da avaliação das necessidades de capacidade humana e tecnológica para implementação da EPANB; e (vi) o Plano de Comunicação e Divulgação da EPANB – essa consultoria deve definir as necessidades e desenvolver uma estratégia capaz de mobilizar os recursos necessários para viabilizar a implementação adequada da EPANB.

Será ainda necessário contratar uma consultoria para desenvolver as fichas dos indicadores identificadas pelo PainelBio para as Metas Nacionais de Biodiversidade, bem como para os demais indicadores da EPANB, particularmente para o Eixo 4 do Plano de Ação, e ainda outra para descrever e aprimorar o Mecanismo de Intercâmbio de Informações do Brasil.

6.1.5. Aprovação formal da EPANB

Como resultado das duas primeiras consultorias, foi preparada uma versão preliminar da EPANB, contendo todos os itens do documento, exceto os Planos de Mobilização de Recursos, Capacidade Humana e Tecnológica, e Comunicação, que estão ainda em fase de contratação ou preparação, e as fichas técnicas dos indicadores, para as quais deve ser contratado um consultor adicional. Essa versão preliminar será circulada internamente no MMA, para comentários. Os comentários recebidos serão incorporados em uma segunda versão da EPANB.

A segunda versão será discutida no PainelBio, cujas contribuições devem ser incorporadas em uma terceira versão. Paralelamente, foi aprovada na reunião de 24 de setembro de 2015 da CONABIO a realização de uma reunião extraordinária em 16 de dezembro de 2015, para aprovação da lista de indicadores existentes e parcialmente existentes. Essa lista deve ser apresentada com o nome de cada indicador, descrição e fonte de dados.

Após a incorporação dos Planos de Aplicação (recursos, capacidade e comunicação) e das fichas técnicas dos indicadores, a versão final da EPANB será submetida à CONABIO, para discussão e aprovação formal, por meio de uma Resolução.

* 1. Anexo 2: Resoluções da CONABIO

Este anexo inclui a Resolução CONABIO no 6, de 03 de setembro de 2013, que aprova as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020. Quando disponível, a Resolução CONABIO que aprovar o documento da EPANB também será incluída aqui.

**A2.1. Resolução CONABIO 06/2013: Metas Nacionais de Biodiversidade**

**Resolução CONABIO no 06, de 03 de setembro de 2013**

*Dispõe sobre as Metas Nacionais de*

*Biodiversidade para 2020*

A Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto no 4.703, de 21 de maio de 2003, e tendo em vista o disposto no Art. 10 do Anexo da Portaria no 153, de 23 de junho de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, e

Considerando que a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo no 2, de 8 de fevereiro de 1994;

Considerando a decisão X/2 da CDB que estabeleceu o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, incluindo as Metas de Aichi de Biodiversidade, e que estabelece em seu parágrafo 3, que as Partes e demais Governos, com o apoio de organizações intergovernamentais e outras, conforme o caso, deverão implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020;

Considerando que a decisão X/2 da CDB em seu parágrafo 3b solicita a elaboração de metas nacionais e regionais, utilizando o Plano Estratégico e suas Metas de Aichi como marco flexível, de acordo com prioridades e capacidades nacionais;

Considerando que a decisão X/2 da CDB em seu parágrafo 3b solicita ainda que as metas nacionais e regionais deverão levar em conta tanto as metas globais quanto a situação e tendências da diversidade biológica no país, e os recursos provenientes da estratégia de mobilização de recursos, visando contribuir para os esforços globais de realizar as metas globais;

Considerando a necessidade do Governo Brasileiro de estabelecer as metas nacionais de biodiversidade 2011-2020, atendendo à solicitação da CDB;

Considerando os Artigos 2o e 6o do Decreto no 4.703, de 21 de maio de 2003, que atribui à CONABIO a competência para promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à CDB no país;

Resolve:

Art. 1o Adotar as metas nacionais de biodiversidade para 2011-2020, de acordo com o anexo, e propor a sua implementação pelo Poder Público Federal.

Art. 2o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

[assinado]

**ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI**

Secretário de Biodiversidade e Florestas

Presidente da CONABIO

ANEXO

1. **Histórico**

O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com diversas instituições ambientais, lançou, em 2011, a iniciativa “**Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020**”. A iniciativa teve como principal objetivo estabelecer, de forma participativa, as metas nacionais de biodiversidade relacionadas ao Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica. Durante o ano de 2011 foram realizadas cinco grandes reuniões de consulta presenciais, além de inúmeras reuniões de preparação e qualificação junto a cinco setores da sociedade: setor empresarial, sociedade civil ambientalista, academia, governo (federal e estadual) e povos indígenas e comunidades tradicionais. Durante essas reuniões, os setores elaboraram propostas de metas nacionais de biodiversidade de acordo com as visões e necessidades específicas dos setores, levando em consideração as 20 Metas Globais de Biodiversidade, conhecidas como “Metas de Aichi”.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos nas reuniões setoriais, foram gerados 25 documentos (5 para cada uma das 5 reuniões), com propostas de metas nacionais de biodiversidade para o período 2011-2020 e de submetas intermediárias para serem alcançadas ao longo de 2013 a 2017. Todas as propostas foram consolidadas em um único documento, chamado de “**Documento base da consulta pública**”.

Esse **Documento** foi colocado para consulta pública no site do Ministério do Meio Ambiente durante o período de 19 de dezembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012. A consulta pública teve como objetivo obter mais contribuições da sociedade brasileira para a elaboração das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020, além de uma análise crítica sobre as metas que já haviam sido propostas pelos setores consultados.

Tomando como ponto de partida esses subsídios, a CONABIO discutiu as metas nacionais durante cinco reuniões ordinárias: 47ª Reunião, de 26 de abril de 2012; 48ª Reunião, de 27 de junho de 2012; 49ª Reunião, de 20 de agosto de 2012; 51ª Reunião, de 25 de abril de 2013; e 52ª Reunião, de 26 e 27 de junho de 2013; além de uma reunião extraordinária, a 15ª, de 01 de junho de 2012.

Ao final da 52a Reunião, aprovou-se a versão final do texto das metas nacionais apresentado na seção 2 e a proposta de elaboração de texto de apoio com considerações da CONABIO a respeito do histórico do processo e da implementação das metas aprovadas apresentadas na forma de princípios para a internalização e implementação das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020, apresentado na seção 3.

1. **Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020**

|  |
| --- |
| **Objetivo Estratégico A – Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade** |
| **Meta Nacional 1:** Até 2020, no mais tardar, a população brasileira terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável. |
| **Meta Nacional 2:** Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria. |
| **Meta Nacional 3:** Até 2020, no mais tardar, incentivos que possam afetar a biodiversidade, inclusive os chamados subsídios perversos, terão sido reduzidos ou reformados, visando minimizar os impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB, levando em conta as condições socioeconômicas nacionais e regionais. |
| **Meta Nacional 4:** Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de produção e consumo sustentáveis para mitigar ou evitar os impactos negativos da utilização de recursos naturais. |
| **Objetivo Estratégico B – Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável** |
| **Meta Nacional 5:** Até 2020 a taxa de perda de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente em todos os biomas. |
| **Meta Nacional 6:** Até 2020, o manejo e captura de quaisquer estoques de organismos aquáticos serão sustentáveis, legais e feitos com aplicação de abordagens ecossistêmicas, de modo a evitar a sobre-exploração, colocar em prática planos e medidas de recuperação para espécies exauridas, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de limites ecológicos seguros, quando estabelecidos cientificamente. |
| **Meta Nacional 7:** Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, assegurando a conservação da biodiversidade. |
| **Meta Nacional 8:** Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade. |
| **Meta Nacional 9:** Até 2020, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras deverá estar totalmente implementada, com participação e comprometimento dos estados e com a formulação de uma Política Nacional, garantindo o diagnóstico continuado e atualizado das espécies e a efetividade dos Planos de Ação de Prevenção, Contenção e Controle. |
| **Meta Nacional 10:** Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos. |
| **Objetivo Estratégico C: Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética** |
| **Meta Nacional 11:** Até 2020, serão conservadas, por meio de sistemas de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas. |
| **Meta Nacional 12:** Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada. |
| **Meta Nacional 13:** Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética. |
| **Objetivo Estratégico D: Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos** |
| **Meta Nacional 14:** Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis. |
| **Meta Nacional 15:** Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais devastados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação. |
| **Meta Nacional 16:** Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização terá entrado em vigor e estará operacionalizado, em conformidade com a legislação nacional. |
| **Objetivo Estratégico E: Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação** |
| **Meta Nacional 17:** Até 2014, a estratégia nacional de biodiversidade será atualizada e adotada como instrumento de política, com planos de ação efetivos, participativos e atualizados, que deverão prever monitoramento e avaliações periódicas. |
| **Meta Nacional 18:** Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de povos indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes. |
| **Meta Nacional 19:** Até 2020 as bases científicas e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido ampliados e compartilhados, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente transferidos e aplicados. Até 2017 a compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, resguardadas as especificidades, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos. |
| **Meta Nacional 20:** Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas avaliações da necessidade de recursos para sua implementação, seguidas de mobilização e alocação dos recursos financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o cumprimento de suas metas. |

1. **Princípios para internalização e implementação das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020**

|  |  |
| --- | --- |
| i. | Promover, no âmbito da CONABIO, sempre que necessário, a definição dos conceitos utilizados no enunciado das metas, com o intuito de estabelecer, de modo claro e objetivo, o entendimento adotado, inclusive por meio da formação de grupos de trabalho, consultas a especialistas e realização de seminários técnicos; |
| ii. | Propor o estabelecimento, no âmbito da CONABIO, dos critérios de análise e os indicadores de avaliação do processo de implementação das metas, de forma participativa com diferentes setores da sociedade; |
| iii. | Propor a implementação das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020 de maneira coordenada com uma estratégia nacional e um plano de ação para conservação e uso sustentável da biodiversidade, reconhecendo os esforços e as políticas relacionadas com as metas nacionais; |
| iv.a. | Estimular a adoção de incentivos com vistas à implementação das metas; |
| iv.b. | Estimular o estabelecimento de legislações e regulamentações, com vistas à implementação das metas; |
| v. | Considerar uma ampla agenda, compreendendo ações interinstitucionais e multidisciplinares a serem desenvolvidas por diferentes órgãos do governo federal, estadual e municipal, além dos diversos setores da sociedade; |
| vi. | Considerar as especificidades de cada bioma e macro região geopolítica do país, com vistas a balancear riscos efetivos aos ecossistemas remanescentes, viabilidade tecnológica, aspectos econômicos, sociais e ambientais, observados os Zoneamentos Ecológico-Econômicos; |
| vii. | Incentivar a permanente geração, atualização e incorporação de conhecimentos técnico-científicos no processo de implementação das metas. |

* 1. Anexo 3: Fichas Técnicas dos Indicadores

Neste anexo serão incluídas as fichas técnicas dos indicadores selecionados para as Metas Nacionais de Biodiversidade e outros elementos da EPANB. Essas fichas serão construídas por uma consultoria a ser contratada.

* 1. Anexo 4: Estratégias Sub-Nacionais e Setoriais

Neste anexo serão resumidas as estratégias sub-nacionais existentes (estaduais, municipais, regionais e setoriais), bem como sua situação atual: em preparação ou em implementação. Por exemplo, as estratégias de São Paulo e da Mata Atlântica, entre outras. O levantamento dessas estratégias está sendo realizada por uma consultoria separada.

* 1. Anexo 5: Quadro Legal e Institucional

Neste anexo será resumido o quadro legal e institucional brasileiro para a biodiversidade, incluindo um link para compêndios da legislação nacional. O ponto de partida serão as informações apresentadas no 4º Relatório Nacional para a CDB, que serão atualizadas com as mudanças institucionais e novas normativas que ocorreram desde 2010.

\*\*\*

1. [www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/2002/d4339.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm) A elaboração da PNB partiu de um amplo processo participativo com atores de diferentes setores da sociedade, que incluiu o levantamento de informações e análises sobre biodiversidade, estratégias de outros países, legislação ambiental, conhecimentos tradicionais, conservação, avaliação da biodiversidade por biomas e a compilação de vários documentos sobre temas relevantes. [↑](#footnote-ref-1)
2. Resolução CONABIO no 6, de 03 de setembro de 2013; ver Anexo 2 deste documento. [↑](#footnote-ref-2)
3. A Resolução CONABIO no 6, de 03 de setembro de 2013 pode ser consultada no Anexo 2 deste documento. [↑](#footnote-ref-3)
4. MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p. [↑](#footnote-ref-4)
5. Ver os três eixos da árvore de problemas, bem como a descrição do processo de construção da árvore de problemas no Anexo 1. [↑](#footnote-ref-5)
6. WRI = World Resources Institute; IUCN = International Union for Conservation of Nature; UNEP = PNUMA = United Nations Environment Programme. [↑](#footnote-ref-6)
7. Lemos, CMY. 2011. Dialogue on biodiversity: Building the Brazilian Strategy for 2020. Aichi Targets Newsletter 2011, Volume 1, Issue 2, page 5. [www.cdb.int](http://www.cdb.int) [↑](#footnote-ref-7)
8. O Plano Estratégico 2011-2020 da CDB estabelece como Visão de Futuro para 2050: “*viver em harmonia com a natureza onde, em 2050, a biodiversidade é valorada, conservada, restaurada e utilizada com sabedoria, mantendo os serviços ecossistêmicos, sustentando um planeta saudável e produzindo benefícios essenciais a todas as pessoas*”. [↑](#footnote-ref-8)
9. Machado, FS et al., 2012. Metas Brasileiras de Biodiversidade para 2020: exemplo de construção participativa no marco da Convenção de Diversidade Biológica – CDB/ONU. Brasília: UICN, WWF-Brasil e IPÊ, 24p. [↑](#footnote-ref-9)
10. Machado, FS et al., 2012. Metas Brasileiras de Biodiversidade para 2020: exemplo de construção participativa no marco da Convenção de Diversidade Biológica – CDB/ONU. Brasília: UICN, WWF-Brasil e IPÊ, 24p. [↑](#footnote-ref-10)
11. MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p. [↑](#footnote-ref-11)
12. Além da referência anterior e de entrevistas com técnicos da SBF: MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2014. Plano de Ação para Alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade 2020. Documento preliminar interno do MMA, 86 p. [↑](#footnote-ref-12)
13. MMA/SBF/Departamento de Conservação da Biodiversidade, 2015. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília, 66 p. [↑](#footnote-ref-13)
14. O relatório das entrevistas ficou pronto em abril de 2012. [↑](#footnote-ref-14)
15. Instituições participantes: MMA, ICMBio, MCTI, Fiocruz, IUCN, WWF-Brasil, GIZ, APRENDER, FUNDHAM, CI, IPE, Fundação Biodiversitas, ISA, Fórum do Mar, FNB, CNI, e CEBDS. [↑](#footnote-ref-15)